Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br QUARTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2020 Nº 24.738 Preço banca: R$ 3,50

Produto Interno Bruto recua 9,7% no segundo trimestre

O Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, teve queda de 9,7% no segundo trimestre deste ano, na comparação com o trimestre anterior.

Na comparação com o segundo trimestre de 2019, o PIB caiu 11,4%. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série, iniciada em 1996. No acumulado dos quatro trimestres terminados em junho, houve queda de 2,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Os dados foram divulgados na terça-feira, (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No primeiro semestre de 2020, o PIB caiu 5,9% em relação a igual período de 2019. Nesta comparação, houve desempenho positivo para a agropecuária (1,6%) e quedas na indústria (-6,5%) e nos serviços (-5,9%).

Em valores correntes, o PIB no segundo trimestre de 2020 totalizou R$ 1,653 trilhão, sendo R$ 1,478 trilhão em Valor Adicionado (VA) a preços básicos e R$ 175,4 bilhões em Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Segundo o IBGE, o PIB do segundo trimestre foi afetado pelo auge das medidas de distanciamento social para controle da pandemia de covid-19, adotadas em vários pontos do país a partir de meados de março. Página 3

Rodrigo Maia diz que portaria sobre aborto legal é inconstitucional

Página 3

São Paulo registra 30,3 mil óbitos e 814,3 mil casos de coronavírus

Página 2

Governo prorroga auxílio emergencial de R$ 300 até o fim do ano

Foto: Marcos Corrêa/PR

O presidente Jair Bolsonaro anunciou na terça-feira, (1º) que o auxílio emergencial será prorrogado em mais quatro parcelas de R$ 300. Ele se reuniu na manhã de terça-feira (1º) com ministros e parlamentares da base do governo, no Palácio da Alvorada, para alinhar as próximas ações do governo na área econômica.

O auxílio é destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, como forma de dar proteção emergencial durante a crise causada pela pandemia da covid-19. O benefício começou a ser pago em abril, e foi estabelecido em três parcelas de R$ 600.

Em junho, por decreto, o governo prorrogou o auxílio por mais duas parcelas, no mesmo valor. E agora, com mais quatro parcelas, em valor menor, o benefício vai se estender até o final do ano.

"Resolvemos prorrogá-lo, por medida provisória, até o final do ano", disse Bolsonaro, em declaração à imprensa após a reunião. "O valor, como vínhamos dizendo, R$ 600 é muito para quem paga e podemos dizer que não é o valor suficiente para todas as necessidades [das famílias], mas basicamente atende", disse.

Reforma administrativa

Durante a reunião, também ficou acertado que, na quinta-feira (3), o governo vai encaminhar o projeto da reforma administrativa ao Congresso, que terá como base a meritocracia. Bolsonaro destacou que a medida não atingirá os atuais servidores públicos, apenas os futuros concursados. Página 10

Medida provisória abre crédito de R$ 12 bi para o Pronampe

O Diário Oficial da União publicou na terça-feira (1º), a Medida Provisória (MP) nº 997, de 31 de agosto de 2020, que abre crédito extraordinário, no valor de R$ 12 bilhões, para integralizar cotas do Fundo Garantidor de Operações (FGO) do Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Segundo o Ministério da Economia, parte desse aporte de R$ 12 bilhões será destinada para algumas instituições financeiras regionais habilitadas: mais de R$ 21 milhões em crédito pela Agência de Fomento de Goiás; R$ 268 milhões pelo Banco do Nordeste; R$ 203 milhões pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG); R$ 282 milhões pelo Banco da Amazônia e R$ 730 milhões pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul).

Pronampe

No dia 19 de agosto, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei nº 14.043, de 2020, que amplia o programa.

O ministério informa que o Pronampe continuará atendendo as microempresas (com faturamento até R$ 360 mil no ano) e empresas de pequeno porte (faturamento até R$ 4,8 milhões no ano), além dos profissionais liberais.

O programa empresta até 30% da receita bruta do ano anterior, com taxa de juros máxima igual à Selic (atualmente em 2% ao ano) mais 1,25% ao ano. O prazo de pagamento é de 36 meses e carência de oito meses. É possível acompanhar o recurso sendo liberado pelo Emprestômetro, do Portal do Empreendedor, onde também poderão ser consultadas as instituições habilitadas. (Agência Brasil)

Cultivo de amendoim leva resultados positivos aos agricultores de São Paulo

De acordo com informações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o estado de São Paulo é responsável por mais de 90% da produção brasileira de amendoim, além de abrigar parte importante dos demais elos da cadeia. Quem abre uma embalagem de paçoca, consome amendoim torrado com cerveja ou até mesmo a pasta de amendoim antes do treino da academia pode não saber, mas a produção da oleaginosa está baseada em ciência e São Paulo é também líder nesse quesito. Estima-se que 70% das lavouras paulistas de amendoim sejam plantadas com cultivares desenvolvidas pelo Instituto Agronômico (IAC), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. Página 2

Paulo Guedes diz que economia do país se recupera em "V"

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na terça-feira, (1º) que a economia brasileira está em processo de recuperação em V. Ele participou de audiência pública virtual da Comissão Mista do Congresso que acompanha a situação fiscal e execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao novo coronavírus (covid-19). Página 3

Previsão do Tempo

Quarta: Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens.

27º C
16º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,38
Venda: 5,38

Turismo
Compra: 5,36
Venda: 5,68

EURO
Compra: 6,41
Venda: 6,41

Esporte

Lucas Moraes destaca qualidade da equipe após vitória em especial no Jalapão

Entrando na reta final de preparação para Sertões, o atual campeão da competição Lucas Moraes voltou a acelerar no último final de semana no Rally do Jalapão. Com vitória na última das quatro especiais, o piloto da categoria dos Carros comemorou o bom desempenho no Oeste da Bahia com o navegador Kaíque Bentivoglio e de toda a equipe MEM Motorsport.

"Muito bom poder terminar com uma vitória e saber que temos um bom ritmo para o Sertões. Infelizmente, como não terminamos o primeiro dia, não tínhamos chances de ganhar na geral. Mas foi show terminar com chave de ouro", disse Lucas, que estabeleceu a marca de mais jovem vencedor da história do Sertões nos carros com 29 anos em 2019.

O piloto paulista foi o vencedor da abertura do Campeonato Brasileiro de Rally Cross Country, realizado em Minas Gerais no mês de março. Após cinco meses sem acelerar no campeonato, o piloto comemorou o fato de poder competir novamente nas estradas off-road do Brasil. A competição teve mais de 1.200 km para os pilotos e navegadores, sendo 700 km de trechos cronometrados.

"Eu já estava com bastante saudade de uma prova oficial de rally. Gostaria de agradecer ao Kaíque (Bentivoglio) pela navegação precisa, sem erros. Além dele, parabéns a todos da MEM Motorsport também pelo carro perfeito", disse Lucas, que tem apoio de Olívia e Motul e compete com o modelo X Rally Ford Ranger.

O Sertões terá largada no Autódromo Velocitta em 31 de outubro e a chegada será em Barreirinhas, no Maranhão, em 7 de novembro.

Foto: PhotoAction

Etiene Medeiros volta aos treinos no Sesi, em São Bernardo do Campo

A espera para voltar às piscinas terminou para a nadadora Etiene Medeiros. Seguindo à risca todos os protocolos para impedir a contaminação pela Covid-19, a pernambucana retomou a rotina de treinamentos na sede de São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo, do Sesi-SP, clube que defende desde 2013.

"Sei que todo o cuidado é pouco. Tenho que continuar me cuidando diante desta situação. Voltar aos treinos me ajuda mentalmente a ter consciência de que, mesmo estando em ambiente que não é a minha casa, estou em um local seguro", conta Etiene, que é atleta do Sesi-SP e integra o programa olímpico da Marinha do Brasil. A nadadora tem apoio de Adidas, Nescau, Bolsa Atleta e Time Pernambuco.

"O Sesi-SP está com um protocolo bem forte, com orientação de médico e coordenadores, para termos um ambiente saudável e seguro, para que todos estejam tranquilos. Para minha sanidade mental estar dentro da piscina é importante demais, mas vou continuar com os cuidados", complementa a nadadora de Recife.

Retorno gradativo

A volta de Etiene Medeiros ao Sesi-SP para os treinamentos está sendo gradativa, com a preparação física inicialmente em casa, para em seguida realizá-la na sede do clube, em São Bernardo. A princípio, um treino por dia, com uma hora de duração, para depois aumentar a carga e fazer dois treinos individuais por dia, três vezes na semana, com os outros três dias de treinos com uma sessão por dia, tendo sempre o domingo de folga semanal.

"O objetivo da Etiene, neste semestre, é disputar a Liga Internacional no final de outubro. Depois, em dezembro, o Troféu Maria Lenk, no Rio de Janeiro. Se tudo correr bem, ela estará nestes dois torneios. Mas, independente dos eventos em si, a meta é trazer ela para uma condição atlética melhor do que tinha no início da pandemia. Usaremos a temporada até dezembro, para que ela tenha capacidades aeróbica e anaeróbica melhores, assim como potência muscular e habilidades motoras mais desenvolvidas. E assim ter um refinamento maior de movimentos e de qualidade técnica", conta Fernando Vanzella, técnico de Etiene.

"A ideia desta temporada é que ela fique em uma condição atlética mais positiva. E, para isso, estamos mobilizando preparação física, nutrição, parte mental e a parte técnica também, que é aquática. Para dar certo, vamos fazer monitoramentos de cada fase e etapa. Esperamos que ela feche o ano na melhor forma desportiva do atleta. Não necessariamente isso quer dizer performance, que é outra coisa. Mas, quando está na melhor forma desportiva, a chance de estar na melhor performance é maior", completa.

São Paulo registra 30,3 mil óbitos e 814,3 mil casos de coronavírus

Na terça-feira (1º), o Estado de São Paulo registrou 30.375 óbitos e 814.375 casos confirmados do novo coronavírus. Entre o total de casos diagnosticados de COVID-19, 655.747 pessoas estão recuperadas, sendo que 90.876 foram internadas e tiveram alta hospitalar.

As taxas de ocupação dos leitos de UTI são de 51,4% na Grande São Paulo e 54% no Estado. O número de pacientes internados é de 11.608, sendo 6.555 em enfermaria e 5.053 em unidades de terapia intensiva, conforme dados das 10h30 de terça-feira (1º).

Na terça-feira, nos 645 municípios houve pelo menos uma pessoa infectada, sendo 533 com um ou mais óbitos. A relação de casos e óbitos confirmados por cidade pode ser consultada em: www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus.

Perfil da mortalidade

Entre as vítimas fatais estão 17.526 homens e 12.849 mulheres. Os óbitos continuam concentrados em pacientes com 60 anos ou mais, totalizando 75,8% das mortes.

Observando faixas etárias, nota-se que a mortalidade é maior entre 70 e 79 anos (7.657), seguida pelas faixas de 60 a 69 anos (7.183) e 80 e 89 anos (6.151). Entre as demais faixas estão os: menores de 10 anos (38), 10 a 19 anos (56), 20 a 29 anos (250), 30 a 39 anos (883), 40 a 49 anos (2.028), 50 a 59 anos (4.090) e maiores de 90 anos (2.039).

Os principais fatores de risco associados à mortalidade são cardiopatia (59,1% dos óbitos), diabetes mellitus (43,2%), doenças neurológicas (10,8%) e renal (9,6%), pneumopatia (8,2%). Outros fatores identificados são obesidade (7,4%), imunodepressão (5,6%), asma (3,1%), doenças hepáticas (2,1%) e hematológica (1,8%), Síndrome de Down (0,5%), puerpério (0,1%) e gestação (0,1%). Esses fatores de risco foram identificados em 24.347 pessoas que faleceram por COVID-19 (80,2%).

Perfil dos casos

Entre as pessoas que já tiveram confirmação para o novo coronavírus estão 379.406 homens e 428.894 mulheres. Não consta informação de sexo para 6.075 casos.

A faixa etária que mais concentra casos é a de 30 a 39 anos (193.348), seguida pela faixa de 40 a 49 (170.677). As demais faixas são: menores de 10 anos (18.867), 10 a 19 (36.710), 20 a 29 (134.961), 50 a 59 (123.492), 60 a 69 (74.541), 70 a 79 (37.865), 80 a 89 (18.367) e maiores de 90 (5.105). Não consta faixa etária para outros 442 casos.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

O jornalista **Cesar Neto** publica esta coluna diária de política na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Na Internet desde 1996, o site **www.cesarneto.com** foi se tornando uma referência das liberdades possíveis. No Twitter, **@CesarNetoReal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

+

CÂMARA (SP)

Na esteira da CPI da evasão tributária, que recuperou mais de 1 bilhão pra cidade de São Paulo, agora é a vez da CPI das evasões fiscais (ambas pra cima de grandes empresas). A presidência é do vereador Ricardo Nunes (MDB), que se tornou o terror dos sonegadores e criminosos

+

PREFEITURA (SP)

Candidato a prefeito de São Paulo pela 3ª vez, o deputado federal (SP) Russomanno não quer usar dinheiro do fundo eleitoral do PROGRESSISTAS (ex-PRB). Em tempos de crise financeira, provocada pelo Covid 19, seria um milagre ir ao 2º turno, tendo um vice em chapa 'puro-sangue'

+

ASSEMBLEIA (SP))

Deputada Marta Costa (PSD), 1ª mulher do maior ministério da Assembleia de Deus (Belém) a se tornar política de carreira (desde vereadora no Parlamento paulistano), aceitou o desafio de ser candidata a vice na chapa 'puro sangue' com Matarazzo (PSD) pra prefeitura paulistana

+

GOVERNO (SP)

Ao bancar o nome da ex-vereadora e atual deputada estadual Marta Costa (PSD) pra vice do Matarazzo em chapa 'puro sangue' pra prefeitura de São Paulo, o ex-prefeito paulistano (refundador e dono do PSD) Kassab tá lançando a sua candidatura ao governo de São Paulo em 2022

+

CONGRESSO (BR)

Tanto a deputada federal (SP) Joice, agora candidata do PSL (que foi da família Bolsonaro), como o deputado federal Russomanno (REPUBLICANOS ex-PRB), vão dar show na eleição pra prefeitura de São Paulo. Ela terá milionário fundo partidário. Ele, diz que fará 'voto de pobreza'

+

PRESIDÊNCIA (BR)

Não são poucas as mudanças que já rolaram na vida e na carreira política do Bolsonaro, desde a campanha (2018), passando pela eleição quase surreal pra Presidência da República e agora na dupla guerra, contra o Covid 19 e a forçosamente a favor do Judiciário e do Legislativo

+

PARTIDOS

Os que foram donos dos partidos políticos brasileiros passam por uma fase, em que suas histórias são as que menos valem no mercado da política. Lula (PT) e FHC (PSDB) são os que mais representam tal período. E não há novidades. Só mudanças de rótulo pros mesmos produtos

+

POLÍTICOS

... O PT cada vez mais enredado - pelo Lulismo que manda no partido desde sua fundação em 1980 - nas Capitais dos Estados. Há uma certa desmobilização do que um dia foram petistas que não davam nenhum espaço pra quem não rezasse na cartilha do Lula. Lá se vão 40 anos

+

HISTÓRIAS

O futebol brasileiro já foi tão importante, que teve como dirigentes de entidades parlamentares (deputados na Assembleia SP) Nabi Abi Chedid (presidente FPF e CBF), José Maria Marin (ex-governador SP e também presidente FPF e CBF). Hoje tem Walter Feldman (Secretário Geral CBF)

cesar@cesarneto.com

Cultivo de amendoim leva resultados positivos aos agricultores de São Paulo

De acordo com informações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o estado de São Paulo é responsável por mais de 90% da produção brasileira de amendoim, além de abrigar parte importante dos demais elos da cadeia. Quem abre uma embalagem de paçoca, consome amendoim torrado com cerveja ou até mesmo a pasta de amendoim antes do treino da academia pode não saber, mas a produção da oleaginosa está baseada em ciência e São Paulo é também líder nesse quesito.

Estima-se que 70% das lavouras paulistas de amendoim sejam plantadas com cultivares desenvolvidas pelo Instituto Agronômico (IAC), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

Mercado

Dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), também da pasta, indicam que, em 2020, a produção paulista atingiu 602,9 mil toneladas, fruto do trabalho de realizado em 1.500 propriedades rurais, localizadas principalmente nas regiões de Jaboticabal, Presidente Prudente, Tupã, Marília, Barretos, São José do Rio Preto, Assis, Lins, Catanduva e Ribeirão Preto. No ano passado, quando foram produzidas 469,1 mil toneladas, o produto gerou R$ 1,03 bilhões para o Estado.

No mercado interno do amendoim, os confeitos, salgados e pastas proteicas são os segmentos de consumo em que esse grão ocupa espaço. Esses produtos industrializados, tradicionais e, também, cada vez mais elaborados em novas propostas, embora consumidos durante o ano todo, têm nas festas juninas, quermesses e os demais eventos dedicados às nossas tradições, um importante período para a produção e comercialização de produtos à base de amendoim.

Ao todo, 198 mil toneladas de amendoim em grãos foram exportadas pelo estado de São Paulo, principalmente para Rússia, União Europeia e Argélia. Outras 39 mil toneladas de óleo de amendoim foram também exportadas pelo Estado para China e Itália. O valor arrecadado com essas transações chegou a US$ 276 milhões. (Agência Brasil)

SP Leituras faz campanha para receber máscaras descartáveis

A SP Leituras, organização social que gere a Biblioteca de São Paulo (BSP) e a Biblioteca Parque Villa-Lobos (BVL) iniciou uma campanha para receber doações de máscaras descartáveis.

Em breve, as bibliotecas de São Paulo e Parque Villa-Lobos reabrirão para o público e muitos usuários e visitantes são de grupos em situação de vulnerabilidade social, como pessoas em situação de rua e moradores de albergues do entorno. A campanha é para assegurar a essas pessoas o acesso à leitura e à cultura.

O uso das máscaras, além de obrigatório em todo o estado, é fundamental neste momento de enfrentamento da pandemia. O uso da peça visa garantir que todos possam usufruir com segurança dos serviços oferecidos nas unidades.

Os doadores são convidados a doar máscaras ou fazer depósitos em dinheiro.

Doações em dinheiro:

1) Efetue um depósito bancário na conta:

SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura

CNPJ 12.480.948/0001-70
Banco do Brasil
Agência 6998-1
Conta corrente 13895-9

2) Envie o comprovante para o e-mail: financeiro @spleituras.org.

Entrega de máscaras (sempre às terças-feiras, das 10h às 14h):

1) Modelo adequado: máscara descartável dupla com elástico, tamanho único, com clipe nasal, fabricada em não tecido com duas camadas sobrepostas, sendo de "S" (spumbonded).

2) Endereço de entrega: Rua Faustolo, 576, Água Branca, São Paulo (SP).

Agosto tem mais que o dobro da chuva esperada na capital paulista

O mês de agosto foi o quinto mais chuvoso na cidade de São Paulo de toda a série histórica. A medição é realizada desde 1995 pelo Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGE). No mês passado, foram registrados 60,6 milímetros (mm) de chuva, mais do que o dobro do esperado, em torno de 28,1 mm.

Foram dez dias com registro de precipitação, e o dia mais chuvoso foi 21 de agosto, com 16 mm.

Até então, o agosto mais chuvoso tinha sido o do ano 2000, quando foram registrados 73,8 mm de chuva. O menos chuvoso da série histórica ocorreu em 2012, quando choveu apenas 0,1 mm.

"Uma frente fria conseguiu romper o bloqueio atmosférico na metade no mês e chegou ao estado de São Paulo com força para mudar o tempo, o que provocou chuvas mais significativas e generalizadas. Mesmo assim, as precipitações ocorreram concentradas em poucos dias, já que a maior parte de agosto permaneceu com tempo seco. Como este é o período mais seco do ano, e a média histórica é muito baixa, o acumulado superou facilmente o esperado para o mês", explicou Michael Pantera, meteorologista do CGE.

As zonas sul e oeste da cidade registraram um volume de precipitação ainda maior do que a média obtida pela cidade durante o mês de agosto. Na zona sul foram registrados 70,7 mm de chuvas e, na zona oeste, 62,2 mm.

Temperatura

Quanto às temperaturas no mês passado, a média mínima esperada era de 13,5° C, mas foi registrada a mínima de 12,6° C. A máxima média esperada era de 24,4°C e a registrada foi 23,5°C.

Segundo Michael Pantera, as temperaturas permaneceram levemente acima da média histórica na maior parte do período, mas a chegada de uma intensa massa de ar polar provocou acentuado declínio delas na metade do mês. "Este sistema causou uma onda de frio intensa, que não se prolongou por muito dias. O resultado foi que a média mensal das temperaturas ficou um pouco abaixo do normal."

A menor temperatura mínima do mês ocorreu nos dias 21 e 26 de agosto, quando a média na cidade foi de apenas 8,1ºC.

Setembro

Para este mês, são esperados 69,6mm de chuva, com média de temperatura mínima em 15,1°C e média de máxima em 25,6°C. (Agência Brasil)

Poupatempo retoma o atendimento em mais 15 postos no estado

A partir desta quarta-feira (2), o Poupatempo retoma os atendimentos presenciais em 15 cidades da Grande São Paulo e do interior do estado. Assim como já ocorre nos outros 20 postos reabertos, todos os serviços serão realizados somente com agendamento prévio de data e horário, que pode ser feito pelo portal www.poupatempo.sp.gov.br ou no aplicativo Poupatempo Digital.

Nesta semana serão reabertas as unidades de Caieiras, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Osasco, Santo André e Taboão da Serra, na Região Metropolitana de São Paulo, além de Barretos, Catanduva, Fernandópolis, Indaiatuba, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto, no interior.

Com a adoção de medidas de prevenção e protocolos sanitários, a capacidade de atendimento será de 30%, priorizando serviços que necessitam da presença do cidadão para serem concluídos, como primeira habilitação e expedição de RG, por exemplo. A reabertura gradual das unidades do Poupatempo em todo o estado começou em 19 de agosto e segue as diretrizes do Plano São Paulo.

Acesso

Com o objetivo de minimizar os riscos de transmissão e garantir a segurança da população e colaboradores, haverá controle de acesso às unidades. Só será permitida a presença de acompanhantes em casos de crianças, idosos ou pessoas com deficiência. O uso de máscaras de proteção é obrigatório, assim como a medição de temperatura e higienização das mãos com álcool em gel na entrada das unidades.

A manutenção do distanciamento entre as pessoas foi reforçada com sinalização nos bancos de espera, marcações no chão e orientação. Todas as informações, endereços e horários de funcionamento dos postos podem ser consultadas no site www.poupatempo.sp.gov.br.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Produto Interno Bruto recua 9,7% no segundo trimestre

O Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, teve queda de 9,7% no segundo trimestre deste ano, na comparação com o trimestre anterior.

Na comparação com o segundo trimestre de 2019, o PIB caiu 11,4%. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série, iniciada em 1996. No acumulado dos quatro trimestres terminados em junho, houve queda de 2,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Os dados foram divulgados na terça-feira, (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No primeiro semestre de 2020, o PIB caiu 5,9% em relação a igual período de 2019. Nesta comparação, houve desempenho positivo para a agropecuária (1,6%) e quedas na indústria (-6,5%) e nos serviços (-5,9%).

Em valores correntes, o PIB no segundo trimestre de 2020 totalizou R$ 1,653 trilhão, sendo R$ 1,478 trilhão em Valor Adicionado (VA) a preços básicos e R$ 175,4 bilhões em Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Segundo o IBGE, o PIB do segundo trimestre foi afetado pelo auge das medidas de distanciamento social para controle da pandemia de covid-19, adotadas em vários pontos do país a partir de meados de março.

De acordo com o instituto, o PIB está no mesmo patamar do final de 2009, quando ocorreu o auge dos impactos da crise global provocada pela onda de quebras na economia americana.

Segundo os dados, a retração da economia brasileira resulta das quedas históricas de 12,3% na indústria e de 9,7% nos serviços. Somados, indústria e serviços representam 95% do PIB nacional. Já a agropecuária cresceu 0,4%, puxada, principalmente, pela produção de soja e café.

"Esses resultados referem-se ao auge do isolamento social, quando diversas atividades econômicas foram parcial ou totalmente paralisadas para enfrentamento da pandemia", disse, em nota, a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

Consumo das famílias

Pelo lado da demanda, a maior queda foi no consumo das famílias (-12,5%), que representa 65% do PIB. "O consumo das famílias não caiu mais porque tivemos programas de apoio financeiro do governo. Isso injetou liquidez na economia. Também houve um crescimento do crédito voltado às pessoas físicas, que compensou um pouco os efeitos negativos", afirmou Rebeca.

O consumo do governo recuou 8,8% no segundo trimestre devido às quedas em saúde e educação públicas, segundo a coordenadora do IBGE. "Na saúde, os gastos ficaram mais focados no combate à covid-19, e as pessoas tiveram receio de buscar outros serviços, como consultas e exames, durante a pandemia. Na educação, utilizamos nas contas o percentual do Ministério da Educação de alunos que tiveram aulas ou não. Isso fez com o que o consumo do governo caísse bastante também."

Segundo o IBGE, os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo) recuaram 15,4%, por conta da queda na construção e na produção interna de bens de capital. Somente importação de bens de capital cresceu no período.

A balança de bens e serviços registrou alta de 1,8% nas exportações, enquanto as importações recuaram 13,2%. "Essa alta nas exportações tem muito a ver com as commodities, produtos alimentícios e petróleo. Já as importações caíram em vários setores, de veículos, toda a parte de serviço, viagens, já que tudo parou devido à pandemia", disse Rebeca. (Agência Brasil)

Rodrigo Maia diz que portaria sobre aborto legal é inconstitucional

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse na terça-feira, (1º) que a portaria do Ministério da Saúde que altera os procedimentos para o aborto legal em caso de estupro é "ilegal" e "inconstitucional". O congressista avalia que se o governo não recuar, Parlamento ou Supremo Tribunal Federal (SPT) podem sustar a medida.

De acordo com a portaria, os procedimentos devem ser seguidos para garantir a licitude do aborto e a segurança jurídica aos profissionais de saúde envolvidos.

"Não é o Ministério da Saúde que pode tomar a decisão como tomou, uma interferência em uma lei. A melhor decisão é que o governo pudesse recuar, se isso não ocorrer, devemos ter voto aqui na Câmara ou ir ao Supremo Tribunal Federal para sustar uma portaria ilegal", disse o presidente da Câmara.

Para Maia, a legislação brasileira já define um marco "claro e nítido" sobre o estupro. A nova norma prevê que, antes de aprovar a interrupção da gravidez, a equipe médica deverá informar a gestante acerca da possibilidade de visualizar o feto ou embrião por meio de ultrassonografia, caso assim deseje. Outro ponto exige que médicos, profissionais de saúde ou responsáveis por estabelecimento de saúde notifiquem à polícia os casos em que houver indícios ou confirmações de estupro. Especialistas avaliam que a medida pode dificultar o acesso de mulheres ao direito já previsto em lei.

"A gente não deve criar nenhum tipo de decreto, ou portaria que constranja a decisão da mulher. Uma portaria completamente ilegal, inconstitucional, que não respeita as normas legais do nosso país. É a minha posição pessoal, por isso que eu não digo nem posso dizer qual vai ser a decisão, mas eu acho que o melhor caminho é que o governo pudesse recuar e pudesse discutir com o Congresso, debater o assunto", argumentou.

Rodrigo Maia defendeu decisão do governo de prorrogar o auxílio emergencial por mais quatro meses no valor de R$ 300. Para ele, é preciso ter cuidado para atender à população vulnerável e, em paralelo, assegurar que o governo não dará uma sinalização negativa de descontrole do gasto público.

"Temos que ter muito cuidado, o auxílio é muito importante, mas os valores já vinham gerando um forte impacto nas contas públicas. No momento adequado, vamos colocar em votação", disse.

Na avaliação do presidente da Câmara, o Bolsa Família foi bem-sucedido em retirar milhões de pessoas da extrema pobreza. No entanto, um novo programa de renda deve assegurar parâmetros de mobilidade aos atendidos.

"É importante que se possa fazer um programa que caminhe junto aos esforços das famílias, com benefícios extraordinários para as famílias que cumprirem metas na educação e saúde, por exemplo. Precisamos dar condições não apenas da transferência de renda, mas criar um programa que possa garantir mais mobilidade social", defendeu. (Agência Brasil)

Microempreendedor fica dispensado de obter alvará de funcionamento

A partir de terça-feira (1º), começou a valer a resolução que permite que microempreendedores individuais (MEI) sejam dispensados de alvará, ato público de liberação de atividades econômicas relativas à categoria. A regra foi aprovada em agosto pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM).

Segundo o Ministério da Economia, a norma é reflexo da Lei de Liberdade Econômica, em vigor desde setembro do ano passado, que visa tornar o ambiente de negócios no país mais simples e menos burocrático.

Após inscrição no Portal do Empreendedor [http://www.portaldoempreendedor.gov.br/], o candidato a MEI manifestará sua concordância com o conteúdo do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará de Licença de Funcionamento. O documento será emitido eletronicamente e permite o exercício imediato de suas atividades.

As fiscalizações para verificação dos requisitos de dispensa continuarão a ser realizadas, mas o empreendedor não necessitará aguardar a visita dos agentes públicos para abrir a empresa.

Registro e Legalização de PJ

Também entrou em vigor a medida relativa à dispensa de pesquisa prévia de viabilidade locacional, quando a atividade realizada pelo empreendedor for exclusivamente digital. Além disso, a dispensa também valerá para os casos em que o município não responder à consulta de viabilidade de forma automática e quando não for realizada no sistema das Juntas Comerciais.

O colegiado decidiu também pela dispensa da pesquisa prévia de nome para os empresários que optem pela utilização apenas do número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) como nome empresarial. A norma pretende eliminar a possibilidade de coincidência de nome no registro empresarial.

A nova norma possibilita ainda uma coleta única de dados nas Juntas Comerciais, propiciando ao empreendedor agilidade e simplicidade para abertura de empresas em um único portal e de forma totalmente digital. (Agência Brasil)

Paulo Guedes diz que economia do país se recupera em "V"

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na terça-feira, (1º) que a economia brasileira está em processo de recuperação em V. Ele participou de audiência pública virtual da Comissão Mista do Congresso que acompanha a situação fiscal e execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao novo coronavírus (covid-19).

Recuperação em V é um termo usado por economistas para relatar uma retomada intensa depois de uma queda vertiginosa na atividade econômica.

Hoje (1º), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informou que o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, teve queda de 9,7% no segundo trimestre deste ano, na comparação com o trimestre anterior.

O PIB caiu 11,4 % na comparação com o segundo trimestre de 2019. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série, iniciada em 1996. No acumulado dos quatro trimestres terminados em junho, houve queda de 2,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores segundo os dados divulgados pelo instituto.

O ministro destacou que abril foi o "piso" da retração da economia brasileira por influência da pandemia de covid-19. "Vamos supor que o PIB seja 100. Se ele cai para 85, depois volta para 90, depois volta para 95, em média, ele foi 90, e você registra uma queda de 10% do PIB. Mas, mais importante do que essa média sobre média é observar que em abril foi o piso – é como se fosse 85. Maio já é 90, junho já é 95. Então, a economia já começa a retomada em V. Mas o registro do segundo trimestre ainda é uma queda de 10%, o que aliás é o que todo mundo previa: queda do PIB de 10%", disse.

Ele destacou ainda que a queda de 9,7% "é um som distante". "Isso é o som daquele impacto da pandemia lá atrás, e é onde o Brasil ficaria caso não tivéssemos feito exatamente – nós, junto com o Congresso – todas as medidas que fizemos. Com essas medidas que fizemos, conseguimos criar uma volta em V, a economia está voltando em V", ressaltou.

Foto: Alan Santos/PR

Projeções

Guedes disse ainda que as estimativas de analistas para a queda da economia estão melhorando. "Acho que daqui até o fim do ano, pode ser que [a previsão de queda] caia mais ainda. A verdade é que [a atividade econômica] está voltando; e está voltando com dois dígitos [de crescimento]. Crédito está vindo com dois dígitos, consumo de energia elétrica está vindo com dois dígitos, notas fiscais eletrônicas estão vindo com dois dígitos. Está vindo tudo devagar, voltando. Está tudo voltando. Pode ser que no final do ano, a queda da economia brasileira seja de 4%, 4,5% ou até um pouquinho menos. Não sabemos ainda", afirmou.

Para o ano que vem, o ministro disse que se o país continuar a fazer reformas será possível destravar investimentos e a economia voltará a crescer. "Se este ano estamos caindo 3,5%, 4%, 4,5%, poderemos ser surpreendidos com um crescimento dessa mesma magnitude no ano que vem. Poderemos estar crescendo 3%, 3,5%, 4%, 4,5%. Só depende do nosso ritmo de reformas", afirmou, citando as reformas administrativa e tributária. (Agência Brasil)

Balança comercial registra superávit recorde de US$ 6,6 bi em agosto

A queda nas importações em ritmo maior que a redução das exportações fez a balança comercial registrar superávit recorde em agosto. No mês passado, o país exportou US$ 6,609 bilhões a mais do que importou, o melhor resultado para o mês desde o início da série histórica, em 1989.

Tanto as exportações como as importações caíram no mês passado. Em agosto, o país vendeu US$ 17,741 bilhões para o exterior, com recuo de 5,5% pelo critério da média diária em relação ao mesmo mês do ano passado. As importações, no entanto, caíram mais, somando US$ 11,133 bilhões, redução de 25,1% também pela média diária.

Com o resultado de agosto, a balança comercial acumula superávit de US$ 36,594 bilhões nos oito primeiros meses do ano. Esse é o terceiro melhor resultado da série histórica para o período, perdendo para janeiro a agosto de 2017 (superávit de US$ 48,1 bilhões) e de 2018 (superávit de US$ 36,7 bilhões).

No acumulado de 2020, as exportações somam US$ 138,633 bilhões, retração de 6,6% na comparação com o mesmo período de 2019 pela média diária. As importações totalizam US$ 102,039 bilhões, recuo de 25,1% pelo mesmo critério.

A maior parte da alta do saldo em agosto é explicada pela queda da importação da indústria extrativa, que recuou 59,51% em relação ao mesmo mês do ano passado, e da indústria de transformação, cujas compras do exterior encolheram 23,78%. Do lado das exportações, as vendas da indústria de transformação caíram 14,2%, e as vendas da indústria extrativa recuaram 8,6%. Em contrapartida, as exportações da agropecuária subiram 32,64%.

Categorias

Entre os produtos que puxaram o crescimento das exportações agropecuárias em agosto, os destaques foram a soja, cujo valor vendido aumentou US$ 443,3 milhões em relação ao mesmo mês do ano passado, e o algodão bruto, com alta de US$ 80,9 milhões na mesma comparação.

Na indústria extrativa, caíram as exportações de minério de ferro, com retração de US$ 442 milhões em relação a agosto do ano passado, e de óleos brutos de petróleo, com recuo de US$ 451,6 milhões. Nos dois casos, a queda deve-se à variação negativa dos preços internacionais na comparação com 2019, porque os volumes embarcados ficaram estáveis no caso do ferro e aumentaram 21% no caso do petróleo.

Na indústria de transformação, as maiores quedas foram registradas nas exportações de motores e máquinas não elétricos (-US$ 187 milhões), celulose (-US$ 157,8 milhões) e óleos combustíveis de petróleo (-US$ 152,6 milhões). Além da pandemia de covid-19, que impactou a economia em todo o planeta, a crise na Argentina, principal destino das exportações industriais brasileiras, contribuiu para o resultado.

Meta anual

Depois de o saldo da balança comercial ter encerrado 2019 em US$ 48,035 bilhões, o segundo maior resultado positivo da história, o mercado estima menor superávit em 2020, motivado principalmente pela pandemia do novo coronavírus, causador da covid-19.

Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, os analistas de mercado preveem superávit de US$ 55 bilhões para este ano. Em julho, o Ministério da Economia atualizou a estimativa de saldo positivo para US$ 55,4 bilhões. (Agência Brasil)

Queda do PIB brasileiro foi menor do que em outros países, diz governo

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia afirmou que a queda do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil no segundo trimestre está entre as menores em relação às principais economias do mundo.

O PIB, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, teve queda de 9,7% no segundo trimestre deste ano, na comparação com o trimestre anterior. O PIB caiu 11,4% na comparação com o segundo trimestre de 2019. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série, iniciada em 1996. No acumulado dos quatro trimestres terminados em junho, houve queda de 2,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Os dados foram divulgados na terça-feira, (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em nota, a secretaria cita a queda no segundo trimestre nos países do G7 (grupo dos países mais industrializados do mundo, composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), que chegou a 11,9%, quando comparado ao mesmo trimestre de 2019.

"Algo semelhante ocorre para os países emergentes como Chile, México e Índia [cujas quedas] foram de -13,7%, -19% e -23,9%, respectivamente", diz.

A secretaria cita ainda que as projeções dos analistas de mercado "melhoraram continuamente desde junho, devido aos resultados mais positivos dos indicadores de atividade, notadamente, varejo e indústria".

"A melhora das projeções da variação do PIB no 2º trimestre ao longo dos últimos dois meses está relacionada com o sucesso das políticas econômicas que limitaram a deterioração do mercado de trabalho, mantiveram a estrutura produtiva e garantiram renda para as famílias mais pobres e para os trabalhadores informais", acrescenta.

Na avaliação da secretaria, para que a retomada seja consistente, é importante a continuidade da agenda de reformas estruturais e da consolidação fiscal.

"O diagnóstico do baixo crescimento da economia brasileira é a baixa produtividade, resultado da má alocação de recursos. Não há outro caminho que resulte em elevação do bem-estar dos brasileiros a não ser medidas que busquem a correção da má alocação e incentive a expansão do setor privado", diz. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

PHD Construções, Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF 21.204.300/001-47

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em reais)

Balanços Patrimoniais	2019	2018
Ativo - Ativo circulante	**6.459.288,85**	**3.689.465,87**
Disponível	2.743.911,79	433.331,48
Contas a receber	63.435,92	101.497,86
Recursos em poder de parceiro	120.978,45	116.708,69
Outros créditos	16.410,61	11.822,34
Imóveis destinados a venda	3.498.162,30	3.010.874,93
Despesas do exercício seguinte	16.389,78	15.230,67
Ativo não circulante	**29.482.185,69**	**30.803.859,19**
Investimentos	16.605.546,67	21.005.724,20
Imobilizado	1.378.705,44	946.798,12
Depreciação acumulada	(633.194,52)	(656.767,91)
Intangível	4.838,00	4.838,00
Propriedade para investimento	12.126.288,10	12.503.265,69
Total do ativo	**35.941.474,54**	**37.493.324,07**

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em reais)		
Passivo e Patrimônio Líquido	**2019**	**2018**
Passivo circulante	**5.367.594,67**	**7.637.959,80**
Fornecedores	109.252,72	104.964,47
Obrigações fiscais	42.653,47	69.472,64
Obrigações trabalhistas	15.098,31	2.389,60
Débitos de partes relacionadas	4.625.981,00	1.500.000,00
Empréstimos e financiamentos	-	5.489.245,34
Outros débitos	574.609,17	461.887,75
Passivo não circulante	**19.254.522,72**	**16.687.209,08**
Outros débitos	50.810,96	83.488,32
Distribuição de lucros a pagar	15.203.711,76	16.603.711,76
Patrimônio líquido	**11.319.355,15**	**13.228.154,19**
Capital social	10.512.855,37	7.925.568,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	600.000,00
Reserva de lucros	4.575.967,31	3.907.249,40
Reserva legal	200.332,67	165.336,79
Total do passivo e do patrimônio líquido	**35.941.474,54**	**37.553.323,07**

Demonstrações do Resultado	2019	2018
Receita bruta	**1.235.239,30**	**1.391.628,47**
Receita de vendas imóveis	40.000,00	425.777,27
Receita de aluguéis	1.195.239,30	965.862,20
Tributos sobre faturamento	**(45.514,57)**	**(50.794,86)**
Cofins sobre faturamento	(37.458,25)	(41.748,19)
PIS sobre faturamento	(8.105,34)	(9.045,67)
Receita líquida	**1.189.724,73**	**1.340.844,61**
Custos das vendas	**(4.384,58)**	**(56.117,60)**
Custos dos imóveis vendidos	(5.384,58)	(56.117,60)
Lucro bruto	**1.184.340,15**	**1.284.727,01**
Despesas/Receitas	**(388.866,88)**	**(564.693,13)**
Despesas com pessoal	(102.812,54)	(40.346,15)
Despesas administrativas	(166.823,22)	(185.477,20)
Despesas tributárias	(118.826,65)	(123.026,18)
Despesas com veículos	(21.245,29)	(21.116,96)
Despesas com empreendimentos	(281.945,04)	(63.789,67)
Despesas financeiras	(1.207.863,18)	(605.650,59)
Receitas financeiras	24.883,46	9.437,76
Resultado de participação societária	1.445.736,60	1.465.198,81
Outras despesas/receitas	**31.174,63**	**30.248,90**
Outras receitas	31.174,63	30.249,90
Resultado antes CSLL/IRPJ	826.618,92	750.153,74
Imposto de renda e contribuição social	(122.705,39)	(107.693,59)
Lucro (Prejuízo) do exercício	**703.913,53**	**642.460,15**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa	2019	2018
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.195.239,30	965.862,20
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.000.000,00)	(1.000.000,00)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	2.310.672,49	467.449,28
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.505.911,79	433.311,48
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	238,00	20,00
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.743.911,79	433.331,48

"As notas explicativas encontram-se arquivadas e à disposição na Empresa"

Muriel Matalon - Diretora Presidente

Marlene Teixeira Gama - Contabilista - CRC-TC-1SP074123/O-8

UNI LOC Serviços e Comércio LTDA.

CNPJ/MF 04.641.650/0001-12 - NIRE NIRE 35.218.747.135

EDITAL

Na publicação da Retração de Capital, na edição do dia 26/03/2020 desse jornal, onde se lê: R$ 5.197.985,67 (cinco milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e oito reais), leia-se: R$ 2.197.985,00 (dois milhões, cento e cinquenta e sete mil e oitenta e cinco reais)

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

CNPJ/MF nº 09.352.896/0001-42 - NIRE 35.300.353.170

CARTA DE RENÚNCIA

A Companhia informa que em 04 de Maio de 2020, recebeu carta de renúncia de o **CELSO PAES JUNIOR**, ao cargo de Diretor da Companhia, com registro perante a JUCESP nº 323.947/20-7 em 24.08.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Cerasa
Cerasa Empresarial

SERASA S.A. - NIRE: 35.300.062.566 - CNPJ/MF: 62.173.620/0001-80

RETIFICAÇÃO

No Extrato da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 22/07/2020, 14h00, publicado neste jornal, edição de 29, 30 e 31/08/2020, por lapso constou no "**Capitulo II - Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 174.000.000,00, dividido em 726.500 ações ordinárias, sem valor nominal.", sendo o correto: "**Capitulo II - Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 174.000.000,00, dividido em 3.726.600 ações ordinárias, sem valor nominal".

Odebrecht Realizações SP 32 Empreendimento Imobiliário Ltda.

CNPJ/ME nº 15.251.790/0001"55 - NIRE 35.226.288.616

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 19.08.2020

Data, Hora, Local: 19.08.2020, às 11h, na sede social, Rua Gabriele D' Annunzio, nº 48, Campo Belo, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Dayane Cristina da Costa Barlatti - Presidente; Rafael Nakamura Castellucci - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** **1.** Com fundamento no artigo 1.082, II, do Código Civil, a redução do capital em **R$ 8.000.000,00**, considerados excessivos em relação ao objeto, com cancelamento de **8.000.000** quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, sendo da sócia **Odebrecht Realizações SP 54 - Empreendimento Imobiliário S.A.**, a qual receberá o valor da redução em moeda corrente nacional, a título de restituição do valor das quotas canceladas. **2.** O Capital passa de **R$ 15.540.483,00** para **R$ 540.483,00**, dividido em **540.483** quotas, com valor nominal de **R$ 1,00** cada uma. **3.** Autorizar os administradores a assinar os documentos necessários, após o quê, será arquivada a alteração do contrato social correspondente o novo valor. **Encerramento:** Nada mais. **Sócia: Odebrecht Realizações SP 54 - Empreendimento Imobiliário S.A.** - Alexandre Reis Nakano e Dayane Cristina da Costa Barlatti.

ATEMOC EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF nº 13.410.314/0001-04 - NIRE 35.225.241.772

Extrato da 7ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, os sócios resolvem reduzir o capital por considerarem excessivo ao objeto social, passando de R$ 2.955.000,00 para R$ 2.060.010,00, sendo a redução de R$ 894.990,00, equivalente a 894.990 cotas do capital, com o consequente cancelamento destas cotas e o efetivo pagamento do seu valor, diretamente a cada uma das Sócias Pessoa Jurídica, contemplando comprovante deste pagamento, assinados pelos seus representantes Sócios ou Diretores nesta data, dando plena e total quitação do recebimento do valor acima, pela devolução de parte da sua participação no Capital Social da Sociedade. Aprovada a Consolidação do Estatuto Social. **Sócios:** Sevilha Participações Ltda., Quattro D. C. Administração e Particip. Ltda., Sevilha Participações Ltda.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL OF FOOTBALL SOCCER SOCIETY ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCADOS

Ficam convocados os representantes legais das entidades filiadas para a Assembleia Geral, que será realizada no dia 02 de Outubro de 2020, as 12hs, em primeira convocação ou as 12:30hs em segunda convocação com qualquer número de presentes, na sede social situada a Av. Prestes Maia, 241 - sala 814 - 8 andar - Centro - São Paulo - SP - Brasil - Cep.01031-902, a fim de deliberarem sobre as **seguintes ordens do dia:** **a)** Conhecer e julgar o relatório da presidência e o respectivo parecer do conselho fiscal sobre o movimento econômico financeiro e administrativo referente ao exercício de 2020; **b)** Eleger e empossar o Presidente e o Vice-Presidente da entidade para o exercício de Outubro de 2020 a igual data do ano de 2022; **c)** Eleger e empossar o Conselho Fiscal. São Paulo, 02 de Setembro de 2020. Milton Mattani - Presidente.

SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINDSEMP/SP

Rua Dr. Fernandes Vieira, nº 52- Belenzinho, São Paulo, CEP: 03059-023

CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo- SINDSEMP/SP, associação sindical em primeiro grau urbicitária, com sede no endereço acima, inscrito no C.N.P.J./MF. nº 68.970.888/0001-29 e no 5º Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo (SP), convoca a Categoria Profissional dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo, ativos e inativos, para participarem da Assembleia Geral, a ser realizada na Rua Fernandes Vieira, nº 52, Belém, São Paulo- SP, no dia 10/09/2020, às 10h00min, em 1ª convocação e às 10h30min, em 2ª convocação, para ratificar a assembleia ordinária realizada no dia 11 de fevereiro de 2019 para aprovação de contas do ano de 2018. São Paulo, 01de setembro de 2020. Carlos Roberto da Silva, Presidente.

Milão Agropecuária S.A.

CNPJ 29.739.511/0001-01 - NIRE 35300513894

Extrato Ata da Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local: 20/05/2020, às 08 horas, na sede social. **Convocação e Presença:** Totalidade do Capital Social. **Publicação:** O relatório da administração e o Balanço Patrimonial em 31/12/2019 têm suas publicações dispensadas tendo em vista que preenche os requisitos do Artigo 294, inciso II da Lei 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Vilmer Baldan; Secretária: Maria Cristina Baldan Cavichia. **Deliberações: Aprovaram; a) a b)** as contas prestadas pelo administrador relativas ao exercício findo em 31/12/2019; **c)** elegem para compor a Diretoria para o triênio 2020/2021/2022, para o Cargo de Diretor Presidente, Vilmer Baldan, RG 5.765.550-9-SSP-SP e CPF/MF 012.211.088-91; para o cargo de Diretor Vice-Presidente, Maria Cristina Baldan Cavichia, RG 9.107.821-0-SSP/SP e CPF/MF 084.128.838-02, e para o cargo de Diretora, Greice Baldan Kfouri, RG 18.291.306-5-SSP-SP e CPF/MF 108.939.908-17. **Encerramento:** Foram encerrados os trabalhos. **Jucesp** nº 304.886/20-8 em sessão de 14/08/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONVENÇÃO 2020

O Presidente da Comissão Provisória Municipal do **Movimento Democrático Brasileiro – São Paulo – SP – Municipal**, com fundamento no artigo 1º, inc. II, da Emenda Constitucional nº 107/2010 e artigos 23, 26, 88, § 2º, incisos I a IV, 89, inciso III e § 1º, todos do Estatuto Partidário, **CONVOCA a CONVENÇÃO MUNICIPAL** com seus respectivos membros da Comissão Provisória, os Parlamentares do Partido com domicílio no Município e os membros do Diretório Estadual com domicílio no Município, a comparecerem à Convenção Municipal para escolha de candidatos ao pleito de 2020, que se realizará no dia 11 de setembro de 2020, na Câmara Municipal de São Paulo – Viaduto Jacareí, n. 100 – Bela Vista – Salão Nobre, Sala Sérgio Vieira e Sala Oscar Pedroso, com início às 15:00 (quinze) horas e término às 17:00 (dezessete) horas, para deliberar acerca da seguinte **ordem do dia: 1** - Deliberação sobre escolha de candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito; **2** - Deliberação de escolha de candidatos a Vereador; **3** - Sorteio dos respectivos números para candidatos a Vereador; **4** - Deliberação sobre coligações majoritárias com outros partidos; **5** - Designação de um representante, que terá atribuições equivalentes às de presidente de partido político no trato dos interesses e na representação da eventual coligação no que se refere ao processo eleitoral, bem como a designação de delegados na forma do artigo 5º da Resolução 23.609/2019/ TSE; **6** - Delegação de poderes a Comissão Provisória para celebrar coligações com outros partidos (eleição majoritária), bem como para homologar, substituir, acrescentar ou suprimir nomes à chapa de candidatos às eleições proporcionais; e **7** - Outros assuntos de interesse partidário e eleitoral. Nota: I - Todos os convencionais deverão estar munidos de documento de identificação com foto. São Paulo, 01 de setembro de 2020. **Ricardo Luiz Reis Nunes - Presidente**

AMD Anestesia e Controle da Dor Serviços Médicos Ltda. ("Sociedade")

CNPJ nº 25.369.773/0001-70 - NIRE nº 35230031398

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária ("AGO") - Formato Exclusivamente Digital

Ficam convocados os Srs. Sócios da Sociedade para participarem da AGO a ser realizada no dia 19/10/2020 às 19:00h em primeira convocação, e às 19:30h em segunda convocação, a ser realizada em formato exclusivamente digital via plataforma Eletrônica Zoom ("www.zoom.us") ("Plataforma"), nos termos dos artigos 1.080-A, 1.072 e 1074 do Código Civil, da IN DREI nº 81/2020 e atos societários da Sociedade. A ordem do dia para deliberação é a seguinte: (i) aprovação das demonstrações financeiras da Sociedade no exercício findo em 31/12/2019. A sociedade disponibilizará, a partir de 10/09/2020, com mais de 30 (trinta) dias de antecedência, as demonstrações financeiras na área restrita aos sócios no site https://www.amdanestesia.com.br/, nos termos do artigo 1.065 c/c parágrafo primeiro do artigo 1.078 do Código Civil, IN DREI nº 81/2020 e conforme atos societários da Sociedade. Para acesso e participação dos sócios na AGO os procedimentos completos da AGO em formato digital estarão disponíveis na área restrita ao sócio no site: https://www.amdanestesia.com.br/ com 10 (dez) dias de antecedência à realização da AGO. Em resumo dos procedimentos: a) a presença será aferida via ingresso do sócio na Plataforma com identificação visual e documental pela mesa, sendo a AGO gravada. b) a votação será realizada na AGO de forma individual e nominal, com identificação visual e documental e declaração de voto verbal do sócio na AGO para registro pela mesa, não sendo utilizado boletim de voto. SP, 01/09/2020, 02/09/2020, 03/09/2020. **João Soares de Almeida Junior** - Diretor Presidente.

BAHEMA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 04.067.042/0001-22 - NIRE 35.300.333.501

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Bahema Educação S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em **29 de setembro de 2020**, na sede da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1656, 2º andar, cj. 204, 208 e 209-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, na Cidade de São Paulo/SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social: a) aprovação do artigo 2º do Estatuto Social, para refletir o atual endereço da sede da Companhia; b) aprovação do artigo 5º do Estatuto Social, para refletir o atual capital social aprovado pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado e homologado pelo Conselho de Administração na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/10/2019; b) aumento do limite do capital autorizado de 4.800.000 ações para 9.600.000 ações e exclusão da previsão de integralização de ações necessariamente à vista, com a consequente alteração do Artigo 6º do Estatuto Social; c. inclusão de competência do Conselho de Administração para deliberar sobre celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre, de um lado, a Companhia e as suas controladas, de outro lado, a Companhia e os coligadas ou sociedades controladas, coligadas ou controladoras das acionistas da Companhia, observado, em qualquer hipótese, o impedimento de voto de conselheiro eventualmente em situação de conflito de interesses, e consequente alteração do artigo 17 do Estatuto Social; d. consolidação do Estatuto Social da Companhia, com a inclusão da minuta apresentada por d.1 membros efetivos e 2 membros suplentes do Conselho de Administração; **(ii)** Fixação de novo número de membros do Conselho de Administração para o presente mandato, passando a ser de 8 membros efetivos e respectivos suplentes; **(iv)** Eleição, para mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre os resultados do exercício encerrado em 31/12/2021 ("Ordinária"), dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração; **(v)** Ratificação da aquisição pelo Centro de Formação de Educadores da Vila Lita, sociedade controlada da Companhia ("Centro de Formação"), CNPJ nº 15.122.128/0001-00, com sede na Cidade de Ribeirão Preto/SP, na Rua Salvatina Felicieno dos Santos, 513, Iracemulo, CEP 88034-000 ("Aquisição"), de acordo com Contrato de Aquisição de Participação e Outras Avenças, celebrado em 20/7/2020, entre o Centro de Formação e as sócias da Autonomia ("Transação Autonomia"); **(vi)** Ratificação da aquisição pela Bahema Educação RJ Ltda., sociedade controlada da Companhia ("Bahema RJ"), de 100% do capital da Centro de Pesquisa e Formação de Educadores Balão Vermelho Ltda. CNPJ sob o nº 23.841.000/0001-10, com sede na Cidade de Belo Horizonte/MG, na Rua Prof. Daime Gonçalves, 230, Bairro Manacás, CEP 30150-190 ("Balão"), mediante exercício de opções de compra outorgadas pelos acionistas titulares do Controle de Processo de Concessão de Mútuo; Outorga de Opções, Instituição de Usufruto e Outras Avenças, celebrado em 6/07/2017 ("Transação Balão"); e **(vii)** Ratificação da aquisição pela Companhia de 100% do capital da Escola Viva Participações S.A., CNPJ nº 30.657.270/0001-30, localizada na cidade de São Paulo/SP na Rua Professor Vahia de Abreu, 460/462, Vila Olímpia, CEP 04548-020 ("Escola Viva") mediante exercício de opções de compra outorgadas à Companhia, nos termos do Termo de Noveação e Fechamento ("Exercício da Opção") assinado em 17/04/2020, com base no Contrato de Opção de Compra ("Opção de Compra") que havia sido exercido em 21/02/2019 ("Transação Escola Viva"), tudo em cumprimento ao artigo 4º da Instrução CVM nº 481,699 e ao artigo 3º da Instrução CVM nº 16591, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração é de 5% do capital social total da Companhia. Esta faculdade deverá ser exercida pelos acionistas titulares de ações da Companhia, conforme artigo 141 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Poderão participar da AGE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, ou seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os artigos 126 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações e na Proposta de Administração. O representante legal do acionista deverá comparecer à AGE munido da procuração e demais documentos indicados na Proposta da Administração, além de documento que comprove a sua identidade. **Boletim de Voto a Distância:** a Companhia disponibilizará para a AGE o sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, ainda, diretamente à Companhia, conforme disposto na Proposta da Administração. A Companhia solicita aos seus acionistas que, caso possível, enviem os documentos indicados na Proposta da Administração para o e-mail ri@bahema.com.br, ele as entregarão do dia 28/08/2020, último dia útil anterior à data da AGE. Nos termos do artigo 5º, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 481, o acionista que comparecer à AGE munido dos documentos exigidos poderá deles participar e votar, ainda que tenha deixado de enviá-lo tempestivamente. A Proposta da Administração para a AGE e os demais documentos a ela relativos encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e na internet, nos endereços eletrônicos da Companhia (www.bahema.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

São Paulo, 28/08/2020

Cassio Bedi - Presidente do Conselho de Administração

Finvest Finanças e Investimentos S.A.

CNPJ/NIF nº 04.067.042/0001-22 - NIRE 35.300.333.501

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora, Local: 1º.06.2020, às 10hs, na sede social, avenida Santo Amaro, nº 48, cuntjo 2, Itaim Bibi, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos membros. **Mesa:** Presidente: Márcio Garcia de Souza e Secretário: Alexandre Wild Borges. **Deliberações Aprovadas:** (i) Aceitar o pedido de renúncia do cargo de Diretor, apresentado por **Matias Fernando Cristóbal Vidal**, argentino, casado, economista, RNE nº V-319229-N, CPF/MF nº 227.629.598-88, residente em São Paulo/SP. (ii) Eleger para o cargo de Diretor o Sr. **Marcelo de Andrade**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, RG nº 17.641.048/SSP-SP, CPF/MF nº 076.244.538-60, residente em São Paulo/SP, com mandato a encerrar-se em 1º.06.2023 ou até a realização da AGO no ano de 2023, o que ocorrer por último, podendo ser reeleito. (iii) Em razão da eleição do Diretor ora aprovada, os sócios decidem unanimemente pela unificação de mandato a encerrar-se em 1º.06.2023, dos Diretores (a) **Márcio Garcia de Souza**, brasileiro, casado, RG nº 03.503.790-2 (IFP-RJ), CPF/MF nº 425.539.467-91, residente em São Paulo/SP; e (b) **Alexandre Wild Borges**, brasileiro, divorciado, administrador, RG nº 13.021.743-3 (IDC-RJ), CPF/MF nº 739.656.931-15, residente em São Paulo/SP. (ii)(b) Os Diretores eleitos ávou reconduzidos tomam posse em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse e declaram que não estão impedidos de exercer atividades legais em virtude de condenações, aprovadas, e Diretoria da Companhia passa a ser com o seguinte quadro: **Diretor - Término do mandato: Márcio Garcia de Souza**, 01.06.2023. **Alexandre Wild Borges**, 01.06.2023. **Marcelo Andrade**, 01.06.2023. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 1º.06.2020. **(b) Conselheiros:** Márcio Garcia de Souza, José Pio Borges de Castro Filho, Caio Mário Paes de Andrade e Byung Soo Hong. JUCESP nº 323.726/20-3 em 24.08.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

CNPJ nº 09.352.896/0001-42 - NIRE 35.300.353.170

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 5 de Maio de 2020

Data, Hora e Local: Em 5.05.2020, 10hs, na sede social da Companhia de Participações Aeroportuárias ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar - parte, CEP 04551-065, na Cidade de São Paulo/SP. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensada em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"). **Composição da Mesa:** A mesa foi presidida pela Sra. Cristiane Alexandra Lopes Gomes e secretariada pela Sra. Thais Vieroni Miranda Custodio. **Ordem do Dia:** (i) tomar conhecimento dos pedidos de renúncia apresentados pelos Srs. Celso Paes Junior e Stefan Conrad aos cargos de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; e consequentemente (ii) aprovar a eleição de seus respectivos substitutos. **Deliberações:** Após analisar as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia, representando a totalidade do capital social, por unanimidade e sem restrições, reservas ou oposição, deliberaram: **1.** Lavrar a presente ata na forma de sumário, conforme facultado pelo §1º, artigo 130, Lei nº 6.404/76; **2.** Tomar conhecimento dos pedidos de renúncia dos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, Srs. **Celso Paes Junior e Stefan Conrad**, conforme cartas de renúncia apresentadas à Companhia em 04.05.2020 e 13.12.2019, respectivamente. **3.** Aprovar, em decorrência do acima exposto, a eleição dos novos membros efetivos para compor o Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. **Ricardo de Arruda Penteado**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº M6079985 SSP/MG, CPF nº 032.650.846-55, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, nº 222, bloco B, 4º andar; e (ii) **Sr. Tobias Martins**, brasileiro, solteiro, divorciado, psicólogo, portador do passaporte nº X0040662, CPF nº 711.018.411-99, residente e domiciliado na Cidade de Florianópolis/SC, na Rua Servidão Correio Sul, nº 84, Bairro Campeche, CEP 88063-450. **4.** Consignar que os membros do Conselho de Administração ora eleitos, ao aceitarem a sua nomeação e declararem ter conhecimento do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e que, consequentemente, não se enquadram em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no referido artigo da Lei nº 6.404/76 que os obstem de exercer as funções de administradores da Companhia. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos foram investidos em seus cargos mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2022. **5.** Consignar que o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto pelos seguintes membros: (i) Sr. **Rogério Augusto Prado**, membro efetivo e Presidente; (ii) Sr. **Ricardo de Arruda Penteado**, membro efetivo; (iii) Sra. **Cristiane Alexandra Lopes Gomes**, membro efetivo; (iv) Sra. **Priscilla Matsumoto Huttenlocher**, membro efetivo; (v) Sr. **Felipe André Fraser González**, membro efetivo; e (vi) **Tobias Market**, membro efetivo. **Encerramento:** Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi interrompida pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, lida, achada conforme e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Sra. Cristiane Alexandra Lopes Gomes, Presidente da Mesa; Sra. Thais Vieroni Miranda Custodio, Secretária; **Acionistas: (i) CCR Espanha - Concesiones y Participaciones S.L.U.; (ii) Holding IDC S.A.**; e **(iii) Zurich Airport Latin America S.A.** (em fase de alteração da denominação para Aport S.A.). Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Cristiane Alexandra Lopes Gomes - Presidente da Mesa, Thais Vieroni Miranda Custodio - Secretária da Mesa. JUCESP nº 323.946/20-3 em 24.08.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Invest Finanças e Investimentos S.A.

CNPJ/NIF nº 04.067.042/0001-22 - NIRE 35.300.333.501

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora, Local: 1º.06.2020, às 10hs, na sede social, avenida Santo Amaro, nº 48, cuntjo 2, Itaim Bibi, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos membros. **Mesa:** Presidente: Márcio Garcia de Souza e Secretário: Alexandre Wild Borges. **Deliberações Aprovadas:** (i) Aceitar o pedido de renúncia do cargo de Diretor, apresentado por **Matias Fernando Cristóbal Vidal**, argentino, casado, economista, RNE nº V-319229-N, CPF/MF nº 227.629.598-88, residente em São Paulo/SP. (ii) Eleger para o cargo de Diretor o Sr. **Marcelo de Andrade**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, RG nº 17.641.048/SSP-SP, CPF/MF nº 076.244.538-60, residente em São Paulo/SP, com mandato a encerrar-se em 1º.06.2023 ou até a realização da AGO no ano de 2023, o que ocorrer por último, podendo ser reeleito. (iii) Em razão da eleição do Diretor ora aprovada, os sócios decidem unanimemente pela unificação de mandato a encerrar-se em 1º.06.2023, dos Diretores (a) **Márcio Garcia de Souza**, brasileiro, casado, RG nº 03.503.790-2 (IFP-RJ), CPF/MF nº 425.539.467-91, residente em São Paulo/SP; e (b) **Alexandre Wild Borges**, brasileiro, divorciado, administrador, RG nº 13.021.743-3 (IDC-RJ), CPF/MF nº 739.656.931-15, residente em São Paulo/SP. (ii)(b) Os Diretores eleitos ávou reconduzidos tomam posse em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse e declaram que não estão impedidos de exercer atividades legais em virtude de condenações, aprovadas, e Diretoria da Companhia passa a ser com o seguinte quadro: **Diretor - Término do mandato: Márcio Garcia de Souza**, 01.06.2023. **Alexandre Wild Borges**, 01.06.2023. **Marcelo Andrade**, 01.06.2023. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 1º.06.2020. **(b) Conselheiros:** Márcio Garcia de Souza, José Pio Borges de Castro Filho, Caio Mário Paes de Andrade e Byung Soo Hong. JUCESP nº 323.726/20-3 em 24.08.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, a todos que o presente edital virem ou interessarem, FAZ SABER que, **ADRIANA NEVES BRUNO**, administradora de empresas, RG nº 23.140.232-6-SSP/SP, CPF nº 183.837.048-01, casada no regime da parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, com **GIAMPAOLO BRUNO**, RG nº 25422487-SSP/SP, CPF nº 148.323.818-06, brasileiros, domiciliados nesta Capital, residentes na avenida Moema, nº 55, apartamento nº 44, Moema, foram intimados a purgarem a mora mediante o pagamento referente a 05 (cinco) prestações em atraso, vencidas de 05/04/2020 a 05/08/2020, no valor de R$7.577,82 (sete mil, quinhentos e setenta e sete reais e oitenta e dois centavos), e respectivos encargos atualizados na data de hoje no valor de R$9.025,31 (nove mil e vinte e cinco reais e trinta e um centavos), que atualizado até 03/11/2020, perfaz o valor de R$12.467,69 (doze mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos), cuja planilha com os valores para efetivação da purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, para aquisição dos imóveis localizados na Avenida Moema, nºs 55/65, apartamento nº 44, localizado no 4º andar ou 5º pavimento, e vaga indeterminada na garagem, localizado parte no subsolo e parte no andar térreo, em Indianópolis – 24º Subdistrito, objetos de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrados sob nº 14 nas matrícula nº 1.471 e 1.472. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:00hs e das 12:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o devedor desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 10 de agosto de 2020. O Oficial. 01, 02 e 03/09

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

DISTRITO DE PARELHEIROS

OFICIAL - ODÉLIO ANTONIO DE LIMA

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

IGOR ROBERTO DOS SANTOS FRANCO E PALOMA PEREIRA DA SILVA ROSA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, GARÇON, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 03/10/1998, FILHO DE CARLOS ROBERTO DA SILVA FRANCO E DE SUELI CONCEIÇÃO DOS SANTOS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 17/01/2001, FILHA DE EDMILSON DASILVAROSA E DE MARIA DE LOURDES PEREIRA.

WELLINGTON SANTOS REIS E MISLEIDE FERREIRAPAIVA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUXILIAR DE LIMPEZA, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 06/03/1986, FILHO DE JOSÉ CARLOS REIS E DE JACIRA DOS SANTOS BRAGA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUXILIAR DE LIMPEZA, SOLTEIRA, NASCIDA EM IPIAU, BA, NO DIA 08/10/1989, FILHA DE ANTONIO PAIVA DOS SANTOS E DE DIOCLEIA FERREIRA SANTOS.

PAULO SÉRGIO OLIVEIRA MOTA E LETÍCIA APARECIDA ALMEIDA DE LIMA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTONOMO, SOLTEIRO, NASCIDO EM BARROCAS, BA, NO DIA 31/01/

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

CNPJ: 24.230.275/0001-80

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

A Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário, iniciou suas atividades em fevereiro de 2016 através de uma "joint venture" entre a Plano & Plano R2 Incorporações Ltda. e Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, com participação de 50% cada.

A Companhia, por meio de suas controladas, tem por objeto a incorporação e comercialização de empreendimentos imobiliários voltados para o segmento econômico de baixa renda – "Minha Casa Minha Vida – MCMV", além da prestação de serviços relativos à construção, supervisão, estudos e projetos e a execução de quaisquer obras de engenharia civil. A principal região de atuação da Companhia é a Sudeste, Brasil, especificamente São Paulo e Grande São Paulo.

Desde o início de suas atividades, a empresa vai acelerando sua expansão tendo lançado 19 empreendimentos desde 2016 na região de região metropolitana de São Paulo em bairros e cidades estrategicamente escolhidas com demanda para o segmento econômico que atua.

No ano de 2017, a empresa expandiu sua atuação com o lançamento de 9 empreendimentos imobiliários, totalizando 3086 unidades, representando um crescimento de 64% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Valor Geral de Vendas (VGV) desses lançamentos foi de R$ 507 milhões, ante R$ 400 milhões no ano de 2016.

A venda bruta de 2179 unidades resultou em um total de R$ 405 milhões em Valor Geral de Vendas, o que representa, respectivamente, um crescimento de 64% e 48% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desta forma, a receita líquida cresceu 23,9% atingindo R$ 314,4 milhões em 2017, com lucro bruto de R$ 115,1 milhões, um incremento de 3574% e lucro líquido de R$ 38,9 milhões, obtendo um crescimento de 343,3% no ano de 2017 comparado ao ano de 2016 e atingindo margem líquida de 12,4% ante 9,3%, o que demonstra a boa performance operacional e financeira obtida no período, mesmo considerando o crescimento acelerado dos empreendimentos, que em um primeiro momento geram maiores custos e despesas operacionais, devido a estrutura de empreendimentos e os estoques de imóveis destinados à venda.

Os investimentos da companhia para viabilizar os projetos em estando em andamento totalizaram R$ 6,2 milhões, 29,8% superior em 2017, permitindo um aumento considerável da estrutura para os lançamentos realizados no período.

Desta forma, reforçamos nosso compromisso de expandir nossas atividades no segmento econômico visando o crescimento da demanda por parte da população da região metropolitana de São Paulo para essa modalidade de empreendimentos.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita líquida de prestação de serviços, conforme o quadro acima, totalizou R$ 314,4 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$ 220,3 milhões, ou 233,9%, quando comparado ao mesmo período no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R$ 94,2 milhões, em razão, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) no aumento das vendas de unidades em estoque que cresceram 26% em 2017 (ii) nas vendas de novos lançamentos que cresceram 26% em 2017 e (iii) pelo reconhecimento da receita das obras em execução durante o ano de 2017 para as unidades já vendidas, de acordo com a metodologia de "*percentage of completion*" (POC).

(em R$ mil, exceto %)	2017	2016	Var.%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	314.449	94.162	233,9%
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS			

Os custos dos imóveis vendidos e serviços prestados foram acima de R$ 130,2 milhões, ou 188,8%, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 199,2 milhões, em comparação ao mesmo período do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que totalizou R$ 68,9 milhões.

O crescimento acelerado dos custos dos imóveis vendidos e serviços prestados advém do aumento dos empreendimentos no período, embora, sua taxa de crescimento tenha ficado abaixo do crescimento das receitas obtidas com esses projetos.

(em R$ mil, exceto %)	2017	2016	Var.%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(199.181)	(68.963)	188,9%
% s/a ROL	*-63,3%*	*-73,2%*	*-9,9pp*
LUCRO BRUTO			

O lucro bruto acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 115,3 milhões contra R$ 25,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, um ganho de 3574%, com um crescimento nominal de R$ 90,1 milhões. Desta forma, a margem bruta do período obteve um ganho de 9,9 pontos percentuais, atingindo 36,7% ante 26,8% no acumulado de 2017, refletindo ganho de escala das atividades de construção.

(em R$ mil, exceto %)	2017	2016	Var.%
LUCRO BRUTO	115,268	25,199	3574%
Margem Bruta (%)	*36,7%*	*26,8%*	*9,9pp*
DESPESAS OPERACIONAIS			

As despesas operacionais foram de R$ 65,6 milhões, registrando um aumento de 380% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 que totalizou R$ 13,7 milhões. Esse aumento das despesas operacionais teve participação relativa na ROL superior ao aumento das receitas, gerando, desta forma, um aumento de 6,4 pontos percentuais em relação ao exercício anterior, registrando 20,9% da ROL no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 contra 14,5% da ROL no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento nas despesas com participação relativa superior ao aumento das receitas do período foi impactado pelos seguintes fatores (i) as despesas comerciais do período tiveram um incremento de 153,7% devido às campanhas de marketing mais agressivas com o objetivo de acelerar a velocidade de vendas e aumento dos pontos de vendas; (ii) as despesas gerais e administrativas registraram um aumento de 466,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, devido ao incremento social estrutura administrativa;; (iii) as outras receitas e despesas operacionais líquidas que aumentaram em R$ 3,4 milhões.

(em R$ mil, exceto %)	2017	2016	Var.%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(65.646)	(13.676)	380,0%
Despesas comerciais	(33.923)	(13.369)	153,7%
Despesas gerais e administrativas	(28.042)	(4.953)	466,2%
Equivalência Patrimonial	-	4.914	-100,0%
Outras despesas operacionais líquidas	(3.681)	(268)	1273,5%
% ROL	*-20,9%*	*-14,5%*	*6,4pp*
RESULTADO OPERACIONAL			

Desta forma, o resultado operacional acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 totalizou R$ 49,6 milhões, representando 15,8% da ROL ante 12,2% de margem operacional registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que totalizou R$ 11,5 milhões. Esse aumento no Resultado Operacional decorre, principalmente, do aumento da receita, controle de custos e eficiência para fazer frente as vendas dos lançamentos. Houve um ganho de R$ 38,1 milhões, o que equivale a 330,6% de crescimento no lucro operacional do exercício.

(em R$ mil, exceto %)	2017	2016	Var.%
RESULTADO OPERACIONAL	**49.622**	**11.523**	**330,6%**
% Margem Operacional	*15,8%*	*12,2%*	*3,5pp*
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO			

O resultado financeiro líquido acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 registrou despesas financeiras líquidas de R$ 3,3 milhões ante R$ 1,4 milhão registradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, equivalentes a ROL de 1,1% negativo contra 1,5 da ROL negativo no ano anterior, um aumento de 134,8%, com redução nominal de R$ 1,9 milhão, basicamente gerado pela queda de 306,4% nas despesas financeiras e de 705,6% nos ganhos das receitas financeiras geradas no período devido ao nível de endividamento cujos recursos captados foram utilizados nos investimentos realizados no período.

(em R$ mil, exceto %)	2017	2016	Var.%
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(3.336)	(1.421)	134,8%
Receitas financeiras	4.922	611	705,6%
Despesas financeiras	(8.258)	(2.032)	306,4%
% ROL	*-1,1%*	*-1,5%*	*-0,4pp*
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R$ 46,3 milhões de lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando 14,7% da ROL, contra R$ 10,2 milhões atingindo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ou 10,7% da ROL do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento de 358,2% no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social gragas ao crescimento das receitas e equilíbrio em custos e despesas, resultando em um lucro nominal adicional de R$ 36,2 milhões.

(em R$ mil, exceto %)	2017	2016	Var.%
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	46.286	10.102	358,2%
% ROL	*14,7%*	*10,7%*	*4,0pp*
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 74 milhões comparativamente a R$ 1,3 milhão de imposto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esse imposto representou 16,0% do resultado antes do imposto de renda e contribuição social gerado no acumulado do ano contra 12,7% atingidos no exercício social anterior e foi devido ao aumento de R$ 6,0 milhões no imposto de renda e contribuição social corrente.

(em R$ mil, exceto %)	2017	2016	Var.%
Imposto de renda e contribuição social	(7.412)	(1.332)	456,5%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(6.399)	(375)	1.606,4%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.013)	(957)	5,9%
LUCRO DO EXERCÍCIO			

Considerando o exposto, o lucro líquido da Companhia totalizou R$ 38,8 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a um lucro líquido de R$ 8,8 milhões no mesmo período do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, um aumento nominal de R$ 30 milhões, ou 343,3%.

(em R$ mil, exceto %)	2017	2016	Var.%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.874	8.769	343,3%
Margem Líquida	*12,4%*	*9,3%*	*3,0pp*
SITUAÇÃO PATRIMONIAL			

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido era de R$ 36,5 milhões em comparação com R$ 8,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 11,8% em 31 de dezembro de 2017 e 6,4% em 31 de dezembro de 2016. Este aumento, de R$ 27,8 milhões ou 315,7%, é devido, especialmente, ao aumento de 484,7%, equivalente a R$ 42,5 milhões, nas reservas de lucros do período.

A dívida líquida totalizou R$ 31,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo que o endividamento bruto totalizava R$ 97,9 milhões e as disponibilidades de caixa R$ 66,0 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O valor adicionado do período foi de R$ 104,8 milhões, sendo que 33,4% para pessoal e encargos; 21,4% para impostos, taxas e contribuições; 8,1% para remuneração de capital de terceiros e 37,1% para remuneração de capital próprio conforme demonstrativo a seguir:

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

A Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário, iniciou suas atividades em fevereiro de 2016 através de uma "joint venture" entre a Plano & Plano R2 Incorporações Ltda. e Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, com participação de 50% cada.

A Companhia, por meio de suas controladas, tem por objeto a incorporação e comercialização de empreendimentos imobiliários voltados para o segmento econômico de baixa renda – "Minha Casa Minha Vida – MCMV", além da prestação de serviços relativos à construção, supervisão, estudos e projetos e a execução de quaisquer obras de engenharia civil. A principal região de atuação da Companhia é a Sudeste, Brasil, especificamente São Paulo e Grande São Paulo.

Desde o início de suas atividades, a empresa vai acelerando sua expansão tendo lançado 34 empreendimentos desde 2016 na região de região metropolitana de São Paulo em bairros e cidades estrategicamente escolhidas com demanda para o segmento econômico que atua.

No ano de 2018, a empresa expandiu sua atuação com o lançamento de 15 empreendimentos imobiliários, totalizando 4870 unidades, representando um crescimento de 58% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Valor Geral de Vendas (VGV) desses lançamentos foi de R$ 854 milhões, ante R$ 507 milhões no ano de 2017.

A venda bruta de 3626 unidades resultou em um total de R$ 635 milhões em Valor Geral de Vendas, o que representa, respectivamente, um crescimento de 66% e 57% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desta forma, a receita líquida cresceu 40,3% atingindo R$ 441,3 milhões em 2018, com lucro bruto de R$ 160,0 milhões, um incremento de 38,8% e lucro líquido de R$ 44,6 milhões, obtendo um crescimento de 14,7% no ano de 2018 comparado ao ano de 2017 e atingindo margem líquida de 10,1% ante 12,4%, o que demonstra boa performance operacional e financeira obtida no período, mesmo considerando o crescimento acelerado dos empreendimentos, que em um primeiro momento geram maiores custos e despesas operacionais, devido a estoque de imóveis destinados à venda.

Os investimentos da companhia para viabilizar os projetos em empreendimentos imobiliários totalizaram R$ 11,5 milhões, 84,8% superior em 2018, demonstrando um aumento considerável das lançamentos realizados no período devido a estrutura de stand de vendas estabelecida.

Desta forma, reforçamos nosso compromisso de expandir nossas atividades no segmento econômico visando o crescimento da demanda por parte da população da região metropolitana de São Paulo para essa modalidade de empreendimentos.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida totalizou R$ 441,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 126,8 milhões, ou 40,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 314,4 milhões, devido: (i) no aumento das vendas de unidades em estoque 74% em 2018 (ii) nas vendas de novos lançamentos que cresceram 62% em 2018 e (iii) pelo reconhecimento da receita de obras em execução durante o ano de 2018 para as unidades já vendidas, de acordo com a metodologia de "*percentage of completion*" (POC).

(em R$ mil, exceto %)	2018	2017	Var.%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	441.283	314.449	40,3%
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS			

O custo dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 281,3 milhões, representando um aumento de R$ 126,8 milhões, ou 40,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 que equivalia a 63,3% da ROL.

Considerando o aumento de lançamentos e vendas de produtos em regime de incorporação imobiliária, os custos dos serviços prestados obtiveram um aumento de 41,2%, equivalente a R$ 82,1 milhões de custos a mais no período, ligeiramente acima crescimento de vendas devido a disciplina de execução imobiliária da empresa.

(em R$ mil, exceto %)	2018	2017	Var.%
% s/a ROL	*-63,7%*	*-63,3%*	*0,4pp*
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(281.291)	(199.181)	41,2%
LUCRO BRUTO			

O lucro bruto acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 160,0 milhões contra R$ 115,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, um ganho de 38,8%, com um crescimento nominal de R$ 44,7 milhões. Desta forma, a margem bruta do período ficou alinhada com a registrada no ano anterior, atingindo 38,0% ante 36,7% no acumulado de 2017, refletindo a boa performance de vendas.

(em R$ mil, exceto %)	2018	2017	Var.%
LUCRO BRUTO	159.992	115.268	38,8%
Margem Bruta (%)	*36,3%*	*36,7%*	*-0,4pp*
DESPESAS OPERACIONAIS			

As despesas operacionais foram de R$ 103,6 milhões, registrando um aumento de 57,8% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 que totalizou R$ 65,6 milhões. Esse aumento das despesas operacionais teve participação relativa na ROL superior ao aumento das receitas, gerando, desta forma, um aumento de 1,4 pontos percentuais em relação ao exercício anterior, registrando 23,8% da ROL no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 contra 20,9% da ROL no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento nas despesas com participação relativa superior ao aumento das receitas do período foi impactado pelos seguintes fatores (i) as despesas comerciais do período tiveram um incremento de 70,3% devido às campanhas de marketing mais agressivas com o objetivo de acelerar a velocidade de vendas e aumento dos pontos de vendas; (ii) as despesas gerais e administrativas registraram um aumento de 51,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido ao aumento da estrutura da Companhia para frente ao crescimento acelerado (iii) as outras receitas e despesas operacionais líquidas que aumentaram em R$ 344 mil.

(em R$ mil, exceto %)	2018	2017	Var.%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(103.567)	(65.646)	57,8%
Despesas comerciais	(57.758)	(33.923)	70,3%
Despesas gerais e administrativas	(42.472)	(28.042)	51,5%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(3.337)	(3.681)	-9,3%
% ROL	*-23,5%*	*-20,9%*	*2,6pp*
RESULTADO OPERACIONAL			

Como consequência, o resultado operacional acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 56,4 milhões, representando 12,8% da ROL ante 15,8% de margem operacional registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que totalizou R$ 49,6 milhões. Essa redução na margem operacional decorre principalmente do aumento das despesas de vendas e gerais e administrativas, para arrefecer ao ritmo acelerado de crescimento. um ganho de R$ 6,8 milhões, o que equivale a 13,7% de crescimento no lucro operacional do exercício.

(em R$ mil, exceto %)	2018	2017	Var.%
RESULTADO OPERACIONAL	56.425	49.622	13,7%
% Margem Operacional	*12,8%*	*15,8%*	*-3,0pp*
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO			

O resultado financeiro líquido acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 registrou despesas financeiras líquidas de R$ 2,8 milhões ante R$ 3,3 milhões registradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, equivalentes a ROL de 0,6% negativo contra 1,1 da ROL negativo no ano anterior, somando uma diminuição de 16% nas despesas financeiras, com nominal de R$ 0,5 milhão reduzidos no período, basicamente gerado pela queda de 26,6% nas despesas financeiras e redução de 33,8% nos ganhos das receitas financeiras geradas no período devido ao nível de endividamento cujos recursos captados foram utilizados nos investimentos realizados no período.

(em R$ mil, exceto %)	2018	2017	Var.%
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(2.803)	(3.336)	-16,0%
Receitas financeiras	3.260	4.922	-33,8%
Despesas financeiras	(6.063)	(8.258)	-26,6%
% ROL	*-0,6%*	*-1,1%*	*0,4pp*
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R$ 53,6 milhões de lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 12,2% da ROL, contra R$ 46,3 milhões atingindo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ou 14,7% da ROL do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que equivaleu a um lucro nominal adicional de R$ 7,3 milhões Esse aumento de 15,8% no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, abaixo do incremento de receita líquida, decorre primordialmente do aumento de despesas operacionais acima do crescimento de receita líquida, foi possível devido ao incremento de receitas, redução nos custos e nas despesas receitas financeiras do período, o que equivaleu a um lucro nominal adicional de R$ 7,3 milhões.

(em R$ mil, exceto %)	2018	2017	Var.%
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	53.622	46.286	15,8%
% ROL	*12,2%*	*14,7%*	*-2,6pp*
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 9,0 milhões comparativamente a R$ 7,4 milhões de imposto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse imposto representou 16,8% do resultado antes do imposto de renda e contribuição social gerado no acumulado do ano contra 16,0% atingidos no exercício social anterior e foi devido ao aumento de R$ 1,9 milhão no imposto de renda e contribuição social corrente, com minimização pela redução de R$ 291 mil no imposto de renda e contribuição social diferido do período.

(em R$ mil, exceto %)	2018	2017	Var.%
Imposto de renda e contribuição social	(9.026)	(7.412)	21,8%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(8.304)	(6.399)	29,8%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(722)	(1.013)	-28,7%
LUCRO DO EXERCÍCIO			

Como consequência, o lucro líquido do acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 44,6 milhões comparativamente ao lucro líquido de R$ 38,9 milhões apresentados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, contabilizando um ganho de R$ 5,7 milhões de resultado nominal, ou o equivalente a um aumento de 14,7% no lucro líquido do período. Desta forma, a margem líquida ficou em 10,1% da ROL no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 ante 12,4% de margem líquida registrada no mesmo período do ano anterior. Apesar do bom crescimento das receitas líquidas, a Companhia teve um pequeno decréscimo em sua margem bruta e teve um crescimento mais acelerado das despesas operacionais em estas do período devido ao aumento de lançamentos, cuja receita somente será reconhecida ao longo do tempo.

(em R$ mil, exceto %)	2018	2017	Var.%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	44.596	38.874	14,7%
Margem Líquida	*10,1%*	*12,4%*	*-2,3pp*
EBITDA			

O EBITDA (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) atingiu R$ 76,1 milhões em 2018, com crescimento de 29,9% ante R$ 58,6 milhões no mesmo período do ano anterior, representando uma margem EBITDA de 17,3% ante 18,6%, no mesmo período do ano anterior.

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R$ 68,9 milhões em comparação com R$ 36,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 13,9% em 31 de dezembro de 2018 e 11,8% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R$ 32,4 milhões ou 88,7%, é devido, especialmente ao aumento de 63,1%, equivalente a R$ 32,4 milhões, nas reservas de lucros do período.

O montante de dividendos pagos totalizou R$ 12,2 milhões no exercício de 2018, tendo como origem os lucros acumulados na reserva de lucros.

A dívida líquida totalizou R$ 32,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, 1,3% acima da dívida líquida contabilizada em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido e disponibilidades de caixa R$ 188,1 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O valor adicionado do período foi de R$ 115,7 milhões, demonstrando um crescimento de 10,4% direcionado: 32,4% para pessoal e encargos; 22,7% para impostos, taxas e contribuições; 8,4% para remuneração de capital de terceiros e 36,5% para remuneração de capital próprio conforme demonstrativo a seguir:

Demonstração do Valor Adicionado (Em R$ mil)	2018	2017	Var.%
Pessoal e Encargos	37.480	35.046	6,9%
Impostos, Taxas e Contribuições	26.262	22.394	17,3%
Remuneração de Capital de Terceiros	7.363	8.496	-13,3%
Remuneração de Capital Próprio	44.596	38.874	14,7%
	115.701	**104.810**	**10,4%**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

A Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário, iniciou suas atividades em fevereiro de 2016 através de uma "joint venture" entre a Plano & Plano R2 Incorporações Ltda. e Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, com participação de 50% cada.

A Companhia, por meio de suas controladas, tem por objeto a incorporação e comercialização de empreendimentos imobiliários voltados para o segmento econômico de baixa renda – "Minha Casa Minha Vida – MCMV", além da prestação de serviços relativos à construção, supervisão, estudos e projetos e a execução de quaisquer obras de engenharia civil. A principal região de atuação da Companhia é a Sudeste, Brasil, especificamente São Paulo e Grande São Paulo.

Desde o início de suas atividades, a empresa vai acelerando sua expansão tendo lançado 54 empreendimentos desde 2016 na região de região metropolitana de São Paulo em bairros e cidades estrategicamente escolhidas com demanda para o segmento econômico que atua.

No ano de 2019, a empresa expandiu sua atuação com o lançamento de 25 empreendimentos imobiliários, totalizando 7035 unidades, representando um crescimento de 44% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Valor Geral de Vendas (VGV) desses lançamentos foi de R$ 1229 milhões, ante R$ 854 milhões no ano de 2018.

A venda bruta de 4585 unidades resultou em um total de R$ 800 milhões em Valor Geral de Vendas, o que representa, respectivamente, um crescimento de 26% e 26% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desta forma, a receita líquida cresceu 62,8% atingindo R$ 718,6 milhões em 2019, com lucro bruto de R$ 255,5 milhões, um incremento de 59,7% e lucro líquido de R$ 102,2 milhões, obtendo um crescimento de 129,3% no ano de 2019 comparado ao ano de 2018 e atingindo margem líquida de 14,2% ante 10,1%, o que demonstra a boa performance operacional e financeira obtida no período.

Ademais, os investimentos da companhia para viabilizar os projetos em empreendimentos imobiliários totalizaram R$ 21,4 milhões, 86,0% superior, e foram especialmente direcionados para a estrutura de stands de vendas, o que permitiu o avanço considerável de lançamentos realizados no período. Nosso foco permaneceu no segmento de baixa renda devido a boa demanda para essa modalidade de empreendimentos.

Considerando a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) declarada Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, chamado COVID-19, que pode causar efeitos na economia global, incluindo a brasileira, em virtude da paralização ou desaceleração de diversos setores produtivos, a empresa tomou diversas medidas preventivas com o intuito de evitar a disseminação do vírus, garantir a preservação da saúde dos colaboradores e demais partes relacionadas, assegurar a manutenção de empregos, bem como medidas para amenizar os efeitos da pandemia nos resultados da companhia.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida totalizou R$ 718,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 277,3 milhões, ou 62,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 441,3 milhões, em razão, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) no aumento das vendas de unidades em estoque que cresceram 48% em 2019 (ii) pelo reconhecimento da receita das obras em execução durante o ano de 2019 para as unidades já vendidas, de acordo com a metodologia de "*percentage of completion*" (POC).

(em R$ mil, exceto %)	2019	2018	Var.%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	718.606	441283	62,8%
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS			

O custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 463,1 milhões, representando 64,5% da receita líquida do período (ROL) comparativamente a R$ 281,3 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 que equivalia a 63,7% da ROL. Considerando o aumento de lançamentos e vendas de produtos em regime de incorporação imobiliária, os custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados obtiveram um aumento de 64,6%, equivalentes a R$ 181,8 milhões de aumento nominal. Esse incremento foi superior às receitas líquidas obtidas no período, ocasionado pelo aumento de custos de mão de obra e de matérias-primas, amenizados por reversão de provisão de distratos no montante de R$ 3,3 milhões.

(em R$ mil, exceto %)	2019	2018	Var.%
CUSTOS DOS IMÓVEIS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(463.143)	(281291)	64,6%
% s/a ROL	*-64,5%*	*-63,7%*	*0,7pp*
LUCRO BRUTO			

Como consequência, o lucro bruto acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 255,5 milhões contra R$ 160,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, um ganho de 59,7%, com um crescimento nominal de R$ 95,5 milhões. Apesar desse crescimento, a margem bruta do período ficou, menor em 0,7 pontos percentuais, atingindo 35,5% contra 36,3% no acumulado de 2018, basicamente por conta do aumento de custos no período.

(em R$ mil, exceto %)	2019	2018	Var.%
LUCRO BRUTO	255.463	159.992	59,7%
Margem Bruta (%)	*35,5%*	*36,3%*	*-0,7pp*
DESPESAS OPERACIONAIS			

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas operacionais foram de R$ 138,7 milhões, representando um aumento de 34,0% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 que totalizou R$ 103,6 milhões. Esse aumento das despesas operacionais teve participação relativa na ROL inferior ao aumento das receitas, gerando, desta forma, um ganho de 4,2 pontos percentuais em relação ao exercício anterior, registrando 19,3% da ROL no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 contra 23,5% da ROL no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Basicamente, esse aumento das despesas com participação relativa inferior ao aumento das receitas do período foi impactado pelos seguintes efeitos: (i) as despesas comerciais do período tiveram um incremento de 41,4% devido às campanhas de marketing mais agressivas com o objetivo de acelerar a velocidade de vendas. (ii) as despesas gerais e administrativas registraram um aumento de 22,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, demonstrando a eficiência da Companhia em reduzir despesas fixas. (iii) as outras receitas e despesas operacionais líquidas aumentaram em R$ 1,8 milhões, refletem reversão de provisões e perdas.

(em R$ mil, exceto %)	2019	2018	Var.%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(138.762)	(103.567)	34,0%
Despesas comerciais	(81.671)	(57.758)	41,4%
Despesas gerais e administrativas	(51.909)	(42.472)	22,4%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(5.115)	(3.337)	53,3%
% ROL	*-19,3%*	*-23,5%*	*-4,2pp*
RESULTADO OPERACIONAL			

Desta forma, o resultado operacional acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 116,7 milhões, representando 16,2% da ROL ante 12,8% de margem operacional registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R$ 56,4 milhões. Esse aumento no Resultado Operacional decorre, principalmente, da melhoria da performance de vendas e crescimento das despesas em patamar inferior as receitas, apesar do aumento dos custos ocorridos no período, permitindo, um ganho de R$ 60,3 milhões, o que equivale a 106,8% de crescimento no lucro operacional do exercício.

(em R$ mil, exceto %)	2019	2018	Var.%
RESULTADO OPERACIONAL	116.701	56.425	106,8%
% Margem Operacional	*16,2%*	*12,8%*	*3,5pp*
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO			

O resultado financeiro líquido acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 registrou receitas financeiras líquidas de R$ 330 mil ante despesas financeiras líquidas de R$ 2,8 milhões registradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, sem representatividade na ROL ante 0,6% negativo da ROL no ano anterior, somando um ganho nominal de R$ 3,1 milhões, basicamente gerado pelo aumento de 91,6% nos ganhos das receitas financeiras com redução de 2,4% nas despesas financeiras geradas no período, o que foi possível devido ao aumento das aplicações financeiras e redução do endividamento mais oneroso.

(em R$ mil, exceto %)	2019	2018	Var.%
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	330	(2.803)	-
Receitas financeiras	6.247	3.260	91,6%
Despesas financeiras	(5.917)	(6.063)	-2,4%
% ROL	*0,0%*	*-0,6%*	*-0,7pp*
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			

Desta forma, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R$ 117,0 milhões de lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 16,3% da ROL, contra R$ 53,6 milhões atingidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou 12,2% da ROL do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse ganho de 4,1 pontos percentuais na margem do resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi possível devido ao incremento de receitas, redução das despesas operacionais e ganho nas receitas financeiras do período, o que equivaleu a um lucro nominal adicional de R$ 63,4 milhões.

(em R$ mil, exceto %)	2019	2018	Var.%
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	117031	53.622	118,3%
% ROL	*16,3%*	*12,2%*	*4,1pp*
IMPOSTO DE REN

continuação

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E 2017 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R$)

		Controladora			Consolidado		
	Notas	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Receita líquida	18	1.166	2.281	3.349	716.602	441.283	314.449
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	19	-	-	-	(463.143)	(281.291)	(199.181)
Lucro bruto		1.166	2.281	3.349	255.463	159.992	115.268
(Despesas) receitas operacionais							
Despesas comerciais	20	(8.098)	(7.335)	(5.934)	(81.671)	(57.758)	(33.923)
Despesas administrativas	21	(35.712)	(32.378)	(25.487)	(51.976)	(42.472)	(28.042)
Resultado de equivalência patrimonial	8	144.628	82.902	69.828	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(99)	926	(906)	(5.115)	(3.337)	(3.681)
Total das receitas (despesas) operacionais		100.719	44.115	37.501	(138.762)	(103.567)	(65.646)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		101.885	46.396	40.850	116.701	56.425	49.622
							15,8%
Receitas financeiras		2.728	1.763	3.310	6.247	3.260	4.922
Despesas financeiras		(2.389)	(3.572)	(5.291)	(5.917)	(6.063)	(8.258)
Receita (despesas) financeiras líquidas	23	339	(1.809)	(1.981)	330	(2.803)	(3.336)
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda		102.224	44.587	38.869	117.031	53.622	46.286
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14	-	-	-	(15.218)	(8.304)	(6.399)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14	-	-	-	424	(722)	(1.013)
Lucro líquido do exercício		102.224	44.587	38.869	102.237	44.596	38.874
Atribuível a:							
Controladores		102.224	44.587	38.869	102.224	44.587	38.869
Cotistas não controladores		-	-	-	13	9	5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E 2017 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R$)

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Receitas						
Receita de imóveis vendidos/serviços prestados	1.357	2.586	3.804	733.720	452.574	323.964
(-) Deduções de vendas	(191)	(305)	(455)	(15.782)	(9.809)	(7.536)
	1.166	2.281	3.349	717.938	442.765	316.428
Insumos adquiridos de terceiros						
Custo de imóveis vendidos/serviços prestados	-	-	-	(463.143)	(281.291)	(199.181)
Serviços de terceiros	(7.368)	(8.766)	(5.701)	(17.788)	(16.189)	(7.933)
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.674)	(4.052)	(2.154)	(42.145)	(32.660)	(9.417)
	(14.042)	(12.818)	(7.855)	(523.076)	(330.140)	(216.531)
Valor adicionado bruto	(12.876)	(10.537)	(4.506)	194.862	112.625	99.897
Retenções						
Depreciações e amortizações	(290)	(184)	(9)	(309)	(184)	(9)
Valor líquido produzido pela entidade	(13.166)	(10.721)	(4.515)	194.553	112.441	99.888
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	144.628	82.902	69.828	-	-	-
Receitas financeiras	2.728	1.763	3.310	6.247	3.260	4.922
	147.356	84.665	73.138	6.247	3.260	4.922
Valor adicionado total a distribuir	134.190	73.944	68.623	200.800	115.701	104.810
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos						
Remuneração direta	24.260	18.979	19.605	47.587	31.599	32.760
Benefícios	2.273	3.968	1.089	2.869	4.150	1.056
FGTS	1.077	1.073	784	2.269	1.731	1.230
Impostos, taxas e contribuições						
Tributos federais	114	-	2.199	37.425	25.703	21.819
Tributos municipais	68	129	190	87	129	190
Outros impostos, taxas e contribuições	399	423	376	416	430	385
Remuneração de capital de terceiros						
Juros e encargos financeiros	2.389	3.572	5.291	5.917	6.063	8.258
Aluguéis	1.386	1.213	220	1.993	1.300	238
Remuneração de capital próprio						
Dividendos distribuídos	75.000	12.215	-	75.000	12.215	-
Participação de acionistas não controladores				13	9	5
Lucros retidos	27.224	32.372	38.869	27.224	32.372	38.869
	134.190	73.944	68.623	200.800	115.701	104.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E 2017 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R$)

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda	102.224	44.587	38.869	117.031	53.622	46.286
Ajustes para reconciliar o resultado com recursos provenientes de atividades operacionais:						
Tributos com recolhimento diferido	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	290	184	9	13.736	11.050	4.418
Resultado de equivalência patrimonial	(144.628)	(82.902)	(69.828)	-	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	1.837	1.900	2.435	1.884	1.594	602
Provisão para distratos	-	-	-	5.005	(4.188)	6.441
Provisão para perda esperada para risco de crédito	-	-	-	734	(371)	2.723
Ajuste a valor presente	-	-	-	(40)	1.093	2.483
Provisão para garantia	4.713	3.413	2.404	4.712	3.413	2.404
Provisão para contingências	-	(927)	931	2.661	(786)	953
Redução (aumento) nos ativos:						
Contas a receber	-	190	(190)	7.002	(19.561)	(66.303)
Imóveis a comercializar	123	2.306	(2.801)	(210.360)	(44.124)	(71.763)
Tributos a recuperar	(1.350)	(578)	(1.037)	(2.071)	(1.098)	(1.163)
Outros créditos	(68)	19	(72)	219	(2.928)	(1.014)
Aumento (redução) nos passivos:						
Fornecedores	191	4	210	3.565	6.824	7.054
Credores a pagar por aquisição de imóveis	-	-	-	116.624	51.844	70.398
Obrigações sociais e tributárias	(268)	1.164	5.016	950	4.328	6.833
Provisão de impostos de recolhimentos diferidos	-	-	(155)	(380)	680	752
Adiantamentos de clientes	180	-	-	8.229	(11.698)	11.417
Outros débitos com terceiros - SCP's	-	-	-	(223)	-	-
Pagamentos dos tributos de IRPJ e CSLL	(485)	(100)	(3)	(15.088)	(8.210)	(6.077)
Pagamentos de contingências	-	-	(4)	(1.508)	(71)	(4)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	(37.241)	(30.740)	(24.216)	52.682	41.413	17030
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Adições de investimentos	(9.484)	(100)	(50)	-	-	-
Adição de imobilizado	(361)	(1.097)	(136)	(18.236)	(11.367)	(6.224)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento	(9.845)	(1.197)	(186)	(18.236)	(11.367)	(6.224)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Partes relacionadas	52.441	88.019	57.618	8.985	(7.700)	(16.605)
Dividendos pagos a cotistas controladores	(37.500)	(6.108)	-	(37.500)	(6.108)	-
Dividendos pagos a cotistas não controladores	(37.500)	(6.108)	-	(37.500)	(6.108)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.862)	(1.903)	(4.451)	(328.637)	(130.417)	(97264)
Empréstimos e financiamentos captados	-	-	-	331.062	242.323	139.881
Caixa líquido proveniente das (aplicadas nas) atividades de financiamento	(24.421)	73.901	53.167	(63.590)	91.991	26.012
Aumento (redução) de Caixa e equivalentes de caixa	(71.507)	41.964	28.765	(29.144)	122.037	36.818
Caixa e equivalentes de caixa						
No início do exercício	73.665	31.701	2.936	188.072	66.035	29.217
No fim do exercício	2.158	73.665	31.701	158.928	188.072	66.035
Aumento (redução) de Caixa e equivalentes de caixa	(71.507)	41.964	28.765	(29.144)	122.037	36.818

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS – R$, EXCETO OS VALORES POR AÇÃO OU QUANDO MENCIONADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto operacional

A Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário Ltda. ("Companhia" e "Controladora") atualmente denominada Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A., conforme descrito na Nota Explicativa nº 28, era uma sociedade limitada e a partir de 30 de junho de 2020, foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Rua Samuel Morse, nº 74 no 13º andar, Bairro do Brooklin no município de São Paulo - SP, cuja atividades foram iniciadas em 23 de fevereiro de 2016, como resultado de uma "joint venture" entre a Plano & Plano R2 Incorporações Ltda. e Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, com participação de 50% cada.

A Companhia, por meio de suas controladas, as quais estão relacionadas com suas respectivas participações na Nota Explicativa nº 8, tem por objeto a incorporação e comercialização de empreendimentos imobiliários voltados para o segmento de baixa renda – MRV Casa Minha Vida – MCMV, além da prestação de serviços relativos à construção, supervisão, estudos e projetos e a execução de quaisquer obras de engenharia civil. A principal região de atuação da Companhia é a Sudeste, Brasil, especificamente São Paulo e Grande São Paulo.

a) Impacto do Covid

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS") relacionada ao novo Coronavírus ("Covid-19") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e a continuidade das operações e dos negócios. Vide maiores detalhes na Nota Explicativa nº 28.

A Companhia realizou as análises dos impactos do COVID-19 na data de aprovação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Conforme as análises efetuadas, os principais impactos estão concentrados na provisão para perdas por redução ao valor recuperável ("impairment"), nas perdas esperadas de crédito e na provisão para distratos. A seguir detalhamos as análises realizadas:

a. Necessidade de provisão para perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A administração não identificou, até a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a existência de *impairment* nos terrenos para futura incorporação, uma vez que manteve as previsões de lançamentos e reflexo recuperação nas mesmas, concluindo assim que não havia necessidade de alteração nos estudos de viabilidade dos referidos terrenos.

b. Análise de eventuais perdas de crédito e provisão para distratos

Diante da queda do índice de distratos sobre as vendas percebida no primeiro semestre (detalhado na Nota Explicativa nº 28), a administração concluiu que as premissas utilizadas para a respectiva provisão estão adequadas e as mesmas foram mantidas. Da mesma forma, foi identificada queda nos índices de atraso acima de 30 dias (detalhado na Nota Explicativa nº 28), até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, fazendo com que se concluísse que o critério e premissas para registro das perdas esperadas com crédito também estão adequados.

c. Atividades não obras e escritórios

Em relação às obras, essas continuaram com a adoção de medidas de segurança e prevenção com o objetivo de garantir a saúde de todos os colaboradores (terceiros ou não), em obras ou escritórios e, consequentemente, de toda a sociedade.

A Companhia acompanhará os efeitos da pandemia nos próximos meses e registrará os ajustes necessários nas informações financeiras intermediárias ou demonstrações financeiras anuais quando forem substancialmente conhecidos.

Vide maiores detalhes sobre esse assunto na Nota Explicativa nº 28.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* – IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os aspectos relacionados a transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da Companhia, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.13, em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no curso normal dos negócios. A administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em 17 de julho de 2020, a administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e autorizou sua divulgação.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras estão apresentadas ao custo histórico como base de valor, exceto eventual instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Como não há diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados da controladora e consolidado, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas descritas na Nota Explicativa nº 8. Todas as transações, saldos, lucros não realizados, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo destacada a participação dos quotistas/acionistas não controladores.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado.

2.4. Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e suas investidas.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera.

Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

2.5. Utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data das demonstrações financeiras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo nos valores ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidos a seguir:

a) Custos orçados dos empreendimentos

São regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados de acordo com o método contábil mencionado na Nota Explicativa nº 3.13.

b) Tributos e demandas administrativas ou judiciais

A Companhia e suas controladas estão sujeitas, no curso normal de seus negócios, a fiscalizações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetados, independente do respectivo resultado final. Com base na sua melhor avaliação e estimativa, suportada por seus consultores jurídicos, a Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de provisão.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

d) Provisão para perda esperada de crédito e distratos

A administração realiza análises periódicas, a fim de identificar se existem evidências objetivas que indiquem que os benefícios econômicos associados a determinado ativo financeiro ou a determinada carteira de ativos não poderão ser realizados, conforme expectativa de recebimento das parcelas previstas nos contratos de compra e venda.

O saldo referente ao recolhimento diferido refere-se à diferença entre o reconhecimento do saldo a pagar pelo critério societário, descrito na Nota Explicativa nº 3.13, e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento.

3.12. Ajuste a valor presente de contas a receber

O ajuste a valor presente é calculado sobre os saldos de contas a receber de unidades não concluídas, considerando o prazo estimado até a por suas contrapartes, utilizando a maior taxa entre a taxa média de remuneração de títulos públicos (NTN-B) e a taxa média de captação praticada pela Companhia, sem inflação, para os financiamentos obtidos.

O ajuste a valor presente da rubrica "Contas a receber" é registrado no resultado na rubrica "Receita líquida".A reversão do ajuste a valor presente é reconhecida na mesma rubrica.

3.13. Reconhecimento da receita com venda de imóveis e com a prestação de serviços

i) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis

a) Nas vendas de unidades concluídas

Nas vendas de unidades concluídas, a receita é reconhecida quando a venda é efetivada (transferência de riscos e benefícios), independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, e as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos:

A Companhia e suas controladas adotaram a NBC TG 47 (IFRS 15) – "Receitas de Contratos com Clientes" a partir de 1º de janeiro de 2018, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas Companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. Não houve efeitos relevantes com a adoção da NBC TG 47 e referido ofício circular para a Companhia.

De acordo com a NBC TG 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais":

Ainda de acordo com essa norma, a receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação a qual espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: **1)** identificação do contrato; **2)** identificação das obrigações de desempenho; **3)** determinação do preço da transação; **4)** alocação do preço do preço das obrigações de desempenho; **5)** reconhecimento da receita.

A Companhia contabiliza os efeitos dos contratos somente quando: **(i)** as partes aprovam o contrato; **(ii)** identificam os direitos de cada parte e os termos de pagamento a ser efetuado; **(iii)** demonstrar possuir substância comercial; e **(iv)** for provável o recebimento da contraprestação que a Companhia tem direito.

O modelo de negócios da Companhia é predominantemente baseado em contratos de compra e venda de imóveis classificados como tipo 2 com "financiamento na planta", geralmente voltado à baixa renda. Nessa modalidade, o cliente assina "contrato de compra e venda de imóvel na planta" com a incorporadora, bem como assina o escritura de imóvel pela fração ideal, já prevendo as condições de pagamento, conforme seguem:

(i) Pagamentos direto à incorporadora;

(ii) Financiamento bancário;

(iii) Recursos provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

(iv) Eventuais subsídios dos programas habitacionais do governo.

Os valores pagos diretamente à incorporadora (item **(i)** acima) representam aproximadamente de 5 a 10% do valor do imóvel, sendo o restante do valor proveniente de financiamento bancário, recursos do FGTS e eventuais subsídios (itens de **(ii)** a **(iv)** acima). Em seguida, o cliente firma contrato de financiamento bancário ("contrato particular", com caráter de escritura pública") com instituição financeira, contemplando o processo de financiamento bancário, recursos do FGTS e eventuais subsídios dos programas habitacionais do governo. A liberação desses recursos fica condicionada ao andamento das obras, de acordo com o percentual atestado no Relatório de Acompanhamento Físico de Obra, conforme o cronograma físico-financeiro aprovado pela instituição financeira. Este acompanhamento, para fins de liberação das parcelas, é efetuado pela área de engenharia da instituição financeira. No momento da assinatura do contrato de financiamento bancário, a titularidade do imóvel é transferida para o cliente, sendo fiduciariamente alienado à respectiva instituição financeira.

Com isso, nas vendas de unidades não concluídas, são adotados os seguintes procedimentos para reconhecimento do resultado:

• As receitas de vendas são apropriadas ao resultado à medida que a construção avança, uma vez que a transferência do controle ocorre de forma contínua. Desta forma, é adotado o método chamado de "POC; percentual de execução ou percentual de conclusão" de cada empreendimento. O método POC é feito utilizando a razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos e a respectiva receita apropriada é reconhecida em proporção ao percentual (POC) pelas vendas contratadas;

• O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque na rubrica "Imóveis a comercializar";

• As receitas de vendas apuradas, conforme o item anterior, mensuradas a valor justo, incluindo a atualização monetária, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos;

• As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o empreendimento imobiliário lançado não mais sofrer sob os efeitos de cláusula suspensiva constante em seu memorial de incorporação;

• Os juros e a variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios "*pro rata temporis*";

• Os encargos financeiros incorridos relacionados aos empreendimentos imobiliários, correspondentes às contas a pagar por aquisição de terrenos e às operações de financiamento imobiliário, incorridos durante o período de construção, são apropriados ao custo incorrido na rubrica de imóveis a comercializar e refletidos no resultado por ocasião da venda das unidades do empreendimento imobiliário a que foram apropriados; Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita de venda efetivamente realizada são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita;

• As despesas comerciais inerentes à atividade de comercialização são qualificadas como incorridas à medida que ocorre a veiculação e aplicação ou conforme o regime de competência;

• A provisão para garantia é constituída em montante suficiente (custo), à medida que os custos de unidades vendidas incorrem. Eventual saldo remanescente não utilizado da provisão é revertido após o prazo de garantia oferecida, em geral cinco anos a partir da entrega do empreendimento;

• Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas e custos ou a extensão do prazo para a conclusão dos empreendimentos imobiliários, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no exercício que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram as revisões.

c) Provisão para distratos

Nos distratos de contratos de comprimisso de compra e venda de imóveis, a receita e o custo reconhecido no resultado são revertidos, conforme os critérios de apuração mencionados anteriormente. A reversão do custo aumenta os estoques de imóveis a comercializar. A Companhia também reconhece, por efeito do distrato, o passivo de devolução de adiantamentos de cliente e os efeitos de ganho ou perda são reconhecidos imediatamente ao resultado. A Companhia efetua a provisão para distratos, quando em sua análise é identificada incertezas quanto à entrada dos fluxos de caixa futuros para a entidade. Estes ajustamentos vinculam-se ao fato de que o reconhecimento de receita está condicionado ao grau de confiabilidade quanto à entrada, para a entidade, dos fluxos de caixa gerados a partir da receita reconhecida.

ii) Receita com prestação de serviços

A receita com prestação de serviços corresponde a taxa de administração técnica de construção, sendo reconhecida na medida que os serviços são prestados.

3.14. Avaliação do valor recuperável de ativos

A administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos (imóveis a comercializar, investimentos e o imobilizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Com base na avaliação da administração sobre a recuperabilidade do saldo de imóveis a comercializar, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

3.15. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.16. Informação por segmento

A Companhia e suas controladas são voltadas basicamente para um único segmento operacional de incorporação imobiliária. Todos os relatórios internos fornecidos para os principais tomadores de decisões operacionais, representados pela administração da Companhia, considera um único segmento de incorporação imobiliária.

3.17. Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e remunerações variáveis, tais como plano de participações nos lucros e gratificações.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada ou plano de aposentadoria, bem como plano de remuneração baseado em ações.

3.18. Lucro básico e diluído por cota

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas da Companhia e a média ponderada das cotas ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no exercício ou nos eventos subsequentes na proporção das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não possui instrumentos que influenciam o cálculo do lucro diluído. Portanto, os valores apresentados como lucro diluído por cota é igual ao valor do lucro básico por cota conforme apresentado na Nota Explicativa nº 17(c).

3.19. Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme é requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional, requeridas como parte das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os diversos contribuintes para o governo, bancos, investidores, bem como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

3.20. Sociedade em Conta de Participação ("SCP")

Para viabilização dos projetos imobiliários, a Companhia firmou acordos com parceiros empreendedores em alguns negócios, os quais são denominados como sócios participantes, de acordo com o Art. 991 do Código Civil. As atividades com os parceiros são constituídas pelos valores aportados pelos mesmos, somados aos resultados acumulados que lhes competem nos respectivos empreendimentos. As obrigações serão liquidadas na medida em que ocorrer a distribuição de lucros nos empreendimentos imobiliários. Nesses acordos a Companhia figura como o sócio ostensivo, sendo o responsável legalmente pelos riscos e obrigações do empreendimento imobiliário e contribuições previstos na Lei. Logo, todos os ativos e passivos relacionados a estes acordos são apresentados integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.21. Novas normas, alterações e interpretações

Pronunciamentos contábeis novos adotados em 2018

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes (NBC TG 47)

A IFRS 15 (NBC TG 47 – Receita de Contratos com Clientes) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contraparte a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente, com base em cinco passos, já comentados anteriormente na Nota Explicativa nº 3.13.

Em 12 de dezembro de 2018, as Superintendências de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e de Relações com Empresas (SEP) emitiram o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2018 o qual descreve manifestação da CVM a respeito da aplicação da NBC TG 47 para entidades brasileiras do setor de incorporação imobiliária, registradas na CVM, asseverando que um nível elevado de detalhamento dos eventos observados no setor não coleva em questionamento o reconhecimento da receita pelo POC para os principais contratos de compra e venda de unidades imobiliários com qualidade do saldo devedor por um banco privado ou pela própria empresa, devendo ser efetuado o ajustamento contábil por meio de "provisões para distratos".O Ofício circular afirma que a aplicação do método de reconhecimento de receita pelo POC exige por parte da administração da empresa a existência e funcionamento de sistemas robustos de controles internos para o perfeito atendimento do atributo fundamental da representação fidedigna.

As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais distratos e/ou ajustes. Com a aplicação da norma a Companhia manteve reconhecimento da receita referente aos contratos com clientes utilizando a metodologia do "*Percentage of Completion Method (POC)*" e reconheceu a "Provisão para distratos".

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (NBC TG 48)

Em 2014, foi emitida pelo IASB, a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros) e todas as versões anteriores da IFRS 9. A nova norma reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilidade de *hedge (hedge accounting)*.

As principais alterações da IFRS 9, são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em três categorias (mensurados ao valor justo por meio do result

continuação

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

finalidade para quais foram adquiridos, podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente. Adicionalmente a norma traz um novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, sendo um modelo prospectivo de "perdas de créditos esperadas", em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

As classificações de passivos financeiros permanecem os mesmos já previstos no IAS 39 (NBC TG 39) – Instrumentos Financeiros: Apresentação, somente sendo incluídas regras relativas aos passivos financeiros mensurados ao valor justo, não aplicável para as operações mantidas pela Companhia e suas controladas.

I) Classificação e mensuração

As avaliações foram realizadas por meio da verificação do modelo de negócio adotado pela Companhia para gestão de seus ativos financeiros em detrimento às classificações estabelecidas pela IAS 39/NBC TG 38. Não foi identificado pela Companhia e suas controladas impactos significativos em seus balanços patrimoniais individuais ou consolidados ou no patrimônio líquido na aplicação dos novos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

Dessa forma, a Companhia continuou avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros anteriormente mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, foram avaliadas as características contratuais dos fluxos de caixa e se esses ativos são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja captar fluxos de caixa contratuais que sejam representados exclusivamente por pagamento de principal e juros.

II) Redução ao valor recuperável

A NBC TG 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38/IAS 39.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48/IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis.

Após a análise da administração da Companhia, foi identificado que a principal diferença na mensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da adoção do novo pronunciamento está relacionada a alteração do conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além do conceito de perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada. No entanto, a Companhia adotou o método prospectivo, sem perceber impacto significativo nas provisões de perda esperada com crédito.

Pronunciamentos contábeis adotados a partir de 1º de janeiro de 2019:

Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como (CPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (NBC TG 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

• Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
• As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
• Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
• Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A interpretação foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019. No melhor entendimento da administração, a aplicação da interpretação não trouxe impactos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma vez que os principais tratamentos dos tributos são considerados pela Companhia - com suporte dos seus consultores jurídicos - como provável de serem aceitos pelas autoridades tributárias.

IFRS 16 – Arrendamentos (NBC TG 6 (R-2))

Em julho de 2014, o IASB emitiu a IFRS 16, que substitui a IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com a IAS 8/NBC TG 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou

ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

Em 31 de dezembro de 2019, a administração revisou seus contratos de arrendamento de acordo com o entendimento da CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019 sobre a NBC TG 06 (R2) – IFRS 16 e optou em permanecer com a prática contábil anterior concluindo que os impactos não são significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. As despesas com locações incorridas pela Companhia e suas controladas, incluindo todos os contratos de arrendamentos, inclusive os de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor, reconhecidas nos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram R$ 1.993, R$ 1.300 e R$ 238, respectivamente.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia e suas controladas não adotaram as normas a seguir relacionadas:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

• Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
• Definição de um negócio (alterações a NBC TG 15/IFRS 3);
• Definição de materialidade (emendas a NBC TG 26/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8).

Na avaliação da administração, tais alterações não deverão ter impacto significativo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Caixa	40	40	25	42	40	25
Bancos	194	182	129	63.414	80.066	21.087
Aplicações financeiras **(a)**	1.924	73.443	31.547	95.472	107.966	44.923
Total	**2.158**	**73.665**	**31.701**	**158.928**	**188.072**	**66.035**

(a) Correspondem às aplicações de renda fixa com liquidez imediata e baixo risco de mudança de valores. Estão vinculadas à variação do CDI em que as taxas de remuneração variam para a controladora e consolidado de 98% a 100% do CDI. A administração utilizará os recursos em suas operações de curto prazo.

5. Contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Unidades em construção	-	-	-	98.470	121274	101586
Unidades concluídas	-	-	-	15.865	63	-
Prestação de serviços	-	-	190	-	-	190
Provisão de distratos	-	-	-	(5.600)	(1.998)	(5.314)
Perdas Esperadas com Crédito (PEC)	-	-	-	(3.086)	(2.352)	(2.723)
Ajuste a valor presente	-	-	-	(4.668)	(4.708)	(3.615)
Total	**-**	**-**	**190**	**100.981**	**112.279**	**90.124**
Circulante	-	-	190	94.112	109.721	84.431
Não circulante	**-**	**-**	**-**	**6.869**	**2.558**	**5.693**

Os saldos de contas a receber de clientes vinculados à Caixa Econômica Federal (principal contas a receber das controladas) não possuem correções ou atualizações, enquanto os saldos relativos às contas a receber cujos financiamentos foram realizados diretamente com a controladas da Companhia são corrigidos pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) até a obtenção do Habite-se, e posteriormente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

O efeito do AVP no resultado consolidado de 2019 foi de R$ 40 (R$ (1.093) em 2018 e R$ (2.483) em 2017) e as taxas de descontos utilizadas foram de 4,61% a.a., 4,43% a.a. e 4,49% a.a. em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

A segregação de contas a receber de clientes por vencimento está assim representada:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Vencidas						Até 60
dias	-	-	-	5.319	2.469	6.312
De 61 a 90 dias	-	-	-	2.325	5.862	2.135
De 91 a 180 dias	-	-	-	3.180	3.881	3.003
Acima de 180 dias	-	-	-	2.099	95	620
Total	**-**	**-**	**-**	**12.923**	**12.307**	**12.070**
A vencer						
Até 01 ano	-	-	190	94.704	106.473	84.013
Acima de 01 a 03 anos	-	-	-	6.708	2.557	5.693
Acima de 03 anos	-	-	-	-	-	-
Total	**-**	**-**	**190**	**101.412**	**109.030**	**89.706**

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Perdas Esperadas com Crédito (PEC)						
e ajuste a valor presente						
Provisão perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(3.086)	(2.352)	(2.723)
Provisão para distrato	-	-	-	(5.600)	(1.998)	(5.314)
Ajuste a valor presente	-	-	-	(4.668)	(4.708)	(3.615)
Total	**-**	**-**	**-**	**(13.354)**	**(9.058)**	**(11.652)**
Total	**-**	**-**	**190**	**100.981**	**112.279**	**90.124**

A movimentação das perdas esperadas com créditos e da provisão para distratos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, está assim representada:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2017	
Adições	(8.037)
Reversões	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(8.037)**
Adições	
Reversões	3.687
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(4.350)**
Adições	(4.336)
Reversões	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(8.686)**

6. Imóveis a comercializar

São representados pelos terrenos disponíveis para incorporação, pelo custo de formação de unidades imobiliárias disponíveis para venda.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Imóveis concluídos	-	-	-	1.470	8.209	-
Imóveis em construção	-	-	-	156.386	85.348	43.545
Terrenos para futuras incorporações	-	-	-	177.979	56.134	76.636
Adiantamento a fornecedores	463	586	2.892	71.891	31.573	22.025
Provisão para distratos	-	-	-	4.588	1.280	3.998
Juros capitalizados	-	-	-	3.322	1.632	447
Total	**463**	**586**	**2.892**	**415.636**	**184.176**	**146.561**
Circulante	-	-	2.892	396.464	178.936	141.417
Não circulante	**463**	**586**	**-**	**19.172**	**5.240**	**5.144**

A classificação dos terrenos para futuras incorporações entre o ativo circulante e o não circulante é realizada mediante a expectativa de prazo para o lançamento dos empreendimentos imobiliários, revisada periodicamente pela administração.

Os custos financeiros de financiamentos são capitalizados em "Imóveis a comercializar" das obras em andamento e realizados ao resultado na rubrica "custo dos imóveis vendidos" de acordo com as unidades vendidas.

A movimentação dos encargos financeiros capitalizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 está demonstrada como segue:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.632	447	18
Encargos financeiros apropriados aos custos dos imóveis (Nota Explicativa nº 19)	(14.051)	(7.753)	
(6.012)			
Encargos financeiros capitalizados (Nota Explicativa nº 9) **(i)**	15.741	8.938	6.441
Total	**3.322**	**1.632**	**447**

(i) Juros incorridos sobre financiamentos à produção, os quais são capitalizados no estoque e reconhecidos no custo dos imóveis vendidos, na proporcionalidade das unidades vendidas.

7. Partes relacionadas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Ativo						
Conta corrente e mútuos **(a)**	167.437	49.221	63.005	-	-	-
Não circulante	**167.437**	**49.221**	**63.005**	**-**	**-**	**-**
Passivo						
Conta corrente e mútuos **(a)**	332.798	171.315	84.023	-	-	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas **(b)**	19.939	10.765	23.822	19.939	10.765	23.822
Total	**352.737**	**182.080**	**107.845**	**19.939**	**10.765**	**23.822**
Circulante	338.961	182.080	97.080	6.163	10.765	13.057
Não circulante	**13.776**	**-**	**10.765**	**13.776**	**-**	**10.765**

(a) Conta corrente e mútuos com partes relacionadas

Na condução normal dos negócios, a Companhia realiza transações financeiras com suas controladas para disponibilização de recursos que são exclusivamente aplicados na atividade imobiliária para a compra de terrenos, pagamento de despesas com estandes de vendas, publicidade e propaganda e demais despesas comerciais, bem como para o pagamento dos custos de construção e despesas inerentes ao desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários.

Esses recursos são enviados na forma de conta corrente e mútuos sem a previsão de incidência de juros, correção monetária, tampouco prazo de vencimento preestabelecido.

Os valores a receber encontram-se registrados no ativo não circulante devido ao fato de não haver prazo definido recebimento, enquanto os valores a pagar encontram-se registrados no passivo circulante pelo fato de serem pagos de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia.

A Companhia não espera perdas na realização dos saldos com partes relacionadas.

Os saldos de partes relacionadas estão registrados com base nos valores contábeis e estão assim apresentadas:

Controladora – ativo não circulante			
Ativo não circulante			**Controladora**
Mútuos com controladas	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Plano Cambara Empreend. Imob. Ltda.	11.851	-	-
Plano & Vendas Consultoria de Imóveis	25.211	-	-
Living Brotas Empreend. Imob. Ltda.	16.570	1.775	-
Plano Videira Empreend. Imob. Ltda.	2.677	-	2.694
Plano Cabreúva Empreend. Imob. Ltda.	6.215	427	212
Plano Angelim Empreend. Imob. Ltda.	-	-	19.749
Plano Carvalho Empreend. Imob. Ltda.	27.927	8.442	627
Plano Pinheiro Empreend. Imob. Ltda.	-	11.245	4.976
Plano Peroba Empreend. Imob. Ltda.	1.140	-	-
Plano Guarita Empreend. Imob. Ltda.	8.083	6.845	2.340
Plano Cambui Empreend. Imob. Ltda.	4.605	-	-
Plano Coqueiro Empreend. Imob. Ltda.	1.023	-	1.297
Plano Magnólia Empreend. Imob. Ltda.	2.838	573	163
Plano Limeira Empreend. Imob. Ltda.	-	5.688	1.888
Plano Amazonas Empreend. Imob. Ltda.	950	-	2.587
Plano Danúbio Empreend. Imob. Ltda.	17.444	2.518	3.225
Plano Madeira Empreend. Imob. Ltda.	-	-	2.954
Plano Xingu Empreend. Imob. Ltda.	5.495	565	4.950
Plano Tocantins Empreend. Imob. Ltda.	3.595	-	11.437
Plano Tiete Empreend. Imob. Ltda.	4.277	1.457	965
Plano Araguaia Empreend. Imob. Ltda.	4.415	350	-
Plano Iguaçu Empreend. Imob. Ltda.	8.802	3.080	215
Plano Paraíba Empreend. Imob. Ltda.	3.130	5.955	40
Plano Solimões Empreend. Imob. Ltda.	5.440	-	2.685
Plano Tigre Empreend. Imob. Ltda.	540	100	-
Plano Ipiranga Empreend. Imob. Ltda.	845	5	-
Plano Sena Empreend. Imob. Ltda.	400	25	-
Plano São Francisco Empreend. Imob. Ltda.	505	65	-
Plano Colorado Empreend. Imob. Ltda.	1.122	105	-
Plano Columbia Empreend. Imob. Ltda.	380	-	-
Plano Jordão Empreend. Imob. Ltda.	150	-	-
Plano Nilo Empreend. Imob. Ltda.	1.506	-	-
Plano Paraná Empreend. Imob. Ltda.	100	-	-
Plano Reno Empreend. Imob. Ltda.	85	-	-
Plano Aracati Empreend. Imob. Ltda.	1	-	-
Plano Eufrates Empreend. Imob. Ltda.	-	1	-
Plano Piracicaba Empreend. Imob. Ltda.	65	-	-
Plano Tapajós Empreend. Imob. Ltda.	-	-	-
Plano Tejo Empreend. Imob. Ltda.	50	-	-
Total	**167.437**	**49.221**	**63.005**

Controladora – passivo circulante			
Passivo circulante			**Controladora**
Mútuos com controladas	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Plano Jacarandá Empreend. Imob. Ltda.	14.378	-	-
Living Brotas Empreend. Imob. Ltda.	56.219	56.219	56.219
Plano Videira Empreend. Imob. Ltda.	10.950	7.725	-
Plano Angelim Empreend. Imob. Ltda.	25.251	4.236	-
Plano Pinheiro Empreend. Imob. Ltda.	20.800	-	-
Plano Peroba Empreend. Imob. Ltda.	31.412	24.168	6.414
Plano Cambui Empreend. Imob. Ltda.	31.792	30.117	21.390
Plano Coqueiro Empreend. Imob. Ltda.	18.933	14.413	-
Plano Limeira Empreend. Imob. Ltda.	1.617	-	-
Plano Amazonas Empreend. Imob. Ltda.	22.328	4.107	-
Plano Danúbio Empreend. Imob. Ltda.	9.946	-	-
Plano Madeira Empreend. Imob. Ltda.	37.500	6.550	-
Plano Xingu Empreend. Imob. Ltda.	9.485	-	-
Plano Tocantins Empreend. Imob. Ltda.	7.407	7.407	-
Plano Paraíba Empreend. Imob. Ltda.	7.370	-	-
Plano Solimões Empreend. Imob. Ltda.	27.410	16.373	-
Total	**332.798**	**171.315**	**84.023**

(b) Outras contas a pagar com partes relacionadas

Correspondem aos saldos remanescentes a pagar para a Plano & Plano Construções e Participações Ltda. pela aquisição das sociedades listadas na composição a seguir.

O fluxo de pagamento acordado entre as partes prevê pagamento na proporção dos recebimentos do respectivo empreendimento, dessa forma, os saldos são corrigidos a 100% do CDI até a data de lançamento do empreendimento e após pelo INCC.

Nessas transações, os contas a pagar, conforme divulgado nessa nota, sofrem atualizações com base em índices acordados entre as partes, não havendo no entendimento da Companhia, por consequência, prejuízos à eventuais acionistas/cotistas não controladores nem prejuízo ou favorecimento da Companhia e suas controladas. As remunerações previstas são definidas com base na remuneração que teria numa aplicação financeira que usualmente é feita pelas partes relacionadas envolvidas e à época da operação.

A composição do contas a pagar por sociedade adquirida, é como segue:

	Controladora e consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Plano Cambara Empreend. Imob. Ltda.	3.949	-	-
Plano Jacaranda Empreend. Imob. Ltda.	15.990	-	-
Living Brotas Empreend. Imob. Ltda.	-	333	1.590
Plano Angelim Empreend. Imob. Ltda.	-	6.752	12.359
Plano Peroba Empreend. Imob. Ltda.	-	1.826	4.492
Plano Coqueiro Empreend. Imob. Ltda.	-	1.854	5.381
Total	**19.939**	**10.765**	**23.822**
Circulante	6.163	10.765	13.057
Não circulante	**13.776**	**-**	**10.765**

O cronograma de vencimento dessas obrigações está demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	-	13.057
2019	-	10.765	10.765
2020	6.163	-	-
2021	13.589	-	-
2022	187	-	-
Total	**19.939**	**10.765**	**23.822**

(c) Contrato de aluguel

A controlada Plano & Vendas Consultoria de Imóveis Ltda. (adquirida pela Companhia em 1º de julho de 2019) possui contrato de aluguel com empresas dos cotistas controladores, para o imóvel onde se localiza suas instalações, sendo o custo mensal de R$ 205 em 2019, reajustado mediante negociação entre as partes, e com prazo de duração indeterminado. As condições e valores de mercado são os mesmos que praticaria com terceiros.

(d) Remuneração de pessoal-chave da administração

A remuneração global dos administradores em 2019 foi de R$ 3.947, sendo a remuneração dos diretores não estatutários de R$ 2.774 e dos diretores estatutários de R$ 1.173. Em 2018, a remuneração global dos administradores foi de R$ 3.646 sendo a remuneração dos diretores não estatutários de R$ 2.884 e a dos diretores estatutários R$ 762. Em 2017 a remuneração global dos administradores foi de R$ 2.332, sendo toda ela para os diretores não estatutários. Essas despesas encontram-se registradas na rubrica "Remuneração de administradores" em despesas administrativas do resultado do exercício (Nota Explicativa nº 21).

(e) Outras transações com partes relacionadas

• Cessão de crédito imobiliários com a Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9;
• Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações fiador de crédito associativo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9.

8. Investimentos e provisão para perdas com investimentos

a) Composição do saldo

	Controladora		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Investimentos controladas	359.909	174.161	88.195
Investimentos controladas - com passivo a descoberto **(i)** (2.416)	(37.205)	(5.379)	
Total	**322.704**	**168.781**	**85.779**

(i) Os investimentos em controladas com o patrimônio líquido negativo foram reclassificados para a rubrica "Provisão para perda em investimentos", pois a Companhia arca com todas as obrigações além das legais impostas pela legislação do País.

b) Movimentações dos investimentos em participações societárias

Nos quadros a seguir estão resumidas as principais movimentações nos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Controladora		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 1º de janeiro	**168.781**	**85.779**	**15.901**
Ganho (perda) na transação entre sócios **(i)**	(189)	-	-
Adição de investimentos - compra de participações **(ii)**	9.434	-	-
Adição de investimentos - constituição de novas sociedades	50	100	50
Equivalência patrimonial – Controladas	144.628	82.902	69.828
Saldo no final do período	**322.704**	**168.781**	**85.779**

(i) Se refere a perda gerada na aquisição de participação da Plano & Vendas Consultoria de Imóveis Ltda. o qual foi reconhecido no patrimônio líquido como transação de capital entre sócios, conforme informações apresentadas no item (e) a abaixo;

(ii) Corresponde a aquisições de sociedades em transações entre sócios, detalhadas no item (e) a seguir.

c) Principais informações das controladas e das participações societárias

31/12/2019

		Balanço patrimonial				Controladora
Investida	**(%) Particip.**	**Ativo**	**Passivo**	**PL antes do resultado**	**Investimento**	**Equivalência patrimonial**
Plano Pinheiro Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	81.876	59.057	7.921	14.898	22.817	14.897
Plano Amazonas Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	75.047	52.719	6.953	15.375	22.326	15.373
Plano Madeira Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	65.595	20.751	16.571	28.273	44.840	28.270
Plano Cambara Empreend. Imob. Ltda. **(e)**	99,99%	62.658	63.873	(323)	(892)	(1.215)	(892)
Plano Cambui Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	61.691	32.155	28.302	1.234	29.533	1.234
Plano Carvalho Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	60.697	61.644	(366)	(581)	(947)	(581)
Plano Peroba Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	59.094	23.658	18.995	16.441	35.432	16.439
Plano Jacaranda Empreend. Imob. Ltda. **(e)**	99,99%	57.771	27.253	30.886	(368)	30.515	(368)
Living Brotas Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	56.749	20.062	37.674	(987)	36.687	(987)
Plano Xingu Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	53.970	45.406	726	7838	8.563	7.837
Plano Angelim Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	52.872	17.940	18.243	16.689	34.929	16.687
Plano Guarita Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	45.268	46.040	(57)	(715)	(772)	(715)
Plano Limeira Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	41.038	32.734	(744)	9.048	8.303	9.047
Plano Videira Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	37.553	15.799	(912)	22.666	21.752	22.664
Plano Solimões Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	33.681	8.599	10.012	15.070	25.079	15.068
Plano Paraíba Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	26.638	23.698	(1.487)	4.427	2.940	4.427
Plano Magnólia Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	23.451	21.285	(34)	2.200	2.166	2.200
Plano Cabreúva Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	22.151	23.255	(27)	(1.077)	(1.104)	(1.077)
Plano Coqueiro Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	20.634	1.513	21.337	(2.216)	19.119	(2.216)
Plano Iguaçu Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	17.744	14.485	(249)	3.508	3.259	3.508
Plano Danúbio Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	17.672	18.412	(1.449)	709	(740)	709
Plano Tiete Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	13.916	14.383	(36)	(431)	(467)	(431)
Plano Araguaia Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	13.549	14.127	(18)	(560)	(578)	(560)
Plano Tocantins Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	12.143	5.041	7363	(261)	7.101	(261)
Plano Nilo Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	1.502	1.510	10	(18)	(8)	(18)
Plano Colorado Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	1.120	1.123	3	(6)	(3)	(6)
Plano Ipiranga Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	846	856	4	(14)	(10)	(14)
Plano Tigre Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	537	542	9	(14)	(5)	(14)
Subtotal						**349.512**	**150.220**
Plano São Francisco Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	522	522	7	(7)	-	(7)
Plano Sena Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	390	400	4	(14)	(10)	(14)
Plano Columbia Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	384	383	10	(9)	1	(9)
Plano & Vendas Consultoria de Imóveis **(e)**	99,99%	214	27.006	(21.319)	(5.473)	(26.789)	(5.472)
Plano Jordao Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	143	153	10	(20)	(10)	(20)
Plano Paraná Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	106	104	10	(8)	2	(8)
Plano Piracicaba Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	94	86	10	(2)	8	(2)
Plano Tejo Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	62	53	10	(1)	9	(1)
Plano Reno Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	45	85	10	(50)	(40)	(50)
Plano Aracati Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	9	-	10	(1)	9	(1)
Plano Eufrates Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	6	-	10	(4)	6	(4)
Plano Tapajós Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	6	-	10	(4)	6	(4)
Subtotal						**(26.808)**	**(5.592)**
Total investimentos						**322.704**	**144.628**

31/12/2018

		Balanço patrimonial				Controladora
Investida	**(%) Particip.**	**Ativo**	**Passivo**	**PL antes do resultado**	**Investimento**	**Equivalência patrimonial**
Plano Pinheiro Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	58.287	50.398	6.463	1.458	7.920	1.458
Plano Amazonas Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	30.665	23.712	4.079	2.874	6.952	2.874
Plano Madeira Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	42.325	25.754	(237)	16.808	16.569	16.806
Plano Cambara Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	-	-	-	-	-	-
Plano Cambui Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	35.360	7.058	18.004	10.298	28.299	10.297
Plano Carvalho Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	8.461	8.827	(80)	(286)	(366)	(286)
Plano Peroba Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	50.885	31.890	16.876	2.119	18.993	2.119
Plano Jacaranda Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	-	-	-	-	-	-
Living Brotas Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	60.398	22.724	32.292	5.382	37.674	5.382
Plano Xingu Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	16.147	15.421	(750)	1.476	726	1.476
Plano Angelim Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	86.811	68.568	6.003	12.240	18.241	12.239
Plano Guarita Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	6.791	6.848	(19)	(38)	(57)	(38)
Plano Limeira Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	21.091	21.835	(127)	(617)	(744)	(617)
Plano Videira Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	34.459	35.371	(174)	(738)	(912)	(738)
Plano Solimões Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	48.742	38.730	(13)	10.025	10.011	10.023
Plano Paraíba Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	4.483	5.970	5	(1.492)	(1.487)	(1.492)
Plano Magnólia Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	543	577	(19)	(15)	(34)	(15)
Plano Cabreúva Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	407	434	(15)	(12)	(27)	(12)
Plano Coqueiro Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	24.374	3.037	3.426	17.911	21.335	17.909
Plano Iguaçu Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	2.921	3.170	3	(252)	(249)	(252)
Plano Danúbio Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	20.736	22.186	(980)	(470)	(1.450)	(470)
Plano Tiete Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	1.421	1.457	3	(39)	(36)	(39)
Plano Araguaia Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	336	353	8	(25)	(17)	(25)
Plano Tocantins Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	36.172	28.808	1.037	6.327	7.363	6.326
Plano Nilo Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	10	-	10	-	10	-
Plano Colorado Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	113	110	10	(7)	3	(7)
Plano Ipiranga Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	9	5	10	(6)	4	(6)
Plano Tigre Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	111	102	10	(1)	9	(1)
Subtotal						**168.730**	**82.911**
Plano São Francisco

continuação

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

		31/12/2017					
		Balanço patrimonial PL antes do resultado				Controladora	
Investida	(%) Particip.	Ativo	Passivo	Resultado	Investimento	Equivalência patrimonial	
Plano Tiete Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	1.069	1.066	10	3	(7)	
Plano Araguaia Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	8	-	10	(2)	8	(2)
Plano Tocantins Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	24.220	23.184	(361)	1.397	1.036	1.397
Total investimentos						**85.779**	**69.828**

d) Movimentação dos investimentos

Investida	(%) Partic.	31/12/2017 Saldo inicial	Adições	Equivalência patrimonial	Saldo final	31/12/2018 Adições	Equivalência patrimonial	Saldo final	Adições	31/12/2019 Equivalência patrimonial	Saldo final
Plano Pinheiro Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	(190)	-	6.653	6.463	-	1.458	7.921	-	14.897	22.818
Plano Amazonas Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	5	-	4.073	4.078	-	2.874	6.952	-	15.373	22.325
Plano Madeira Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	(7)	-	(230)	(237)	-	16.806	16.569	-	28.270	44.839
Plano Cambara Empreed. Imob. Ltda. **(ii)**	99,99%	-	-	-	-	-	-	-	(323)	(892)	(1.215)
Plano Cambui Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	(619)	-	18.621	18.002	-	10.297	28.299	-	1.234	29.533
Plano Carvalho Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	(12)	-	(68)	(80)	-	(286)	(366)	-	(581)	(947)
Plano Peroba Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	7.182	-	9.693	16.875	-	2.119	18.994	-	16.439	35.433
Plano Jacaranda Empreed. Imob. Ltda. **(ii)**	99,99%	-	-	-	-	-	-	-	30.883	(368)	30.515
Living Brotas Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	17.219	-	15.074	32.293	-	5.382	37.675	-	(987)	36.688
Plano Xingu Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	6	-	(756)	(750)	-	1.476	726	-	7.837	8.563
Plano Angelim Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	(2.331)	-	8.333	6.002	-	12.239	18.241	-	16.687	34.928
Plano Guarita Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	(15)	-	(4)	(19)	-	(38)	(57)	-	(715)	(772)
Plano Limeira Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	(142)	-	15	(127)	-	(617)	(744)	-	9.047	8.303
Plano Videira Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	(174)	-	(1)	(175)	-	(738)	(913)	-	22.664	21.751
Plano Solimões Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	10	(23)	(13)	-	10.023	10.010	-	15.068	25.078
Plano Paraíba Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	10	(5)	5	-	(1.492)	(1.487)	-	4.427	2.940
Plano Magnólia Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	(9)	-	(10)	(19)	-	(15)	(34)	-	2.200	2.166
Plano Cabreúva Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	(13)	-	(2)	(15)	-	(12)	(27)	-	(1.077)	(1.104)
Plano Coqueiro Empreend. Imob. Ltda.	99,99%	(4.645)	-	8.070	3.425	-	17.909	21.334	-	(2.216)	19.118

Investida	(%) Partic.	31/12/2017 Saldo inicial	Adições	Equivalência patrimonial	Saldo final	31/12/2018 Adições	Equivalência patrimonial	Saldo final	Adições	31/12/2019 Equivalência patrimonial	Saldo final
Plano Iguaçu Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	10	(7)	3	-	(252)	(249)	-	3.508	3.259
Plano Danúbio Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	7	-	(986)	(979)	-	(470)	(1.449)	-	709	(740)
Plano Tiete Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	10	(7)	3	-	(39)	(36)	-	(431)	(467)
Plano Araguaia Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	10	(2)	8	-	(25)	(17)	-	(560)	(577)
Plano Tocantins Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	(361)	-	1.397	1.036	-	6.326	7.362	-	(261)	7.101
Plano Nilo Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	-	-	-	10	-	10	-	(18)	(8)
Plano Colorado Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	-	-	-	10	(7)	3	-	(6)	(3)
Plano Ipiranga Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	-	-	-	10	(6)	4	-	(14)	(10)
Plano Tigre Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	-	-	10	(1)	9	-	(14)	(5)	-
Subtotal		**15.901**	**50**	**69.828**	**85.779**	**40**	**82.911**	**168.730**	**30.560**	**150.220**	**349.510**
Plano São Francisco Empreed. Imob.	99,99%	-	-	-	-	10	(3)	7	-	(7)	-
Plano Sena Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	-	-	-	10	(6)	4	-	(14)	(10)
Plano Columbia Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	-	-	-	10	-	10	-	(9)	1
Plano à Vendas Consultoria de Imóveis **(ii)**	99,99%	-	-	-	-	-	-	-	(21.315)	(5.472)	(26.787)
Plano Jordao Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	-	-	-	10	-	10	-	(20)	(10)
Plano Paraná Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	-	-	-	10	-	10	-	(8)	2
Plano Piracicaba Empreed. Imob. **(i)**	99,99%	-	-	-	-	-	-	-	10	(2)	8
Plano Tejo Empreed. Imob. Ltda. **(i)**	99,99%	-	-	-	-	-	-	-	10	(1)	9
Plano Reno Empreed. Imob. Ltda.	99,99%	-	-	-	-	10	-	10	-	(50)	(40)
Plano Aracaú Empreed. Imob. Ltda. **(i)**	99,99%	-	-	-	-	-	-	-	10	(1)	9
Plano Eufrates Empreed. Imob. Ltda. **(i)**	99,99%	-	-	-	-	-	-	-	10	(4)	6
Plano Tapajós Empreed. Imob. Ltda. **(i)**	99,99%	-	-	-	-	-	-	-	10	(4)	6
Subtotal		-	-	-	-	**50**	**(9)**	**51**	**(21.265)**	**(5.592)**	**(26.806)**
Total investimentos		**15.901**	**50**	**69.828**	**85.779**	**100**	**82.902**	**168.781**	**9.295**	**144.628**	**322.704**

Todos os valores reclassificados para provisão para perdas em investimentos no passivo não circulante:
(i) Controlada constituída no exercício;
(ii) Controladas adquiridas no exercício, conforme demonstrado no item (e) a seguir.

e) Informações de sociedades adquiridas

A seguir apresentamos as principais informações quanto às controladas adquiridas no exercício de 2019 e as movimentações nas contas de investimentos decorrentes destas aquisições:

	Valores de aquisição			Composição das adições		
	Patrimônio líquido	Valor de aquisição	Transação de capital entre sócios	Capital social	Resultados anteriores	Valor final de adição
Plano Jacaranda Empreed. Imob. Ltda.	19.487	(19.487)	-	5.009	25.873	30.882
Plano à Vendas Consultoria de Imóveis Ltda.	(179)	(10)	(189)	10	(21.135)	(21.125)
Plano Cambara Empreed. Imob. Ltda.	4.318	(4.318)	-	10	(333)	(323)
Totais	**23.626**	**(23.815)**	**(189)**	**5.029**	**4.405**	**9.434**

9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos correspondem a financiamentos para construções dos imóveis e cessão de créditos mobiliários. A composição dessas obrigações está demonstrada a seguir:

			Controladora			Consolidado		
Instituição financeira	**Classificação**	**Taxas**	**31/12/19**	**31/12/18**	**31/12/17**	**31/12/19**	**31/12/18**	**31/12/17**
Banco Votorantin	Cooobrigação na cessão de recebíveis	104% do CDI	30.059	30.084	30.087	30.059	30.084	30.087
Caixa Econômica Federal	Crédito associativo (financiamento à produção)	8,30% ao ano	-	-	-	210.324	190.249	67.808
Total			**30.059**	**30.084**	**30.087**	**240.383**	**220.333**	**97.895**
Circulante			30.059	-	-	31.736	903	492
Não circulante			-	**30.084**	**30.087**	**208.647**	**219.404**	**97.403**

Crédito associativo – Caixa Econômica Federal

As controladas da Companhia obtiveram junto à Caixa Econômica Federal nas modalidades de Crédito Associativo (Financiamento à produção) que estão sujeitos a juros de 8,3% ao ano, indexados pela Taxa Referencial (TR), a serem pagos em prestações com vencimentos até 2024. Estes financiamentos estão garantidos por hipotecas e outras avenças dos respectivos imóveis e possuem como fiador a sócia Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações.

Para esses contratos a Companhia possui obrigações contratuais restritivas não financeiras, dentre as quais destacam-se:

Ocorrência de vencimento antecipado da dívida

- Na falta de pagamento do encargo mensal ou de qualquer importância dos contratos;
- Ceder e transferir direitos e obrigações dos contratos;
- Venda do imóvel hipotecado sem prévia comunicação à Instituição Financeira;
- Constituir novas hipotecas ou outros ônus reais, exceto os previstos nos contratos;
- Decretação de falência ou insolvência do devedor;
- Ocorrência de desapropriação do referido imóvel em garantia;
- Modificação do projeto sem prévia autorização;
- Na hipótese de não conclusão da obra dentro do prazo contratual.
- Na ocorrência de retardamento ou paralisação da obra, sem motivo comprovadamente justificado e aceito pela Caixa Econômica Federal.

Cessão de crédito imobiliários

No final do exercício de 2016, a Controladora realizou operação de cessão de créditos imobiliários com a Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários, por meio de meio da oferta pública de CRIs nominativos e escriturais com valor de R$ 30.000, tendo como "avalista" a Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações. A cessão tem como lastro a Cédula de Créditos Bancária (CCB), junto ao Banco Votorantim S.A. Inicialmente, o vencimento desta obrigação ocorreria em dezembro de 2018, entretanto em dezembro de 2018, a dívida foi repactuada e seu vencimento foi prorrogado para dezembro de 2020.

A Controladora está sujeita a certas obrigações contratuais restritivas atreladas à índices financeiros.

As obrigações referem-se à manutenção de condições contratuais e índices financeiros, apurados e revisados trimestralmente, sobre as demonstrações contábeis consolidadas auditadas da avalista, pelos Agentes Fiduciários. A seguir, demonstramos os índices requeridos:

a) A razão entre a soma da dívida líquida e imóveis a pagar e patrimônio líquido, deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80;

b) A razão entre a soma total de recebíveis e imóveis a comercializar e a soma de dívida líquida, imóveis a pagar e custos e despesas a apropriar, deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 ou menor que 0;

c) Até a data de repactuação da dívida, ocorrida em dezembro de 2018, o contrato previa o cumprimento da seguinte obrigação:

• Razão entre (A) EBIT e (B) Despesas Financeiras Líquida deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 ou menor de 0, observado que em qualquer situação o EBIT deverá ser sempre positivo.

Com a repactuação da dívida mencionada anteriormente, essa obrigação foi retirada das obrigações pactuadas.

A seguir estão demonstrados os referidos índices em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Dívida líquida + Imóveis a pagar x patrimônio líquido **(a)**	0,21	0,09	(0,01)
Recebíveis + imóveis a comercializar x dívida líquida, imóveis a pagar e custos e despesas a apropriar **(b)**	3,34	5,50	9,79
EBITDA x despesas financeiras **(c)**	n/a	n/a	(3,64)

Atendimento às Cláusulas restritivas (*covenants*)

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a Companhia estava integralmente adimplente com as cláusulas de *covenants* financeiros de todos os seus contratos.

Cronograma de vencimentos

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos e cessão de créditos imobiliários:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
2020	30.059	30.084	30.087	31.376	30.084	30.087
2021	-	-	804	36.038	17885	17885
2022	-	-	-	534	6.557	
Acima de 2022	-	-	-	208.203	153.677	43.366
Total	**30.059**	**30.084**	**30.087**	**240.383**	**220.333**	**97895**

Movimentação no período

A tabela a seguir apresenta a movimentação dos empréstimos e financiamentos e Cessão de crédito imobiliários:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Saldo inicial	**30.084**	**30.087**	**32.103**	**220.333**	**97895**	**48.235**
Captações	-	-	-	331.062	242.323	139.881
Juros incorridos	1.837	1.900	2.435	1.884	1.594	602
Juros incorridos - capitalizados **(i)**	-	-	-	15.741	8.938	6.441
Pagamento de juros e principal	(1.862)	(1.903)	(4.451)	(328.637)	(130.417)	(97.264)
Saldo final	**30.059**	**30.084**	**30.087**	**240.383**	**220.333**	**97895**

(i) Juros incorridos sobre financiamentos à produção os quais são capitalizados no estoque e reconhecidos no custo dos imóveis vendidos, na proporcionalidade das unidades vendidas (Nota Explicativa nº 6).

10. Fornecedores

Representam valores a pagar para fornecedores de materiais e serviços e são apresentados como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Fornecedores de bens e serviços	589	398	394	11.935	10.946	6.240
Cauções e retenções contratuais	-	-	-	7.218	4.642	2.524
Circulante	**589**	**398**	**394**	**19.153**	**15.588**	**8.764**

11. Credores a pagar por aquisição de imóveis

Referem-se substancialmente a terrenos adquiridos, objetivando o lançamento de novos empreendimentos, de forma isolada ou com a participação de terceiros.

a) Composição do saldo

	31/12/2019	31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Contas a pagar pela aquisição de terrenos - **(i)**	236.168	117.668	67.936
Contas a pagar pela aquisição de terrenos - SCP's **(ii)**	13.186	9.160	15.693
Outras contas a pagar pela aquisição de terrenos	-	77	620	7.422
Total	**249.431**	**127.448**	**91.051**
Circulante	19.757	1.474	7.473
Não circulante	**229.674**	**125.974**	**83.578**

(i) Refere-se a contas a pagar pela aquisição de terrenos com preço mínimo atualizado pelo INCC ou percentual do VGV (estabelecido em contrato), das unidades comercializadas do respectivo empreendimento, dos dois o maior, conforme estabelecido em contrato entre as partes. O fluxo de pagamento é vinculado diretamente com o fluxo de recebimento das unidades vendidas no respectivo empreendimento;

(ii) Refere-se a contas a pagar com obrigação prevista em contratos de Sociedades em Conta de Participação (SCPs), sendo o pagamento com base no percentual sobre as parcelas recebidas de unidades comercializadas, líquidas dos impostos. Os contratos são registrados pelo preço mínimo ou pelo valor justo, decorrente do percentual sobre o VGV das unidades comercializadas, dos dois o maior.

b) Cronograma previsto de pagamento

A tabela a seguir apresenta a previsão de pagamento no longo prazo:

	31/12/2019	31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
2018	-	-	31
2019	-	854	430
2020	19.680	5.230	2.037
2021	11.392	5.332	721
2022	9.958	4.212	996
Acima de 2022	208.324	111.200	79.394
Total	**249.354**	**126.828**	**83.629**

Sócio participante	**Sócio ostensivo**	**% de part. do sócio participante**	31/12/2019	31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
General Legend Desenvolvimento Imob. e Comercial Ltda.	Plano Pinheiros Empreendimentos Imob. Ltda. - Hum Liberdade	30%	2.810	5.059	-
Silva Solar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Plano Amazonas Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SCP	25%	2.026	-	-
Gironpark do Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Plano Limeira Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SCP	10%	244	244	-
Gironpark do Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Plano Carvalho Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SCP	10%	54	54	-
Não circulante			**5.134**	**5.357**	**-**

A movimentação destes saldos ao longo dos exercícios está demonstrada a seguir:

Sócio ostensivo	Saldo em 31/12/2017	Adições	Resultado (Nota Explicativa nº 22)	Pagamentos	Saldo em 31/12/2018	Adições	Resultado (Nota Explicativa nº 22)	Pagamentos	Saldo em 31/12/2019
Plano Pinheiros Empr. Imob. Ltda. - Hum Liberdade	-	54	-	-	54	-	-	-	54
Plano Amazonas Empr. Imobiliários Ltda. - SCP	-	994	4.065	-	5.059	-	1.141	(3.390)	2.810
Plano Limeira Empr. Imobiliários Ltda. - SCP	-	244	-	-	244	-	-	-	244
Plano Carvalho Empr. Imobiliários Ltda. - SCP	-	-	-	-	-	330	2.026	(330)	2.026
Passivo não circulante	**-**	**1.292**	**4.065**	**-**	**5.357**	**330**	**3.167**	**(3.720)**	**5.134**

16. Receitas de vendas a apropriar e custos orçados de imóveis vendidos a apropriar

Em atendimento aos parágrafos 20 e 21 do ICPC 02 e ao ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.13, o resultado das operações imobiliárias é apropriado com base no custo incorrido, assim sendo, o saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas está refletido parcialmente nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que o seu registro contábil reflete a receita reconhecida, líquida das parcelas já recebidas. As receitas a serem apropriadas decorrentes de unidades imobiliárias vendidas de empreendimentos em construção (não concluídos) e os respectivos compromissos de custos a serem incorridos com relação às unidades imobiliárias vendidas não estão refletidos nas demonstrações financeiras:

	31/12/2019	31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
(i) Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas			
Empreendimentos em construção:			
(a) Receita de vendas contratadas	2.086.847	1.194.345	649.154
(b) Receita de vendas apropriadas líquidas	(1.843.993)	(924.008)	(440.227)
Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas (a) - (b)	**242.854**	**270.337**	**208.927**
(ii) Receita de indenização por distratos	**(742)**	**(114)**	**(504)**
(iii) Provisão para distratos (passivo)			
Ajuste em receitas apropriadas	8.001	2.368	6.945
Ajuste em contas a receber de clientes	(5.601)	(1.998)	(5.314)
Receita indenização por distratos	(742)	(114)	(504)
Provisão para distratos (passivo)	**1.658**	**256**	**1.127**
(iv) Custo orçado a apropriar de unidades vendidas			
Empreendimentos em construção:			
(a) Custo orçado das unidades (sem encargos financeiros)	1.149.245	663.968	362.676
(b) Custos de construção incorridos	(1.015.734)	(509.994)	(243.951)
(c) Distratos custos de construção	4.588	1.280	3.908
= Custo orçado a apropriar no resultado (sem encargos financeiros) (a + b + c)	**138.099**	**155.254**	**122.633**

12. Adiantamentos de clientes

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Por recebimentos das vendas de imóveis	-	-	-	17.538	11071	14.338
Por permuta física de terrenos	-	-	-	11.350	9.965	18.642
Outros adiantamentos	180	-	-	623	246	-
Circulante	**180**	**-**	**-**	**29.511**	**21.282**	**32.980**

Os adiantamentos de clientes por recebimento das vendas dos imóveis representam a parcela excedente dos recebimentos de clientes, quando estes forem superiores aos valores reconhecidos de receitas.

Adiantamentos de clientes por permutas físicas de terrenos estão registrados ao seu valor justo, na data do seu reconhecimento inicial, ou na data que for possível essa mensuração. A Companhia utilizada o preço de venda à vista das unidades dadas em permuta para definir o valor justo da permuta física.

Os Adiantamentos de clientes, originados pela permuta física a valor justo na compra de terrenos, serão reconhecidos ao resultado mediante o mesmo procedimento de reconhecimento das receitas de vendas pelo POC, conforme procedimentos descritos na Nota Explicativa nº 3.13.

13. Provisão para contingências

Com base na análise individual de eventuais riscos de natureza tributária, cíveis e trabalhistas a administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir processos com prognóstico de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 nas ações as quais a Companhia figura como ré com probabilidade de perda provável totalizam, nas demonstrações financeiras consolidadas, R$ 1.245, R$ 92 e R$ 949, respectivamente, e estão resumidas a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Processos cíveis	-	-	11	22	7	33
Processos trabalhistas	-	-	916	1.223	85	916
Total	**-**	**-**	**927**	**1.245**	**92**	**949**

Processos cíveis

Referem-se às ações que reclamam principalmente, cobranças de honorários de corretagens sobre vendas danos morais, indenizações por atrasos ou supostas falhas na entrega do imóvel e discussões de cláusulas contratuais.

Processos trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados da Companhia e das Companhias prestadoras de serviços (responsabilidade solidária) pleiteando diferenças salariais, horas extras e outras verbas trabalhistas.

A movimentação das provisões pode ser assim resumida:

Provisões	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2017 (não auditado)	-	-
Provisões constituídas durante o exercício	931	953
Pagamentos realizados	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**927**	**949**
Pagamentos realizados	(997)	-
(786)	-	-
Provisões revertidas durante o exercício	-	-
(71)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**-**	**92**
Provisões constituídas durante o exercício	-	2.661
Pagamentos realizados	-	-
(1.508)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**1.245**

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, os processos com prognóstico de perda possível da Companhia e suas controladas, não são provisionados e estão a seguir demonstrados:

	Valores			Quantidade de processos		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Processos cíveis	514	495	228	12	9	6
Processos tributários	149	-	-	2	-	-
Processos trabalhistas	2.654	1.305	90	11	5	1
Total	**3.317**	**1.800**	**318**	**25**	**14**	**7**

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não existiam depósitos judiciais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

14. Impostos e contribuições diferidos

a) Composição dos saldos

	31/12/2019	31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Empresas tributadas pelo lucro presumido			
Imposto de renda e contribuição social	2.394	2.691	1.968
PIS e Cofins	2.606	2.983	2.210
Total	**5.000**	**5.674**	**4.178**
Circulante	4.148	5.029	3.934
Não circulante	**852**	**645**	**244**

O Imposto de Renda, a Contribuição Social, o PIS e a Cofins diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal que determina a tributação conforme o recebimento (Instrução Normativa nº 84/79 da Secretaria da Receita Federal – SRF) e a efetiva apropriação do lucro imobiliário.

Os montantes classificados como não circulante serão realizados a partir de janeiro de 2021 e estão consistentes com a segregação das contas a receber.

b) Reconciliação do IRPJ e da CSLL - correntes e diferidos

A controladora optou pelo sistema de apuração pelo lucro real e não registra os créditos tributários, registrando-os apenas quando da realização de resultados tributáveis futuros. As controladas são tributadas pelo lucro presumido.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	102.224	44.587	38.869	117.031	53.622	46.286
Ajustes para refletir a alíquota efetiva						
Resultado de equivalência patrimonial (144.628)	(82.902)	(69.828)	-	-	-	-
Base de cálculo	**(42.404)**	**(38.315)**	**(30.959)**	**117.031**	**53.622**	**46.286**
(x) Alíquotas de alíquotas do IRPJ - 25% e da CSLL - 9%	-	-	-	34%	34%	34%
Encargos (créditos) nominal	-	-	-	39.791	18.231	15.737
Efeito tributação pelo lucro presumido ou pelo patrimônio de afetação (RET)	-	-	-	(24.997)	(9.205)	(8.325)
Total dos impostos	**-**	**-**	**-**	**14.794**	**9.026**	**7.412**
(=) Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado	-	-	-	(15.218)	(8.304)	(6.399)
(=) Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	-	-	-	424	(722)	(1.013)
Total	**-**	**-**	**-**	**(14.794)**	**(9.026)**	**(7.412)**

A Controladora adota apuração pelo regime de lucro real e não registra os créditos tributários, pois não espera que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso na compensação das diferenças temporárias. Os saldos dos prejuízos fiscais e das bases negativas, para os quais não há prazo prescricional, são controlados em livros fiscais auxiliares e não são reconhecidos nos registros contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, os saldos montam a R$ 123.873, R$ 76.757 e R$ 40.022, respectivamente.

15. Outros débitos com terceiros - SCP's

As Sociedades em Conta de Participação (SCPs) são acordos entre a Companhia (sócio ostensivo) e determinados investidores (sócio participante) conforme previsto no Art. 991 do Código Civil. Estão devidamente contabilizados e apresentados conforme previsto na Nota Explicativa nº 3.20. Os acordos preveem que os sócios participantes terão o direito de receber (de acordo com a sua participação no resultado) os resultados pelas vendas de unidades imobiliárias, líquidos de impostos e comissões, ao término das obras.

O saldo de débitos com terceiros possui a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Driver CI/CO (sem encargos financeiros)	**88,38%**	**76,81%**	**67,26%**
(a) Custo orçado a apropriar de unidades em estoques			
(a) Custo orçado das unidades (sem encargos financeiros)	273.142	123.913	70.895
(b) Custos de construção incorridos	(160.816)	(74.970)	(37.436)
= Custo orçado a apropriar em estoque (sem encargos financeiros) (a + b)	**112.326**	**48.943**	**33.459**
Resultados de vendas de imóveis a apropriar	**104.755**	**115.083**	**86.254**

A receita de imóveis vendidos a apropriar está mensurada pelo valor nominal dos contratos, acrescido das atualizações contratuais e deduzido de rescisões, líquida da parcela de receita apropriada, e não contempla ajuste a valor presente tampouco impostos incidentes.

Os custos orçados dos imóveis vendidos a apropriar não contemplam encargos financeiros, os quais são apropriados aos imóveis a comercializar e ao resultado (custo dos imóveis vendidos), proporcionalmente às unidades imobiliárias vendidas, à medida que são incorridos, tampouco provisão para garantia, a qual é apropriada às unidades imobiliárias vendidas à medida da evolução financeira da obra.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 o capital social subscrito e integralizado totaliza R$ 10 (dez mil reais), composto por 10.000 (dez mil) cotas no valor nominal e unitário de R$ 1,00 (um real) cada.

b) Reserva de capital

O saldo devedor registrado no patrimônio líquido no montante de R$ 14.971 refere-se à contraprestação por transações realizadas entre sócios para aquisição de participações adicionais em sociedades anteriormente controladas pela Companhia.

c) Lucro por cota

O lucro por cota é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de cotas ordinárias pela quantidade média ponderada de cotas disponíveis durante o exercício.

Não há outros instrumentos patrimoniais ou de dívida com efeito diluidor do capital, portanto, o lucro diluído por quota é compatível com o lucro básico por quota. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de cotas no cálculo dos lucros básicos e diluído por cota para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	31/12/2019	31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Lucro atribuível aos cotistas controladores	102.224	44.587	38.869
Média ponderada de cotas em circulação (em milhares)	10	10	10
Lucro básico e diluído por cota, expresso em reais	**10.222,4**	**4.458,7**	**3.886,9**

Em 30 de junho de 2020, houve a transformação da Companhia para sociedade anônima, como mencionado na Nota Explicativa nº 28. Naquela data, as quotas em circulação em 31 de dezembro de 2019 foram substituídas por ações à razão de 1 quota para cada 1 ação ordinária. Portanto, o lucro por quota nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 são comparáveis com o lucro por ação, após a conversão.

d) Destinações dos resultados dos exercícios

O contrato social da Companhia determina que os lucros líquidos, após as deduções, reservas e provisões legais, bem como quaisquer outras reservas e provisões que a Companhia julgar pertinentes, terão a destinação que lhes for determinada por deliberação dos sócios, não sendo assegurada a distribuição obrigatória de um lucro mínimo aos sócios cotistas

Foram pagos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 dividendos no montante de R$ 75.000 e R$ 12.215, respectivamente, tendo como origem os lucros acumulados na reserva de lucros.

18. Receita líquida

A composição da receita operacional líquida está demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Venda de imóveis	-	-	-	737.866	445.411	327.105
Serviços prestados	1.357	2.586	3.804	1.487	2.586	3.804
Reversão (provisão) para distrato	-	-	-	(5.633)	4.577	(6.945)
Receita de indenização por distrato	-	-	-	628	(389)	504
Ajuste a valor presente	-	-	-	40	(1.093)	(2.483)
Impostos sobre vendas e serviços	(191)	(305)	(455)	(15.782)	(9.809)	(7.536)
Receita líquida operacional	**1.166**	**2.281**	**3.349**	**718.606**	**441.283**	**314.449**

19. Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados

A composição do custo dos imóveis vendidos e serviços prestados classificados por natureza estão demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Custo dos imóveis vendidos	-	-	-	(450.880)	(265.903)	(197.077)
Custo dos imóveis locados e serviços prestados	-	-	-	-	(1.520)	-
(5.007)	-	-	-	-	-	-
Provisão para distratos	-	-	-	3.308	(2.628)	3.908
Encargos financeiros apropriados	-	-	-	(14.051)	(7753)	(6.012)
Total	**-**	**-**	**-**	**(463.143)**	**(281.291)**	**(199.181)**

20. Despesas comerciais

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Marketing, propaganda e comunicação	(600)	(349)	(350)	(25.160)	(18.467)	(10.074)
Legais e cartoriais	(20)	(54)	(4)	(19.312)	(14.266)	(8.994)
Despesas com estandes de vendas	-	-	-

continuação

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

b) Categorias de instrumentos financeiros

			Controladora
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	234	222	154
Aplicação financeira	1.924	73.443	31.547
Contas a receber de clientes	-	-	190
Partes relacionadas	167.437	49.221	63.005
Passivos financeiros			
Fornecedores	(589)	(398)	(394)
Empréstimos e financiamentos	(30.059)	(30.084)	(30.087)
Partes relacionadas	(352.737)	(182.080)	(107.845)

			Classificação
Antes IFRS 09		Depois IFRS 09	
Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio do resultado	
Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio do resultado	
Empréstimos e recebíveis		Custo amortizado (*)	
Empréstimos e recebíveis		Custo amortizado (*)	
Custo amortizado		Custo amortizado (*)	
Custo amortizado		Custo amortizado (*)	
Custo amortizado		Custo amortizado (*)	

			Controladora
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	63.456	80.106	21.112
Aplicação financeira	95.472	107.966	44.923
Contas a receber de clientes	100.981	112.279	90.124
Passivos financeiros			
Fornecedores	(19.153)	(15.588)	(8.764)
Empréstimos e financiamentos	(240.383)	(220.333)	(97.895)
Contas a pagar por aquisição de imóveis (*)	(249.431)	(127.448)	(91.051)
Outros débitos com terceiros - SCP's (*)	(5.134)	(5.357)	-
Partes relacionadas	(19.939)	(10.765)	(23.822)
Outras contas a pagar por aquisição de terrenos	77	620	7.422

			Classificação
Antes IFRS 09		Depois IFRS 09	
Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio do resultado	
Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio do resultado	
Empréstimos e recebíveis		Custo amortizado (*)	
Custo amortizado		Custo amortizado (*)	
Custo amortizado		Custo amortizado (*)	
Custo amortizado		Custo amortizado (*)	
Custo amortizado		Custo amortizado (*)	
Custo amortizado		Custo amortizado (*)	
Custo amortizado		Custo amortizado (*)	

(*) Anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis. Alteração na classificação decorrente da adoção inicial da NBC TG 48 (IFRS 09).

c) Objetivos da gestão do risco financeiro

A Companhia monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se risco de mercado (variação nas taxas de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros não derivativos e avaliando e controlando riscos de crédito e liquidez.

(i) Gestão de risco de mercado

A Companhia dedica-se principalmente à incorporação, construção e venda de empreendimentos imobiliários. Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais e equipamentos de construção, mudanças na oferta e procura de empreendimentos em certas regiões, greves e regulamentos ambientais e de zoneamento, as atividades da Companhia são especificamente afetadas pelos seguintes riscos:

• A conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, através da desaceleração da economia, aumento dos juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores;

• Impedimento no futuro, em decorrência de nova regulamentação ou condições de mercado, de corrigir monetariamente os recebíveis, de acordo com certas taxas de inflação, conforme atualmente permitido, o que poderia tornar um projeto inviável financeiro ou economicamente;

• O grau de interesse dos compradores em novo projeto lançado ou o preço de venda por unidade necessário para vender todas as unidades pode ficar abaixo do esperado, fazendo com que o projeto se torne menos lucrativo do que o esperado;

• Na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande Companhia do setor imobiliário, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução da confiança dos clientes em outras Empresas que atuam no setor;

• Condições do mercado imobiliário local e regional, tais como excesso de oferta, escassez de terrenos em certas regiões ou aumento significativo do custo de aquisição de terrenos;

• Risco de compradores terem uma percepção negativa quanto à segurança, conveniência e atratividade das propriedades da Companhia, bem como à sua localização;

• As margens de lucro da Companhia podem ser afetadas em virtude de aumento dos custos operacionais, incluindo investimentos, prêmio de seguro, tributos imobiliários e tarifas públicas;

• As oportunidades de incorporação podem diminuir;

• A construção e a venda de unidades dos empreendimentos podem não ser concluídas dentro do cronograma, acarretando o aumento dos custos de construção ou a rescisão dos contratos de venda;

• Inadimplemento de pagamento após a entrega das unidades adquiridas a prazo. A Companhia tem o direito de promover ação de cobrança, tendo por objetivo os valores devidos e/ou a retomada da unidade do comprador inadimplente, não podendo assegurar que será capaz de reaver o valor total do saldo devedor ou uma vez retomado o imóvel, a sua venda em condições satisfatórias;

• Eventual mudança nas políticas do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre a aplicação dos recursos destinados ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pode reduzir a oferta de financiamentos aos clientes;

• A queda do valor de mercado dos terrenos mantidos em estoque, antes da incorporação do empreendimento ao qual se destina, e a incapacidade de preservar as margens anteriormente projetadas para as respectivas incorporações;

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em instrumentos financeiros e contratos de compra e venda de imóveis, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente.

Adicionalmente, a administração realiza análises periódicas, a fim de identificar se existem evidências objetivas que um determinado ativo financeiro ou grupo de ativos de caixa futuro que a Companhia associou à receita apropriada. Exemplos: (i) atrasos no pagamento das parcelas; (ii) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis; entre outros. Caso existam tais evidências, provisão para perda esperada ou provisão para distratos são registradas. O montante a ser registrado na provisão para distratos considera que o imóvel será recuperado pela Companhia, que eventuais montantes poderão ser retidos quando do pagamento das indenizações aos respectivos promitentes compradores, entre outros.

(iii) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas não estão diretamente expostas a riscos cambiais por não possuírem transações em moeda estrangeira.

(iv) Exposição a riscos de juros (análise de sensibilidade)

A Companhia e suas controladas apresentam a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à exposição aos riscos de juros (IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração desta análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

• Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);

• Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e

• Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores da controladora e do consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

				Controladora - 2019
	Posição - 2019	Fator de risco	Cenário I Provável	Cenário III Variação de 25%	Cenário III Variação de 50%
Transação					
Coobrigação na cessão de recebíveis	30.059	104% do CDI	6,19%	7,74%	9,28%
Despesa financeira projetada			1.860	2.325	2.790
Aplicações financeiras em CDI	1.924	98,79% do CDI	5,88%	4,41%	2,94%
Receita financeira projetada			113	85	57

				Consolidado - 2019
	Posição - 2019	Fator de risco	Cenário I Provável	Cenário II Variação de 25%	Cenário III Variação de 50%
Transação					
Crédito Associativo (Financiamento à produção)	210.324	TR + 8,3%	8,30%	10,38%	12,45%
Despesa financeira projetada		-	17.457	21.821	26.185
Coobrigação na cessão de recebíveis	30.059	104% do CDI	6,19%	7,74%	9,28%
Despesa financeira projetada			1.860	2.325	2.790
Aplicações financeiras em CDI	95.472	98,79% do CDI	5,88%	4,41%	2,94%
Receita financeira projetada			5.612	4.209	2.806

Os financiamentos na Crédito Associativo (Financiamento à produção) estão sujeitos a juros de 8,3% ao ano e são indexados pela TR. Para verificar a sensibilidade das despesas financeiras a TR, fatores de risco de taxa de juros, aos quais a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2019, foram definidos cenários diferentes.

Foi utilizada para o cenário base a TR anualizada do mês de dezembro de 2019, equivalente a 0,00% ao ano. A partir do cenário provável da TR, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%. Para cada cenário, foram calculadas as despesas financeiras, não se levando em consideração os efeitos fiscais e o fluxo de pagamentos programado para 2019.

Para o empréstimo vinculado à Coobrigação na Cessão de recebíveis, que está vinculado ao CDI (104% deste índice), considera-se o cenário provável a taxa efetiva de 31 de dezembro de 2019 de 5,95%, a qual foi projetada nos cenários II e III considerando uma diminuição.

Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2019, levando em consideração a taxa média de rentabilidade de 98,79% do CDI (rentabilidade média dos CDBs das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários no ano 2019) com deterioração de 25% e 50%.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e de suas controladas. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

(v) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é monitorado diariamente, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A dívida líquida da Companhia está a seguir apresentada:

		2019
	Controladora	Consolidado
Dívida total (empréstimos e financiamentos)	30.059	240.383
(-) Caixa e equivalentes de caixa (158.928)	(2.158)	
Total	**27.901**	**81.455**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia projetou o fluxo de caixa contratual não descontado das obrigações acrescendo às amortizações os juros contratuais e os vencimentos destas obrigações:

			Controladora - 2019
Instrumento	**Até 1 ano**	**De 2 a 3 anos**	**total**
Empréstimos e financiamentos	30.059	-	30.059
Fornecedores	589	-	589
Total	**30.059**	**-**	**30.648**

			Consolidado - 2019
Instrumento	**Até 1 ano**	**De 2 a 3 anos**	**Total**
Empréstimos e financiamentos	31.376	209.007	240.383
Fornecedores	19.153	-	19.153
Credores a pagar por aquisição de imóveis	19.757	229.674	249.431
Outros débitos com terceiros - SCP's	5.134	-	5.134
Total	**75.420**	**438.681**	**514.101**

d) Concentração de risco

A Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 10% ou mais do total da receita operacional líquida, nem do saldo a receber.

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, aproximam-se do valor justo, uma vez que a natureza e a característica das condições contratadas se assemelham àquelas disponíveis no mercado nas datas das demonstrações financeiras.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, bem como as aplicações financeiras, é indexado ao CDI; portanto, os valores registrados aproximam-se do valor justo desses instrumentos financeiros.

O valor de mercado do saldo a receber de clientes e o passivo circulante são instrumentos financeiros juncionantes com o saldo contábil a serem mantidos até o vencimento, conforme relação da administração. O saldo a receber de clientes é atualizado conforme índices contratuais praticados no mercado.

Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

• **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

• **Nível 2:** *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

• **Nível 3:** *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*"inputs"* não observáveis).

Durante os exercícios de 2019, 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos e/ou transações envolvendo derivativos embutidos.

27. Compromissos

Compromisso com arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R$ 4.113 em compromissos com arrendamentos, relacionados aos imóveis alugados pela Companhia. O cronograma futuro de pagamento desses contratos, até término de suas vigências está demonstrado a seguir:

	Valor a pagar em
2020	1.520
2021	1.293
2022	934
2023	333
Total	**4.080**

27 Transações que não afetam caixa

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia apresentou transações de investimentos e financiamentos que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas demonstrações do fluxo de caixa, conforme a seguir:

		Controladora			Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Juros capitalizados nos estoques	-	-	-	15.741	8.938	6.441
Permutas de terrenos	-	-	-	9.975	4.616	20.063
Transações entre sócios	189	-	-	189	-	-
Total	**189**	**-**	**-**	**25.905**	**13.554**	**26.504**

28. Eventos subsequentes

Transformação da Companhia em Sociedade Anônima

Em 30 de junho de 2020, a Companhia registrou a quinta alteração, tendo deliberado e aprovado a transformação da Companhia em sociedade anônima de capital fechado, com a conversão da totalidade das 10.000 (dez mil) quotas, de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, em que se divide o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, atribuindo-se uma ação para cada quota anteriormente detida no capital da Sociedade, o qual permaneceu inalterado. Com a transformação, a Companhia passou a ser denominada como Plano e Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A.

Dividendos deliberados

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2020, em complementação à distribuição de R$ 75.000 do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os acionistas aprovaram a distribuição de lucros, com base nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao primeiro semestre encerrado em 30 de junho de 2020, no valor total de R$ 100.000 à conta de reserva de retenção de lucros. O pagamento aos sócios dos lucros aprovados será realizado pela Companhia até 15 de dezembro de 2020.

Aumento de capital social

Na mesma Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2020, resolveram os acionistas aumentar o capital social da Companhia no montante de R$ 60.212, mediante a capitalização dos lucros acumulados da Companhia, no valor total do aumento, nos termos do artigo 169 da Lei das S.A., sem emissão de novas ações e mantendo-se inalterada a proporção de participação de cada acionista no capital social da Companhia.

Reestruturação societária/aquisição de controladas

Em virtude de reestruturações societárias realizadas em seu grupo econômico, foram adquiridas as seguintes participações:

• Em 1º de março de 2020, por meio do instrumento particular de 5ª alteração contratual, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da controlada Koby Administração de Bens Ltda., que tem como atividade preponderante a realização de atividades de cobranças e informações cadastrais. O capital social desta controlada é de R$ 3.161 (três milhões cento e sessenta e um mil reais) dividido em 3.161.000 (três milhões cento e sessenta e um mil) de quotas, com o valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada;

• Em 1º de março de 2020, por meio do instrumento particular de 1ª alteração contratual, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da controlada Plano Laranjeira Empreendimentos Imobiliários Ltda., que tem como atividade preponderante a atividade de incorporação de empreendimentos imobiliários. O capital social da Sociedade é de R$ 2.626 (dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil), dividido em 2.626.111 (dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, cento e onze) quotas, de valor nominal e unitário de R$ 1,00 (um real) cada.

Cessão de cotas pelos acionistas minoritários

Em 26 de junho de 2020, o acionista minoritário Plano & Plano R2 Incorporações Ltda., realizou a cessão da totalidade de suas cotas detidas nas sociedades para a Companhia. Dessa forma, a Companhia passou a deter 100% de participação acionária em todas as suas controladas, exceto na Plano & Vendas Consultoria de Imóveis Ltda.

Liquidação da Plano & Plano R2 Incorporações Ltda.

A Plano & Plano R2 Incorporações Ltda., acionista detentor de 50% da participação da Companhia, foi extinta em 30 de junho de 2020, sucedida pelos Srs. Rodrigo Uchoa Luna e Rodrigo Fairbanks Von Lilienderoff, que passaram a deter as ações da Companhia na proporção da participação de cada sócio ingressante.

Sociedades constituídas

Em 1º de junho de 2020, foi constituída a Sociedade em conta de Participação Plano Pitangueira Empreendimentos Imobiliários Ltda. – SCP na qual a Companhia figura como Sócia Participante. A SCP terá por objeto o desenvolvimento e implantação das torres Pinot e Merlot do Empreendimento no Imóvel designado como sendo Lote A, e a comercialização das suas respectivas unidades ("SCP").

O valor do Capital social (a integralizar) é de R$ 10.270, distribuído em 10.270.574 (dez milhões, duzentos e setenta mil, quinhentos e setenta e quatro) quotas de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo a participação da Companhia de 99,994%.

As Partes irão participar do provento econômico oriundo da comercialização das futuras unidades do Empreendimento, partilhando entre si os resultados financeiros de referidas operações. A administração e controle operacional do Empreendimento da SCP será exercido pela Companhia, conforme estabelecido em acordo de acionistas entre as partes. Até o momento não foram realizados desembolsos financeiros.

Impacto Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus, chamado Covid-19, alertando todos os países a adotarem ações preventivas para conter a disseminação do vírus e o cuidado com os infectados. Assim, muito governos, incluindo o Brasil, adotaram medidas restritivas e de isolamento social, que podem causar efeitos na economia global em virtude da paralização ou desaceleração de diversos setores produtivos.

No Brasil, em 20 de março de 2020, o Senado aprovou o Decreto Legislativo nº 6, reconhecendo o estado de calamidade pública, com o objetivo de elevar os gastos públicos para acompanhar e combater a proliferação da doença, além de proteger a saúde da população, os empregos e a economia do país.

Neste contexto a Companhia adotou diversas medidas com o intuito de evitar a disseminação do vírus e garantir a preservação da saúde dos nossos colaborados e a manutenção de seus empregos, bem como de toda a comunidade com a qual se relaciona, sejam eles clientes, fornecedores ou o público em geral.

A primeira medida foi a implantação do trabalho Home Office para quase 100% dos colaboradores dos nossos escritórios. Com isso, a Companhia se manteve ativa no cumprimento de tarefas e metas. Pesquisa realizada pela nossa área interna de marketing demonstrou que mais de 91,5% dos nossos funcionários acreditia que termos adotado a estratégia de trabalho remoto foi parcialmente ou totalmente decisivo para segurança e para evitar o contágio pelo Covid-19.

O segundo passo foi o fechamento dos nossos *stands* e plantões de vendas. Dessa forma, todos nossos atendimentos foram centralizados no atendimento eletrônico.

Nos nossos escritórios, que eventualmente ainda recebiam circulação de pessoas e algumas atividades presenciais, reforçamos a higienização dos ambientes, incluímos pontos de disponibilização de álcool gel, barreira de proteção na recepção (que é responsável pelo relacionamento com prestadores de serviços externos), distribuímos máscaras faciais e todos realizavam a checagem de temperatura corporal ao adentrar nossos ambientes.

Cuidados nos canteiros de obras

Como a construção civil foi considerada atividade essencial à economia, nossos canteiros de obras continuaram suas atividades regulares. Para tanto, as medidas de prevenção nesses espaços receberam atenção especial, orientadas pelo Sinduscon, Sintracon, Secconi e pelo Ministério da Economia (Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – Ofício Circular SEI nº 1247/2020).

Inicialmente, afastamos todos os colaboradores pertencentes ao grupo de risco (acima de 60 anos ou com comorbidades) e demos início a uma campanha interna de conscientização, que contemplou cartazes, comunicados e palestras ao ar livre sobre a prevenção da doença. Suspendemos treinamentos e reuniões em grupo para evitar aglomerações, e as orientações gerais passaram a ser repassadas de forma individual ou em grupos menores e ao ar livre.

A estratégia da Companhia para prevenção ao Covid-19 nos canteiros de obras ainda contempla as seguintes ações:

• Sanitização diária das áreas de vivência, vestiário, escritório, refeitório, portaria, tapumes, áreas de passagem, almoxarifados e equipamentos de proteção individual, além de orientação e fiscalização sobre a própria higienização (e dos EPIs) e utilização de máscaras;

• Disponibilização de álcool gel e lavatórios, com água, sabão e papel toalha, para facilitar a higienização das mãos;

• Verificação da temperatura de cada funcionário na entrada e durante o dia, caso necessário (aqueles com estado febril igual ou acima de 37,5ºC são liberados e orientados a direcionar-se até uma Unidade Básica de Saúde e/ou atendimento do Secconi-SP);

• Nos refeitórios, os horários das refeições foram alternados e os espaços ficaram mais distribuídos, com espaçamento de 1,20m entre lugares, para evitar aglomerações;

• Os vestiários passaram a ser utilizados de forma rápida, em horários alternados e em pequenos grupos.

Todos os funcionários que trabalham nos canteiros de obras da Companhia também recebem máscaras individuais, de uso obrigatório, durante o horário de permanência nas obras. Foi estabelecido, adicionalmente, uma rotina de controle e acompanhamento diário de casos suspeitos e confirmados, até o retorno do colaborador às atividades laborais, com envio de planilha eletrônica diária com todos os casos (suspeitos ou confirmados). Todas as ações podem ser confirmadas por relatório fotográfico realizado semanalmente, contemplando todas as ações e ocorrências.

Como uma maior medida de controle, foram adquiridos 550 testes rápidos para Covid-19 a fim de testar funcionários e terceiros no retorno a suas atividades após o afastamento por sintomas de coronavírus. O trabalhador só retorna ao trabalho após avaliação e orientação médica em conjunto com o Secconi-SP e a Global Work.

Reabertura dos *stands* de venda

Com a retomada do comércio na cidade, como parte do "Plano São Paulo" de reabertura econômica, os *stands* de venda da Companhia voltaram a funcionar em 10 de junho de 2020. Para tal, nossas lojas foram readequadas para atender com segurança clientes e colaboradores, realizando somente atendimentos previamente agendados, com no máximo dois clientes por vez, para evitar aglomeração no local.

Além disso, foi ajustado os espaços para que obedeçam um distanciamento de 2,00m entre as mesas de atendimento, limitando o acesso ao ambiente de visitação do apartamento decorado a uma família por vez, as portas e janelas permanecem abertas a todo momento, para garantir a circulação de ar, e é realizada manutenção preventiva de todos os aparelhos de ar condicionado.

Diagnosers com álcool gel 70% foram instalados em diversos pontos de nossas lojas para higienização das mãos, com medição da temperatura corporal no acesso às lojas, e os clientes passam por tapetes sanitizantes, e há redobradas de todas as medidas de sanitização das mesas, cadeiras, maçanetas, mesas de atendimento e trabalho, pisos, computadores, telefones e balcões de recepção e simulação. Foi determinado, ainda, que a máscara semifacial é de uso obrigatório durante toda a permanência em nossos espaços.

Vendas e inadimplência

Nos primeiros três meses de 2020, as vendas brutas de unidades somaram 1328 apartamentos, 20,6% superior às 1101 unidades vendidas no mesmo período do ano de 2019. Em consequência das medidas de distanciamento social e queda da confiança do consumidor a partir do final de março de 2020, as vendas de unidades tiveram uma queda em abril e se recuperaram gradualmente nos meses de maio e junho. Em abril de 2020, as vendas brutas de unidades cairam 38,1% comparado ao mesmo mês do ano anterior. Em maio de 2020, essa queda foi menor, alcançando a marca de menos 31,5%. Já em junho de 2020, com os esforços de vendas digitais e a reabertura parcial dos *stands* de vendas, o número de unidades vendidas cresceu 40,0% comparado com junho de 2019. No acumulado do semestre as vendas brutas de unidades cresceram 2,8%. Apesar da queda de vendas no segundo trimestre, a administração da Companhia manteve as metas de lançamentos e vendas para o ano de 2020.

A Companhia acompanha mensalmente o atraso de pagamentos de seus clientes e verificou-se que nos primeiros seis meses do ano não houve aumento do índice de valor em R$ (reais) atrasado acima de trinta dias sobre o valor total da carteira devida pelos clientes (no pró-soluto). De janeiro a junho de 2020, o índice mensal de atraso acima de 30 dias foi respectivamente de 12,0%, 11,7%, 10,9%, 11,9%, 10,1% e 9,7%. Na realidade o índice de junho de 2020 foi o mais baixo do ano. Destaca-se que a Companhia tem uma baixa exposição de crédito direto ao cliente na modalidade de pró-soluto. O saldo médio da carteira de *pró-soluto* ao longo dos primeiros seis meses de 2020 foi de aproximadamente R$ 18 milhões.

Ressalta-se que apesar dos índices de distratos sobre vendas terem caído nos últimos três semestres (20% no 1º semestre de 2019; 12% no 2º semestre de 2019; e 10% no 1º semestre de 2020), não é possível afirmar que não haverá impacto nos distratos motivados pelos efeitos da pandemia de Covid-19, uma vez que o prazo médio de distratos é de noventa dias. Ainda é possível haver algum efeito nos distratos nos próximos meses.

Ações sociais na pandemia

A pandemia tem sido mais difícil para a comunidade carente de nosso País, que sofre pela desigualdade social e, nesse momento, sente falta de itens básicos para sua sobrevivência. Assim, a Companhia, nesse período, doou R$ 25.000 (vinte e cinco mil reais) à campanha #Ipiranha0Corona, do Instituto Reação, uma organização não governamental liderada pelo medalhista olímpico Flávio Canto, a fim de auxiliar famílias de regiões menos favorecidas por meio da doação de cestas básicas digitais.

Também nos solidarizamos com a Campanha Do Mesmo Lado, da Abrainc, que auxilia famílias em situação de vulnerabilidade durante a pandemia do Covid-19. Para tal, contribuímos com R$ 30.000 (trinta mil reais), que serão revertidos, também, em cestas básicas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Quotistas e Administradores da
Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário Ltda.
(Atualmente denominada Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A.)
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário Ltda. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário Ltda. em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*"International Financial Reporting Standards - IFRS"*), emitidas pelo *"International Accounting Standards Board – IASB"*, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reconhecimento de receita de unidades imobiliárias não concluídas

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.1 e 3.13, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento da administração da Companhia quanto à aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15), alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1.Apuração da receita de incorporação imobiliária

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.13 – Reconhecimento da receita com venda de imóveis e com a prestação de serviços, as receitas resultantes das operações de incorporação imobiliária, referentes a cada empreendimento que está em fase de construção, são apuradas pela Companhia e suas controladas levando-se em consideração os respectivos estágios de execução através do método de percentual de execução ("POC" - *percentage of completion*), em conformidade com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 2.1 e 3.13. Os procedimentos para determinar, apurar e contabilizar as receitas oriundas das operações de incorporação imobiliária envolvem o uso de estimativas sobre os custos orçados e a apuração apropriada dos custos incorridos nos empreendimentos para mensuração da evolução das obras e, consequente, apuração das receitas por meio da aplicação do cálculo estabelecido na metodologia denominada de POC. Nesse sentido, os controles, premissas e ajustes utilizados para elaboração dos orçamentos dos projetos em fase de construção, bem como a mensuração dos custos incorridos, podem afetar, de forma significativa, o reconhecimento das receitas da Companhia, impactando seu resultado e respectiva performance.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido as receitas líquidas serem um componente de performance relevante em relação à demonstração do resultado e item crítico neste setor de incorporações imobiliárias e na medição de performance, já que quaisquer mudanças no orçamento das obras ou erro na mensuração do custo incorrido e, respectivamente, nas margens, e o não cumprimento das obrigações de performance (caso não identificados tempestivamente), podem gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Portanto, consideramos área de risco de acordo com as normas de auditoria, tendo em vista o volume de transações, a complexidade envolvida para mensuração dos custos incorridos e seu reconhecimento estar suportado em estimativas baseadas em orçamentos de custos (entre outras métricas que podem ter caráter de estimativa até o final da obra).

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

No que diz respeito ao resultado de incorporação imobiliária, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(a)** compreensão do processo e principais atividades de controle utilizados pela administração para apuração do resultado de incorporação imobiliária; **(b)** em base amostral, leitura dos orçamentos aprovados pela administração e confrontamos com os valores utilizados no cálculo da apuração do resultado de incorporação imobiliária; **(c)** analisamos as estimativas de custos a incorrer (aprovados pelo Departamento de Engenharia), bem como os resultados entre os custos finais e orçados, obtendo esclarecimentos e examinando as evidências para suportar as variações não usuais; **(d)** testamos a suficiência e adequação mensuração dos custos efetuados, incluindo a apuração do *Percentagem of Completion* (POC) aplicado para cada empreendimento; **(e)** em base amostral, inspecionamos contratos de vendas, realizamos testes de recebimentos subsequentes e recalculamos a atualização do contas a receber em conformidade com os índices contratualmente estabelecidos; **(f)** em base amostral, testamos a documentação suporte dos custos incorridos e pagamentos efetuados, incluindo os custos de aquisição dos terrenos; **(g)** efetuamos análises, em base amostral, por meio de nossos especialistas em engenharia, dos estágios de conclusão e estimativas dos custos a incorrer dos empreendimentos; e **(h)** analisamos os controles existentes para movimentação dos juros capitalizados, avaliando se estão de acordo com os requisitos para serem elegíveis e qualificáveis para capitalização.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que o resultado de incorporação imobiliária e as respectivas divulgações estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonst

Governo prorroga auxílio emergencial de R$ 300 até o fim do ano

O presidente Jair Bolsonaro anunciou na terça-feira, (1º) que o auxílio emergencial será prorrogado em mais quatro parcelas de R$ 300. Ele se reuniu na manhã de terça-feira (1º) com ministros e parlamentares da base do governo, no Palácio da Alvorada, para alinhar as próximas ações do governo na área econômica.

O auxílio é destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, como forma de dar proteção emergencial durante a crise causada pela pandemia da covid-19. O benefício começou a ser pago em abril, e foi estabelecido em três parcelas de R$600.

Em junho, por decreto, o governo prorrogou o auxílio por mais duas parcelas, no mesmo valor. E agora, com mais quatro parcelas, em valor menor, o benefício vai se estender até o final do ano.

"Resolvemos prorrogá-lo, por medida provisória, até o final do ano", disse Bolsonaro, em declaração à imprensa após a reunião. "O valor, como vínhamos dizendo, R$ 600 é muito para quem paga e podemos dizer que não é o valor suficiente para todas as necessidades [das famílias], mas basicamente atende", disse.

Durante a reunião, também ficou acertado que, na quinta-feira (3), o governo vai encaminhar o projeto da reforma administrativa ao Congresso, que terá como base a meritocracia. Bolsonaro destacou que a medida não atingirá os atuais servidores públicos, apenas os futuros concursados.

Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, a retomada das reformas é uma importante sinalização do comprometimento do governo com a responsabilidade fiscal e o enfrentamento da crise econômica causada pela pandemia da covid-19.

"Então, a reforma administrativa é importante, não atinge os direitos dos servidores públicos atuais, mas redefine toda a trajetória do serviço públicos do futuro, um serviço público de qualidade, com meritocracia, concursos exigentes e promoção por mérito. Estamos não só com os olhos na população brasileira a curto prazo, mas toda a classe política está pensando no futuro do país e implementando as reformas", disse o ministro.

De acordo com o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo no Senado, Bolsonaro já comunicou as decisões de hoje aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre. Bezerra também adiantou que o programa de distribuição de renda do governo, chamado de Renda Brasil, também entrará em discussão em breve.

"Existe hoje uma sintonia muito boa entre o Poder Executivo e o Legislativo para que a gente possa retomar essa agenda de reformas que iniciou ano passado com a reforma da Previdência, agora dá sequencia com a reforma administrativa. E vamos tocar outras importantes reformas como a discussão do Renda Brasil, que vem após o auxílio emergencial, para que a gente possa apresentar o maior programa de solidariedade social da história do Brasil", disse o senador.

Cerca de 4,4 milhões (6,5%) de domicílios brasileiros sobreviveram, em julho, apenas com a renda do auxílio emergencial pago pelo governo federal para enfrentar os efeitos econômicos da pandemia de covid-19. Entre os domicílios mais pobres, os rendimentos atingiram 124% do que seriam com as rendas habituais, aponta estudo publicado na última quinta-feira (27) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). (Agência Brasil)

MAURICIO PICAZO GALHARDO

PIBAGROPECUÁRIO
O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou que o Produto Interno Bruto do Setor Agropecuário deve ter crescimento de 3,2% em 2021. As lavouras devem ter alta de 3,2% e a pecuária de 5%, conforme as projeções do instituto. No caso da agricultura, os destaques são milho e soja, com crescimentos estimados de 9,1% e 10,5% respectivamente.

GRÃOS
O Brasil poderá colher 278,7 milhões de toneladas de grãos na safra 2020/21, o que representa aumento de 8%, segundo cálculos estatísticos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Esse volume representa a produção de 15 grãos, sendo que milho, soja, algodão, arroz e feijão participam com 95% do total.

SEGURO RURAL
Desde o início do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), já foram contabilizadas 1 milhão de apólices contratadas. O PSR tem função estratégica no âmbito do governo federal, sendo um dos pilares da política agrícola brasileira.

TÍTULOS
Beneficiários de 25 assentamentos federais no Rio Grande do Norte receberam, 1.060 Títulos de Domínio (TD) em evento realizado na comunidade Angelica - localizada no município de Ipanguaçu -, com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro; da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina.

CARTÓRIOS
O deputado federal, Zé Mário Schreiner (DEM-GO), apresentou projeto de lei que estabelece um teto nacional de emolumentos (custas cartorárias) para registro de garantias vinculadas às cédulas de financiamento rural. O PL fixa regras para a implementação e operação do sistema de registro eletrônico de imóveis e a troca de informação com o sistema de registro ou depósito eletrônico centralizado de ativos financeiros e de valores mobiliários.

CONSELHO
A Sociedade Rural Brasileira vai integrar o conselho de especialistas, criado pelos três maiores bancos do Brasil, para tratar de questões ambientais. A confirmação do nome da presidente da SRB, Teresa Vendramini, como uma das sete integrantes do chamado Conselho Consultivo, foi feita em comunicado conjunto dos bancos Itaú, Bradesco e Santander.

VAGAS
O setor agropecuário abriu mais de 86,2 mil postos de trabalho de janeiro a julho deste ano, segundo análise feita pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

IMPACTOS
A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defendeu, durante audiência pública da Comissão Mista Temporária no Congresso Nacional, uma reforma tributária que simplifique o atual sistema de impostos sem aumentar os tributos, sem onerar os produtores e os alimentos e que não traga incertezas fiscais e jurídicas para o setor e para a sociedade.

HORTALIÇAS
Nanopartículas bioestimulantes obtidas por processo de modificação térmica do carbono, para uso em hortaliças e demais culturas, melhoraram o desempenho de pimentões, tomates e alfaces, estas últimas em sistema de hidroponia. O nanoproduto eleva a taxa de fotossíntese e otimiza o aproveitamento de água e o uso de nutrientes pela planta. Trata-se do resultado de um trabalho de pesquisa multidisciplinar envolvendo pesquisadores da Embrapa Hortaliças (DF) e alunos e professores da Universidade de Brasília (UnB).

SOCIAL
Cerimônia realizada em Brasília dia (28), pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), oficializou a doação de 8.020 kg de feijão destinados a oito instituições assistenciais do Distrito Federal que auxiliam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. As entidades beneficiadas enfrentam dificuldades em razão da pandemia de COVID-19, e solicitaram apoio com as doações de alimentos. O evento que marca as primeiras entregas, realizado na Unidade Armazenadora da Conab em Brasília.

MODERNIZAÇÃO
O secretário da Agricultura e Abastecimento, escreveu na sua conta do Instagram, na quinta-feira, dia 27: "dia intenso com deputados estaduais da oposição e governistas para discutir a modernização na Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP com o objetivo de aprofundar a conexão do governo com os produtores rurais, municípios e todo o ecossistema do agro paulista".

EDITOR
O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 63 anos, é paulistano do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior; na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor do agronegócio, e agora tem esta coluna semanal de noticias do agronegócio em geral. Também é o autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br. Email:

Dólar cai para R$ 5,38 e fecha no menor valor em quase 20 dias

A divulgação de dados dos Estados Unidos e da China e o anúncio do envio da reforma administrativa ao Congresso fizeram o mercado financeiro ter um dia de otimismo. O dólar comercial encerrou na terça-feira (1º) vendido a R$ 5,385, com recuo de R$ 0,096 (-1,75%). A cotação está no menor nível desde 13 de agosto, quando a divisa havia fechado em R$ 5,367.

No mercado de ações, o dia foi de recuperação das últimas sessões. O índice Ibovespa, da B3 (a bolsa de valores brasileira), subiu 2,82% e fechou aos 102.168 pontos.

Mesmo a queda de 9,7% no Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) no segundo trimestre não desanimou o mercado. O dólar abriu em queda; e a bolsa, em alta depois da declaração do presidente Jair Bolsonaro de que pretende enviar a proposta de reforma administrativa ao Congresso na quinta-feira (3).

O anúncio da prorrogação do auxílio emergencial com a metade do valor também contribuiu para o otimismo nas negociações. A retomada da agenda de reformas que reduzam os gastos obrigatórios nos próximos anos é considerada pelo mercado financeiro como caminho para que os juros de longo prazo caiam. As taxas longas funcionam como um indicador do mercado do grau de desconfiança em relação ao país.

O mercado financeiro global também teve um dia de otimismo. Durante a madrugada, notícias sobre o crescimento da produção industrial chinesa animou os investidores. O clima positivo aumentou com a divulgação de crescimento da atividade manufatureira nos Estados Unidos. Índices de Wall Street, como o Nasdaq (das empresas de tecnologia) e o S&P 500 voltaram a bater recorde. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

BANKMYAPP SOFTWARE E SERVIÇOS DE INTERNET S.A. CNPJ nº 23.993.916/0001-85 - NIRE 35.300.539.486 - **Edital de Convocação - AGOE a ser realizada em 09/09/2020** - Bankmyapp Software e Serviços de Internet S.A ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A"), convocar a AGOE ("Assembleia"), a ser realizada no dia **09/09/2020**, às 10h, na sede social da Bankmyapp Software e Serviços de Internet S.A., localizada na Rua Luis Coelho, 223, 2º andar, Edifício Apolo II, CEP 01.309-901, Bairro Consolação, São Paulo-SP, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **1)** aprovação do balanço patrimonial, demais demonstrações de resultado e do relatório de auditor independente, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2019; **2)** fixar a remuneração da diretoria da Companhia; **3)** atribuição de competências ao Conselho de Administração; **4)** conversão de Ações Ordinárias em Ações Preferenciais Série A-6 e A-8; **5)** aprovação do plano de opções de compra de ações; **6)** aprovação da criação de sociedade subsidiária na cidade de Montevidéu, Uruguai; e **7)** consolidar o Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 28/08/2020. **Leandro Scalise Gomes** - Conselheiro Ordinarista

Imobiliária São João S.A.
CNPJ nº 49.709.983/0001-29 - NIRE nº 35.300.090.543
convocação - Assembleia Geral Ordinária - AGO
Ficam os Srs. acionistas da Sociedade, convocados a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 14/09/2020, às 09:00h, na sede social da Companhia, na Fazenda São João, em Araras-SP, a fim de retomarem os trabalhos, tendo em vista a suspensão da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 31/08/2020, e deliberarem sobre a mesma Ordem do Dia, ou seja: **1)** Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 30/04/2020; **2)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **3)** Eleição da Diretoria para o novo período legal e estatutário, com fixação de seus honorários. Araras-SP, 01/09/2020.
Maria Carolina Ometto Fontanari - Presidente

Oiticica Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ 08.673.118/0001-92 - NIRE 35.221.138.136
Extrato da Ata de Reunião de Sócios
Aos 01.09.2020, as abaixo-assinados: (i) **Terra Molhada Participações Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ 01.152.395/0001-00, JUCESP NIRE 35.213.713.747, representada por seu Diretor Presidente Ricardo Magnanini Aurienno, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, RG nº 11.966.823-3-SSP-SP e CPF nº 261.924.938-47, e por seu Diretor Renato Magnanini Aurienno, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 28.287.287-5 SSP/SP, CPF nº 283.638.548-08, ambos residentes em São Paulo/SP, (ii) **Renato Magnanini Aurienno**, acima qualificado; e (iii) **Guilherme Magnanini Aurienno**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 28.297.297-3 SSP/SP, CPF nº 218.501.968-69, residente em Itapaí/SC, únicos sócios, reuniram-se, independentemente de convocação prévia, com a finalidade de deliberar acerca da redução de capital social, de forma proporcional à participação de cada sócio, uma vez que este se encontra excessivo em relação ao seu objeto social, passando de R$ 25.486.942,00 para R$ 24.086.942,00, uma redução de R$ 1.400.000,00 e o cancelamento de 1.400.000 quotas, sendo 700.000 quotas da Terra Molhada, 350.000 quotas de Guilherme Aurienno e 350.000 quotas de Renato Aurienno. O valor será pago no prazo de 120 dias, em moeda corrente nacional pela Sociedade. Alteração da Cláusula 5ª, do Contrato Social. Fica a administração autorizada a praticar todos os atos necessários. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 01.09.2020. **P Terra Molhada Participações Ltda.** - *Ricardo Magnanini Aurienno, Renato Magnanini Aurienno,* **P. Guilherme Magnanini Aurienno.**

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS
CNPJ nº 09.352.896/0001-42 - NIRE 35.300.353.170
Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 5 de Maio de 2020
Data, Hora e Local: Em 5.05.2020, às 14hs, na sede social da Companhia de Participações Aeroportuárias ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar – parte, CEP 04551-065, na Cidade de São Paulo/SP. **Presença:** Presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração em exercício, dispensados, portanto, as formalidades de convocação. **Mesa:** A mesa foi presidida pela Sra. Cristiane Alexandra Lopes Gomes e secretariada pela Sra. Thais Veroni Miranda Custodio. **Ordem do Dia**: (i) tomar conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Celso Pares Junior ao cargo de Diretor da Companhia; e consequentemente (ii) eleger novo Diretor da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, os Conselheiros presentes, após debates e discussões, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, resolveram: **1.** Tomar conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. **Celso Pares Junior** do cargo de Diretor da Companhia, conforme carta de renuncia apresentada à Companhia em 04.05.2020, agradecendo a ele pelos relevantes serviços prestados à Companhia enquanto exerceu a referida função. **2.** Aprovar a eleição do Sr. **Rogério Augusto Prado**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 22.528.509-5 SAP/SP e CPF nº 170.744.838-05, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, nº 222, bloco B, 4º andar, para o cargo de Diretor sem designação específica, com mandato até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que vier a se realizar após a AGO de 2021; **3.** Consignar que o Diretor ora eleito, assinou a nomeação e declarou ter conhecimento do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada, e que, consequentemente, não se enquadra em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no referido artigo que o obstem de exercer a função de administrador da Companhia; e **4.** Assim sendo, o Diretor ora eleito fos investido em seu respectivo cargo mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria e arquivo na sede da Companhia. **5.** Consignar que, em decorrência das deliberações acima, a Diretoria da Companhia passa a ser composta pelos seguintes membros: **(i)** Sra. **Cristiane Alexandra Lopes Gomes**, no cargo de Diretora Superintendente; e **(ii)** Sr. **Rogério Augusto Prado**, no cargo de Diretor sem designação específica. **Encerramento:** Não havendo mais nada a ser tratado, a Reunião foi interrompida pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, lida, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Cristiane Alexandra Lopes Gomes, Presidente da Mesa; Thais Veroni Miranda Custodio, Secretária da Mesa; **Conselheiros Ineiros:** (i) Rogério Augusto Prado; (ii) Ricardo de Arruda Penteado; (iii) Cristiane Alexandra Lopes Gomes; (iv) Priscilla Matsumoto Huttenlocher; (v) Felipe André Fraser González; e (vi) Tobias Market. Certificamos que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio. Cristiane Alexandra Lopes Gomes - Presidente da Mesa, Thais Veroni Miranda Custodio - Secretária da Mesa. JUCESP nº 323.940/20-7 em 24.08.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 03 MÊS. PROCESSO Nº 1013451-02.2019.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). PATRICIA PERSICANO PIRES, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **JUCILENE DE CASTRO FIGUEIREDO**, **Advogada, RG 30.981.008-42**, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Cruz Vermelha Brasileira – Filial do Estado de São Paulo, objetivando a cobrança da quantia de R$ 2.310,61 (26.07.2019), a ser atualizada, decorrente do não pagamento das "despesas médicas e hospitalares", relacionadas na Conta do Paciente de n. 2.7894 e NFE nº 27894. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente sua resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de agosto de 2020. 02 e 03.09

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011857-32.2019.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). ANA LUIZA MADEIRO CRUZ ESERIAN, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **ROBERTO RIBEIRO FERNANDES**, Brasileiro, Funcionário Público Civil, RG 15.499.009-7, CPF 041.294.198-89, com endereço à Rua Gaivota, 33, Casa 04, Ayrosa, CEP 06280-140, Osasco - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Ltda S/C SINEC, alegando em síntese: cobrança de R$5.393,31, decorrente de serviços educacionais prestados no ano letivo de 2015 à aluna Gabriella de Miranda Fernandes. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**, por **EDITAL**, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da quantia especificada na inicial no valor de R$ 5.393,31 devidamente atualizada e efetue o pagamento de honorários advocatícios correspondentes à 5% do valor da causa, ou apresente embargos ao mandado monitório, nos termos do artigo 701 do CPC. Não sendo embargada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de agosto de 2020.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº 1095570-26.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO BARBOSA SACRAMONE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)DIM 30 MOKA EIRELI - EPP, CNPJ 24.988.132/0001-31, com endereço à Rua Verbo Divino, 1501, Loja A, Chacara Santo Antonio (Zona Sul), CEP 04719-002, São Paulo- SP, que lhe foi proposta uma ação de Pedido de Falência por parte de A.n. Ferraz Administração e Participação Ltda., com fundamento no artigo 94, II, da Lei 11.101/2005, execução frustrada, processo nº 0012192-64.2019.8.26.0562, 2ª Vara Cível da Comarca de Santos, no valor de R$ 182.393,37. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 10 dias, a fluir após os 20 dias supra, apresente defesa, podendo, nos termos do art. 98, parágrafo único da Lei 11.101/2005, depositar a quantia correspondente ao total do crédito reclamado, que deverá ser atualizado até a data do depósito com juros e correção monetária, acrescida de custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor do débito, sob pena de decretação da falência. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente Edital afixado e publicado na forma da Lei. 02 e 03/09

PASAMA PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/ME nº 60.540.489/0001-51 - NIRE 35.300.314.557 - **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - I. Data, Hora e Local:** Aos 30 dias do mês de Julho de 2020, às 10 horas, na sede social da companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 477, 8º andar, Ivam Bibi, CEP: 04.532-011 ("Companhia"). **2. Convocação:** Dispensada, a convocação ante a presença da totalidade dos acionistas detentores do direito de voto da Companhia, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76. **3. Presença e Instalação:** Assembleia instalada em primeira convocação, mediante a presença de acionistas representando 100% capital social votante da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Otávio Malul**, que convidou a mim, **Genildo de Brito**, para secretariá-lo. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i.)** a lavratura da presente ata de assembleia geral na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º da Lei 6.404/76; **(ii.)** a eleição dos membros da Diretoria; e **(iii.)** a autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários à formalização das deliberações ora aprovadas. **6. Deliberações:** Cumpridas todas as formalidades legais, os acionistas detentores de 100% do capital social votante da Companhia, decidem, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: **(i.)** aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário, como lavrada o art. 130, §1º da Lei 6.404/76; **(ii.)** aprovar a reeleição dos membros da Diretoria que, nos termos do art. 15 do Estatuto Social da Companhia, exercerão mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023. Desta forma, é reeleito para o cargo de Diretor Presidente o Sr. **Flavio Malul**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.284.451, SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 064.335.778-57; e para o cargo de Diretor Sem Designação Especial o Sr. **Otávio Malul**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.284.449-8, SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 012.246.798-14, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Bandeira Paulista, nº 477, 8º andar, Ivam Bibi, CEP: 04.532-011. Os Diretores ora eleitos tomam posse de seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse lavrados no Livro próprio da Companhia, cujas cópias são parte integrante da presente Ata como Anexo I e II; e **(iii.)** aprovar a autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários à formalização das deliberações ora aprovadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem deila quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e por todos os presentes assinada. **Acionistas Presentes:** (i.) Paulo Salim Malul, representado por seu procurador Genildo de Brito; (ii.) Sylvia Lutfalla Malul, representada por seu procurador Genildo de Brito; (iii.) Otávio Malul; (iv.) Flávio Malul; (v.) Liga Malul Cun, representada por seu procurador Flávio Malul; (vi.) e Minuanos Participações Ltda., representadas por seu representante legal Flávio Malul. A presente Ata é cópia fiel da original lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Mesa: **Otávio Malul** - Presidente, **Genildo de Brito** - Secretário. JUCESP nº 348.168/20-0 em 28/08/2020.

Solvi Participações S.A.
CNPJ nº 02.886.838/0001-50 - NIRE 35.300.158.903
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20.03.2020
1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 20.03.2020, às 10h00, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Gonçalo Madeira, 400FR, 1º andar, Jaguaré, CEP 05348-000. **2. Convocação e Presenças**: Em decorrência da presença da totalidade dos acionistas, representando 100% de capital social, restaram dispensadas as convocações, conforme previsto no Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa**: Os trabalhos foram presididos por Carlos Leal Villa e secretariados por Cebo Pedrosa. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre (i) a eleição de membro do Conselho de Administração; (ii) a ratificação da composição do Conselho de Administração; e (ii) a aprovação da remuneração global do Conselho de Administração da Companhia. **5. Deliberações**: Preliminarmente, foi aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Os acionistas presentes deliberaram sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar a eleição da Sra. Eliane Alexo Lustosa de Andrade, brasileira, separada, economista, RG nº 04.457.224 IFP/RJ, CPF/ME nº 783 519 367-15, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua Alexandre Stockler, nº 18, Gávea, CEP 22.451-230, como Conselheira independente. **5.1.1.** A Conselheira ora eleita aceitou o cargo para o qual foi eleita, afirmando expressamente, nos termos e para os fins do § 1º do Artigo 147 da Lei da S.A. e sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenada ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, e de propriedade. **5.1.2.** A Conselheira ora eleita tomará posse em seu cargo, mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração, na data da primeira reunião que ocorrer após a presente data, observado o prazo máximo de 30 dias para a efetiva investidura. **5.2.** Dando sequência aos trabalhos, os acionistas resolvem ratificar a composição do Conselho de Administração, conforme segue: (i) **Carlos Leal Villa**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 01.085.368-58 SSP/BA, CPF/ME nº 112.163.365-04, indicando como endereço comercial Alameda Ceuma, 800, Jardins, na Cidade de São Paulo/SP, como Presidente do Conselho de Administração; (ii) **Paul Richard Mitchener**, americano, engenheiro ambiental, casado, com passaporte de nº 486509721, residente e domiciliado nos Estados Unidos, Estado da Carolina do Norte (North Carolina), com escritório em 125 W55th Street, New York, NY 10019, Estado Unidos, como Conselheiro; (iii) **Fernando Lima Rocha Lohmann**, brasileiro, economista, casado, RG nº 10.117.655-6 e CPF/ME nº 289.332.088-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP, com escritório na Rua Funchal, 418, conjunto 21 Edifício E Tower - Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04551-060, como Conselheiro; (iv) **Alberico Machado Mascarenhas**, brasileiro, casado, economista, RG nº 01.036.068-90 SSP/BA e CPF/ME nº 101.846.785-87, residente na Capital do Estado da Bahia, com escritório comercial nesta mesma Cidade, na Rua Waldemar Falcão, nº 1800, Edifício Renault Real de Ivoire, Apartamento 801, Horto Florestal, CEP: 40296-710, como Conselheiro, (v) **Olga Stankevicius Colpo**, brasileira, casada, psicóloga, RG nº 5.472.441-7 SSP/SP e CPF/ME nº 216.118.408-30, residente nesta Capital do Estado de São Paulo, com escritório comercial nesta mesma Cidade, na Avenida José Galante, nº 224, 13º andar, Vila Suzana, CEP: 05642-000, como Conselheira, e (vi) **Eliane Alexo Lustosa de Andrade**, brasileira, separada, economista, RG nº 04.457.224 IFP/RJ, CPF/ME nº 783 519 367-15, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua Alexandre Stockler, nº 18, Gávea, CEP 22.451-230, como Conselheira, todos com mandato unificado até a AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31.12.2020. **5.1.** Por fim, aprovar a verba total global anual do Conselho de Administração de até R$ 7.500.000,00. **6. Encerramento**: Nada mais a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Confere com original lavrado em livro próprio. São Paulo, 20.03.2020. **Mesa:** Carlos Leal Villa - Presidente da Mesa, Cebo Pedrosa - Secretário da Mesa. JUCESP nº 283.454/20-9 em 31.07.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0030255-03.2012.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniella Carla Russo Greco de Lemos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) a Marcelo de Moura Sales (CPF. 132.926.148-80), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por parte de Banco Bradesco S/A - Banco Múltiplo, procedeu-se a penhora sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$1.089,09. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, oferença impugnação, na ausência dos quas prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Se presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 01 e 02/09/2020

Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1004877-46.2017.8.26.0009. O Dr. Otávio Augusto de Oliveira Franco, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Vila Prudente/SP, Faz Saber a Marco Antônio Oliveira Rocha (CPF.117.801.928-43), que Felice Rizzo Di Tomaso e Cleide Moura Di Tomaso lhe ajuizaram ação de Despejo por Falta de Pagamento de Aluguel e Encargos, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 16.391,78 (dezembro de 2017), decorrente do Contrato de Locação do imóvel localizado na Rua Caiobá, número 45,Vila Gracious, São Paulo - SP, CEP 03180-080. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, oferença contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 01 e 02/09/2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001607-86.2018.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Álvaro Luiz Valery Mirra, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) SERGIO HENRIQUE NOGUEIRA, Brasileiro, Auxiliar de Serviços Gerais, CPF 319.293.618-58, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sul América Companhia Nacional de Seguros, sucessora por incorporação da Sul América Companhia Nacional de Seguros (SAUL) ihe ajuizou ação de Ressarcimento por Subrogação, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 37.770,00 (fevereiro de 2018), decorrente da indenização do veículo segurado de marca/modelo GM - Onix Hatch LTZ 1.4 flex 4 portas, de cor branca, ano/modelo 2015, de placa FRO 2158, que foi atingido pelo veículo marca/modelo Fiat Uno Mille Economy, ano/modelo 2011, de cor branca, de placa ECH 0597, conduzido pelo requerido. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, oferença contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de maio de 2020. 01 e 02/09/2020

COMARCA DE SÃO PAULO - 17ª VARA CÍVEL - Praça João Mendes s/nº - 8º andar - salas nº 827/829 - Centro - CEP 01501-900 - Fone: 2171.6145 - São Paulo/SP - E-mail: sp17cvg@tjsp.jus.br - **EDITAL de CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0037306-33.2019.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 17ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dra. LUCIANA BIAGIO LAGUNA**, faz **SABER** a **JORGE BEZERRA DOS SANTOS** (CPF 298.071.118-70), atualmente em lugar incerto e não sabido, que pelo presente, expedido nos autos de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** movida por **ICOMON TECNOLOGIA LTDA.**, fica **INTIMADO**, para, no prazo de **15 dias,** a fluir após os 20 dias supra, **PAGAR** o **DÉBITO** de R$3.047,49 (maio/2019), a ser atualizado e acrescido das cominações legais, **SOB PENA** de **ACRÉSCIMO** de **MULTA** de 10% e de **HONORÁRIOS** de 10%, (art. 523, § 1º do